

Organizadores:

Conrado Neves Sathler

Flaviana Gasparotti Nunes

Marisa de Fátima Lomba

Teses premiadas na Faculdade de Ciências Humanas/UFMG



**Teses premiadas na
Faculdade de Ciências Humanas/UFGD**

**Conrado Neves Sathler
Flaviana Gasparotti Nunes
Marisa de Fátima Lomba de Farias
(Organizadores)**

**Teses premiadas na
Faculdade de Ciências Humanas/UFGD**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Conrado Neves Sathler; Flaviana Gasparotti Nunes; Marisa de Fátima Lomba de Farias [Org.]

Teses premiadas na Faculdade de Ciências Humanas/UFGD. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 197p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0530-4 [Impresso]

978-65-265-0531-1 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526505311

1. Teses premiadas. 2. Faculdade de Ciências Humanas. 3. Universidade Federal da Grande Dourados. 4. Trabalhos acadêmicos. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Edvaldo Cesar Moretti	
DA ANÁLISE CONCRETA DE UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA ÀS PRÁTICAS TEÓRICA E ESPACIAL: TRAJETÓRIA E REFLEXÕES DE UMA TESE SOBRE A BAIXADA SANTISTA E O PRÉ-SAL	11
Luciano Duarte	
USO E COBERTURA DAS TERRAS EM ÁREAS PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO, MATO GROSSO DO SUL	35
Rafael Brugnolli Medeiros	
MINHA TESE, MINHA VIDA: DO CAMPUS AO CAMPO - PESQUISA E VIVÊNCIAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PANTANAL	55
João Batista Alves de Souza	
O BRASIL NA DIÁSPORA HAITIANA: PROCESSOS DE ENTRADA, DE CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO	77
Alex Dias de Jesus	
ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: ITINERÁRIO DE PESQUISA DAS HISTÓRIAS DE MULHERES ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MT	107
Cláudia Delboni	

UM PALIMPSESTO ACADÊMICO OU REVISITANDO AS REMINISCÊNCIAS DE UMA TESE	129
Jennifer Simpson dos Santos	
DOS ÁSPEROS TEMPOS DA PSICOLOGIA EM SUA ETAPA DE FECHAMENTO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS À CONSAGRAÇÃO DE CÚMPLICES E COLABORADORAS(ES) DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR	145
Juberto Antonio Massud de Souza Maria Eduarda Fiorini	
SAÚDE MENTAL DE LGBTQIA+ E PANDEMIA DA COVID-19: UM PEQUENO BALANÇO (CRÍTICO)	169
Endy Willians de Assis Gomes Esmael Alves de Oliveira	
O QUE PRODUZIMOS E O QUE USUFRUÍMOS: NOTA DA ORGANIZAÇÃO	189
Conrado Neves Sathler Flaviana Gasparotti Nunes Marisa de Fátima Lomba de Farias	
SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES) E ORGANIZADOR(AS)	193

PREFÁCIO

Edvaldo Cesar Moretti

O problema não é o que eu não sei, é o que eu tenho certeza que sei e não é bem assim

Rita Lee

Fui convidado para o desafio de realizar o prefácio dessa obra inserida no importante projeto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados de publicar em diferentes livros o resultado do trabalho de docentes e discentes da FCH. A importância da decisão do Conselho da FCH nessa ação editorial tem alguns aspectos que merecem destaque, entre eles a visibilidade social ao trabalho realizado por pesquisadoras e pesquisadores das universidades públicas e, depois da leitura dos 8 textos apresentados em capítulos neste livro, destaco um aspecto que considerarei de extrema importância, a relevância social dos temas escolhidos pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores em Ciências Humanas presentes nesta obra. É nesse sentido, as temáticas dos textos, o caminho escolhido para este prefácio, escrito parte dele no momento da divulgação do falecimento da mulher Rita Lee, artista que lembra da necessidade de duvidarmos sempre das certezas socialmente produzidas.

Nos 8 capítulos do livro encontramos 7 textos de autoras(es) que tiveram suas teses de Doutorado escolhidas por seus pares em diferentes premiações, e 1 trabalho de Iniciação Científica com menção honrosa em evento científico nacional.

O primeiro capítulo é do professor Luciano Duarte, docente do curso de Geografia da FCH, com o título “Da análise concreta de uma situação geográfica às práticas teórica e espacial: trajetória e reflexões de uma tese sobre a baixada santista e o pré-sal”. O autor inicia o texto com relato da trajetória do prêmio melhor tese no ano

2021, III Prêmio Rodrigo Simões de Tese de Doutorado, referente às teses defendidas 2018 e 2020, outorgado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). No capítulo o autor expressa os princípios básicos da constituição de sua premiada tese, a definição da situação geográfica estudada e a busca da construção de uma teoria crítica na perspectiva de vincular a teoria à transformação da prática social.

Em seguida lemos o capítulo do pesquisador Rafael Brugnolli Medeiros, com o título “Uso e cobertura das terras em áreas protegidas pela legislação na bacia hidrográfica do Rio Formoso, Mato Grosso do Sul”, o autor traz o tema socioambiental para o centro do debate em Ciências Humanas, indicando a importância do debate sobre o significado de natureza. O texto, oriundo da tese de doutorado do autor, aponta para o conflito entre os interesses de frações do capital e as perspectivas conservacionistas presentes nas legislações e práticas concretas locais.

O terceiro capítulo “Minha tese, minha vida: do *campus* ao campo - pesquisa e vivências nas comunidades quilombolas do Pantanal”, do professor João Batista Alves de Souza, analisa através do olhar geográfico a existência e a resistência das comunidades quilombolas existentes no Pantanal, e é fruto de sua tese de doutorado, escolhida como melhor tese de Geografia pela CAPES produzida no ano de 2021. No capítulo, o autor detalha a construção de sua tese, as metodologias utilizadas e os princípios teóricos que nortearam o seu estudo. É importante destacar a relação entre a produção da tese acadêmica e a inserção social do pesquisador nas vivências das comunidades quilombolas, um grande momento da produção acadêmica e sua relação com as lutas sociais.

Em seguida, como quarto capítulo, temos o capítulo do Alex Dias de Jesus, “O Brasil na diáspora haitiana: processos de entrada, de circulação e distribuição no território”. O autor nos brinda nesse capítulo com parte de sua tese premiada pela CAPES como melhor tese produzida em Geografia no ano de 2020. No capítulo, Alex traz seu estudo sobre o processo migratório do povo haitiano para o Brasil e o processo de produção do espaço transnacional. O estudo

demonstra a produção de geografias nas vivências dos migrantes nos processos de mobilidade e de fluxos de pessoas, a expansão do lugar de origem e a distribuição no território brasileiro.

No quinto capítulo, Claudia Delboni traz a escrita “Entre a memória e a história: itinerário de pesquisa das histórias de mulheres assentadas no município de Sidrolândia/MT”, o capítulo escrito pela Claudia aponta para as permanências e rupturas presentes na vida de mulheres em assentamento rural no Mato Grosso do Sul. A tese foi defendida no ano de 2017, no curso de História da UFGD e recebeu o prêmio INCT Proprietas, de melhor tese no ano de 2021 com tema relacionado ao fio condutor “lutas das mulheres pelo acesso à terra”. A autora relata o processo de definição do tema, do lugar da pesquisa e da metodologia, constituindo uma tese construída no processo de refletir sobre o concreto vivido e a teoria científica. Através das narrativas das mulheres a autora constrói um trabalho científico forte, sustentado na melhor tradição das Ciências Humanas, escutar as vozes e desvendar os silêncios.

O sexto capítulo é produzido pela professora Jenniffer Simpson dos Santos, “Um palimpsesto acadêmico ou revisitando as reminiscências de uma tese”, a autora relata a trajetória da construção da tese em sociologia intitulada “Numiã Kurá: as lutas das artesãs no Amazonas”. Nesse capítulo conhecemos a trajetória da autora na produção do tema da tese e as lutas das mulheres indígenas artesãs do Amazonas. O texto apresentado pela Jenniffer possibilita reflexões sobre como a prática do artesanato está relacionada com a identidade dos povos e na relação cultura \ natureza.

No sétimo capítulo o autor Juberto Antonio Massud de Souza e a autora Maria Eduarda Fiorini apresentam o texto “Dos ásperos tempos da Psicologia em sua etapa de fechamento de espaços institucionais à consagração de cúmplices e colaboradoras(es) da ditadura empresarial-militar”. O texto inicia com relato da trajetória da tese “Os ásperos tempos da Psicologia: o fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura

empresarial-militar”, defendida no PPG em Psicologia Social da UERJ em 2021. O capítulo foca no processo de desvendamento do terror instituído pela ditadura empresarial-militar no Brasil e sua presença ainda hoje nas universidades brasileiras.

E encerrando os capítulos temos o texto “Saúde mental de LGBTQIA+ e pandemia da covid-19: um pequeno balanço (crítico)” produzido por Endy Willians de Assis Gomes e por Esmael Alves de Oliveira, pesquisa realizada como Iniciação Científica na FCH, com o título: Saúde mental da população LGBT no contexto pandêmico: uma revisão sistemática de literatura (2019-2021). O texto destaca as escolhas e definições para realização da pesquisa e de seus desdobramentos acadêmicos. Problematiza a relação entre sofrimento mental de LGBTQIA+ e o preconceito e/ou discriminação social, no contexto pandêmico.

Após a leitura dos capítulos, sintetizados nesse prefácio e em perspectiva temática, apontamos a relevância de se pensar na unidade dos capítulos, sem dúvida a unidade está para além do fato de serem textos oriundos de pesquisas premiadas, a singularidade e a unidade do livro organizado pelas colegas Flaviana Gasparotti Nunes e Marisa de Fátima Lomba de Farias e pelo colega Conrado Neves Sathler, docentes da Faculdade de Ciências Humanas, está na qualidade e na força da pesquisa em Ciências Humanas presentes em cada um dos capítulos, demonstrando a resistência das humanidades mesmo em períodos de extrema dificuldade impostas aos pesquisadores e as pesquisadoras.

É um belo livro, um livro com temas como produção e reestruturação territoriais, ambiente, lutas e resistências sociais de migrantes, indígenas e mulheres, um livro de esperança na capacidade de pensarmos e de não aceitarmos as certezas, muitas vezes impostas como certezas.

Maio de 2023.

DA ANÁLISE CONCRETA DE UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA ÀS PRÁTICAS TEÓRICA E ESPACIAL: TRAJETÓRIA E REFLEXÕES DE UMA TESE SOBRE A BAIXADA SANTISTA E O PRÉ-SAL

Luciano Duarte¹

Contextualização da premiação da tese e algumas palavras sobre a FCH e a UFGD

Com enorme prazer fui convidado para compor este livro organizado e composto por importantes e premiados pesquisadores da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Essa alegria não deriva somente do reconhecimento que meus colegas tiveram com relação ao trabalho que apresentei em minha tese de doutoramento, mas sobretudo do significado que esse convite carrega: mais uma demonstração do afetivo e amigável acolhimento que a universidade, e especialmente a FCH e o curso de Geografia, tem dado a mim desde que me integrei ao seu prestigioso rol de docentes no início de 2022.

Tal convite se deu em decorrência do III Prêmio Rodrigo Simões de Tese de Doutorado, referente às teses defendidas 2018 e 2020, que a mim foi outorgado pela notória Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Além do prestígio da própria instituição, que realiza bienalmente essa premiação desde 1997, ainda com o nome de Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, esse reconhecimento ainda ganha maior relevância em razão do

¹ Graduado e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5117-7496>. E-mail: lucianopsilva@ufgd.edu.br

processo de avaliação. Ele se inicia ainda na seleção e indicação feita no interior do programa de pós-graduação onde a tese foi defendida. Após essa etapa, o texto final é analisado por um júri composto de doze notórios professores(as) e pesquisadores(as) de diversas instituições de ensino superior brasileiras e campos disciplinares, notadamente dos estudos espaciais, que envolvem a área do planejamento urbano e regional.

Infelizmente, em razão da pandemia de COVID-19, a cerimônia de entrega dos prêmios da ANPUR de 2021 ocorreu em junho deste mesmo ano em formato virtual. Na ocasião, além do prêmio de tese, também foram entregues o Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertação de Mestrado, o Prêmio Ana Clara Torres Ribeiro de Livro e o Prêmio Milton Santos de Artigo. Além da honraria de receber tal reconhecimento, a associação ainda prestigia os vencedores dos prêmios de melhor dissertação de mestrado e tese de doutorado com a publicação de seus trabalhos em formato de livro. Por esta razão, durante a vigésima edição de seu mais importante evento, o Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR), que ocorre bienalmente e neste ano de 2023 será sediado na cidade Belém (PA), prevê-se o lançamento do livro “Economia política das cidades e circuito espacial produtivo: a Baixada Santista e o Pré-sal”, derivado do texto original da tese.

Mostra-se ainda importante registrar neste texto que essa respeitada entidade científica completa 40 anos de existência no corrente ano de 2023, reunindo atualmente setenta e dois programas de pós-graduação como filiados e associados, distribuídos nas cinco regiões do território brasileiro, além de cobrirem as mais diversas áreas do Conhecimento, como Arquitetura e Urbanismo, Economia, Ciências Sociais, Geografia, Desenvolvimento Regional e outras tantas. Nessa longa trajetória de incentivo ao ensino e pesquisa na área do planejamento urbano e regional, a ANPUR contou com diretorias presididas por notáveis acadêmicos e intelectuais de visibilidade nacional e internacional, como Ana Clara Torres Ribeiro, Leila Dias, Ester Limonad, Carlos

Vainer e Milton Santos, estando ela hoje sob presidência da professora Camila D'Ottaviano.

Ainda que minha tese não tenha sido produzida no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD, e sim no da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), trago essa honraria para uma universidade, faculdade e programa de pós-graduação onde esse tipo de reconhecimento é cada vez mais frequentes e se avolumam em razão da excelência do trabalho realizados pelos alunos, jovens pesquisadores, amplo conjunto de servidores e todo o coletivo de excelente professores com quem tenho tido prazer de conviver. Esse genuíno respeito e real admiração que nutro pelos agora colegas da FCH, em especial do curso de graduação e pós-graduação em Geografia, não se inicia com meu ingresso na UFGD, mas vem desde o tempo de formação acadêmica na Unicamp.

Formada no contexto das políticas do governo federal para expansão e interiorização do ensino superior público, essa ainda jovem universidade, com seus apenas 18 anos de vida, já se notabiliza pela excelência na produção intelectual e de conhecimento, na formação de novos pesquisadores e na geração de pesquisas científicas de elevada repercussão. Isso ganha ainda maior expressividade com o significativo número de prêmios laureados aos pesquisadores que compõem a FCH, fazendo com que meu já enorme orgulho ainda se faça maior, ao mesmo tempo em que a responsabilidade de acompanhar tal nível de excelência se impõe a mim como enorme desafio.

Para finalizar esta primeira parte do texto, parece importante reafirmar que essas premiações alcançadas são, por um lado, fruto do árduo trabalho de professores, alunos, técnicos e servidores que coletivamente constroem a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. Por outro lado, é de igual modo digno de nota que esses instrumentos de consagração revelam o inegável reconhecimento que nossos pares que compõem o campo científico brasileiro, bem nos termos de Pierre Bourdieu (2003), têm atribuído a esta instituição de ensino e seus componentes. Isso mostra como

essa universidade, e com destaque para a Faculdade de Ciências Humanas, tem galgado posições de centrais e de vanguarda no campo acadêmico e científico brasileiro, apesar de (ou em razão de) sua condição periférica e fronteiriça. O desafio de produzir conhecimento nessas condições é de fato grande, mas a responsabilidade social e política talvez ainda seja maior. De todo modo, o que realmente causa espanto é que esse nível de maturidade é atingido apesar do julgo de múltiplos ataques e desmontes que atingiram essa instituição de ensino superior recentemente.

Trajetória e introdução à pesquisa da tese de doutorado

A tese referida foi defendida em novembro de 2019, com o título “Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista”. Ela foi fruto de uma pesquisa de pós-graduação que se inicia em 2014, quando eu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp, ainda no nível de mestrado. Observa-se com isso que foi um longo processo de pesquisa e reflexão, talvez um pouco mais do que o planejado e desejado, com certos desvios imprevistos e surpresas inesperadas, tanto positivas quanto negativas. De todo modo, foi uma trajetória extremamente rica em termos de formação intelectual e de rigorosa produção de conhecimento, por muitas vezes de forma solitária, como é próprio do labor reflexivo e do exercício da escrita, mas por outras tantas com intensos e acalorados debates de ideias e, sobretudo, de muita camaradagem e ajuda mútua, que certamente é um fator de evolução mais poderoso que a competição, como afirmava Piotr Kropotkin (2009).

Nesse sentido do trabalho coletivo e de ajuda mútua, é digno de nota o papel essencial que os grupos de pesquisa, de leitura e discussão, assim como laboratório, salas de estudo e os *campi* universitários como um todo tiveram para uma efervescente produção de conhecimento durante o meu processo formativo e

que até hoje, apesar de diversos reveses que a vivência universitária sofreu, se mantêm fundamentais. Como afirma Wright Mills (1975), para caminhar no sentido de ampliar seu conhecimento das condições sociais do trabalho intelectual, sem dúvida cercar-se de um grupo de pessoas que ouvem e falam sobre suas reflexões é fundamental. Dentre esses grupos dos quais pude fazer parte no processo formativo e de pesquisa, destaco o conjunto dos integrantes, tanto de alunos como de professores, do Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (GEOPLAN), da Unicamp; e do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN), da USP; além de diversos grupos de leitura sobre obras fundamentais da Geografia e da teoria social, em especial os livros do Milton Santos.

Além dessas intensas atividades com grupos maiores, é fundamental reconhecer a parceria e todo o apoio intelectual, reflexivo e formativo do meu orientador, professor Márcio Cataia, com quem pude trabalhar desde o segundo ano de graduação, ainda no contexto de iniciação científica, desenvolvendo dois projetos de pesquisa que possuíam objetos totalmente distintos do que posteriormente foi estabelecido no projeto de pesquisa que guiaria minha formação na Pós-Graduação. Certamente um dos momentos mais indispensáveis dessa longa trajetória foi justamente no momento de delineamento do projeto de pesquisa, na época para a realização de uma dissertação de mestrado, onde trabalhamos intensamente durante todos os dias no decorrer de uma semana. Sem este apoio, certamente seria muito mais difícil que a pesquisa evoluísse, muito menos chegasse ao nível de qualidade e maturidade que levou à consideração da passagem do nível de mestrado para o de doutorado direto. Fato este que ocorreu em março de 2016, por ocasião da defesa de qualificação, quando a banca avaliadora, após leitura desse projeto e do relatório com os resultados até então alcançados, recomendou a continuação da mesma pesquisa, mas agora no nível de doutorado.

Essa passagem para o doutorado direto permitiu maior tempo para aprofundar algumas ideias que ainda estavam somente esboçadas e desenvolver outras previstas no projeto de pesquisa. Porém, como será discutido um pouco mais adiante, a partir do ano de 2016 há uma intensificação e aceleração de processos que movimentam o mundo, a realidade concreta, e especialmente da formação socioespacial brasileira. O que levou a alteração e reordenamento dos objetivos previamente estabelecidos no projeto, o que, em certa medida, não é totalmente inesperado, se aceitarmos que eles são construídos com bases provisórias e, dessa forma, exigentes de revisão constante (GRAWITZ, 2000).

Por essa razão, o objetivo central da pesquisa foi expandido e outros elementos incorporados, pois se mostraram centrais para acompanhar o movimento real-concreto do objeto. Portanto, inicialmente o projeto de pesquisa traçava como principal objetivo “compreender as recentes transformações da economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), impulsionadas pela exploração e produção de petróleo na Bacia de Santos”. Porém, a este mesmo objetivo foi agregado a “análise da conformação dos diversos círculos de cooperação no espaço que buscam viabilizar (ou interditar) o espaço da RMBS para tal circuito, assim como as atuais dinâmicas políticas da formação socioespacial brasileira mediam e modulam tal relação entre o circuito do petróleo e a economia política da RMBS”.

O que se observa nesse processo de revisão dos objetivos de pesquisa, é que não há o abandono, nem a substituição do objeto real com o qual se buscava tratar, a produção de petróleo no Pré-sal e o espaço da Baixada Santista. Metodologicamente foi reconhecido novos elementos que passaram a ser fundamentais para se manter perseguindo os processos e as formas de agregação (e desagregação) desse social concreto (LATOUR, 2012), independente dos limites previamente impostos pelo concreto pensado, aquele produto da elaboração das percepções e representações em conceitos (SILVEIRA, 2014) mobilizados no momento de confecção do projeto de pesquisa.

Refere-se aqui à “desagregação” do social, pois em grande medida em função de crises políticas que passam a emergir na formação socioespacial brasileira a partir de 2014 e chegam ao seu ponto máximo em 2016 e da desmobilização de círculos de cooperação no espaço que operavam no território nacional e especialmente na região, o efetivo e material entrelaçamento das atividades de produção de petróleo ao espaço da Baixada Santista não se realiza. Ainda que isso abale sensivelmente o concreto pensado inicialmente projetado, a vontade de perseguir esse “concreto-real” foi maior, o que, inclusive, possibilitou a construção de outras ricas reflexões teóricas e conceituais mais ao final da pesquisa, como se verá mais adiante.

Além de realizar essa apresentação sobre o contexto de premiação e trajetória de desenvolvimento da pesquisa de doutorado, o intuito de minha contribuição ao presente livro é apresentar de forma sucinta os principais resultados obtidos pela pesquisa empírica de minha tese de doutoramento, e que serão pontuados na parte a seguir do texto. De igual modo, este capítulo visa apontar as preocupações de ordem teórica e conceitual mais significativas com as quais estive às voltas durante o processo de escrita da tese e que me instigaram intelectualmente a perseguir e que, de algum modo, visavam contribuir com a teoria da Geografia e a Teoria Social. Ou ainda, uma prática teórica que não se furtou do objetivo de integrar e colaborar com a transformação da prática social e, especialmente, da prática espacial.

O esforço de encarar concretamente uma situação geográfica

Como dito anteriormente, a pesquisa dessa tese nasceu do desejo de se fazer uma análise concreta de uma situação concreta, segundo a famosa expressão de Lenin, lembrada até mesmo por Bruno Latour (2017). Em Geografia diríamos que buscamos realizar uma análise concreta de uma situação geográfica, não se resumindo a uma análise descritiva de particularismo isolados, mas levando em consideração os contextos mais amplos (CATAIA; RIBEIRO,

2015) no qual ela se encontra concretamente inserida, ou seja, nas dinâmicas do mundo, da formação socioespacial e das regiões.

Nesse sentido, pode-se falar que nessa situação geográfica se encontra o entrelaçamento de vetores externos (verticalidades), que buscam desorganizar as ordens preestabelecidas no espaço, a fim de ordená-las segundo suas racionalidades, aqui representado pelo circuito espacial produtivo. E, de modo indissociável, vetores internos (horizontalidades), que dão o sentido de contiguidade e se fundam na solidariedade orgânica entre os lugares (SANTOS, 2009a), expresso na economia política das cidades.

A partir dessas compreensões, estabeleceu-se como instância de análise a Região Metropolitana da Baixada Santista² (RMBS), enquanto a situação geográfica sobre a qual a pesquisa se centrou. Esta passou a ser analisada a partir dos tensionamentos que sua economia política passou a sofrer desde que novas dinâmicas e geometrias do circuito espacial produtivo do petróleo passaram a se estabelecer no território brasileiro, tornados mais significativos a partir dos anúncios de descobrimento de grandes reservas de petróleo do Pré-sal, especialmente na Bacia de Santos.

Essa situação geográfica, portanto, não se apresentou enquanto uma unidade territorial formalmente constituída, cristalizada e estática, mas enquanto instância de síntese entre a economia política das cidades da RMBS e o circuito espacial produtivo do petróleo que passa a se fazer mais presente na região. Isso ajuda a mostrar que o desejo realizar uma análise concreta não significa examinar uma singularidade espacial apartada da história e de seus movimentos. Muito pelo contrário, ela pressupõe compreender uma situação geográfica como manifestação e produto provisório, instável, do movimento de totalização; enquanto área de ocorrência dos eventos geográficos, estes entendidos como veículos de uma ou várias possibilidades

² A Região Metropolitana da Baixada Santista é composta por um total de nove municípios: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga e principalmente Santos.

existentes, unidades do movimento histórico que nessas situações ganham extensão (SILVEIRA, 1999).

Nesse sentido, tanto a situação geográfica, a Baixada Santista, quanto o circuito produtivo tomados como preocupações empíricas centrais da pesquisa, passaram a dar indicativos de mudanças significativas em suas formas e conteúdos a partir da emergência de um dos mais importantes eventos geográficos (SANTOS, 2009a) para a história recente da formação socioespacial brasileira: a descoberta de grandes reservas de petróleo no Pré-sal. Isso ocorre no ano de 2006, apesar de serem efetivamente comprovadas e noticiadas em 2007, quando a Petrobras decide então intensificar a exploração de petróleo na Bacia de Santos, perfurando um poço que permitisse atravessar a espessa camada de sal.

A partir desse evento geográfico, todo o circuito espacial produtivo do petróleo, tanto no território nacional quanto em toda sua extensão global, passa a ganhar novas geometrias e dinâmicas. Porém, dada a complexidade do conjunto de agentes, técnicas, normas e lugares que envolvem todo esse circuito, desde sua produção até o consumo final da ampla variedade dos subprodutos derivados, a pesquisa não teve como objetivo mapear e analisar todas as etapas que o compreende. Ela se deteve mais especificamente na etapa da produção (*stricto sensu*) do petróleo bruto, mais precisamente em mar, com o intuito de dar maior relevo às análises que envolvem as transformações da economia política da RMBS.

Dentre as empresas atuantes especificamente na exploração e produção de petróleo no território nacional, conhecidas como petroleiras, a estatal Petrobras ainda se mostra como uma das mais relevantes. Essa centralidade ainda é maior quando se observa a preponderante presença da empresa estatal de petróleo na RMBS. Apesar de outras petroleiras terem operações semelhantes na Bacia de Santos, somente a Petrobras passa a se fazer mais atuante na região a partir das descobertas dos reservatórios em camada pré-sal nessa bacia. Isso fica mais evidente e materialmente relevante para região a partir da instalação da nova sede da Unidade de

Operações de Exploração e Produção na Bacia de Santos (UO-BS) na cidade de Santos, inaugurada em 2014.

Porém, um dos elementos mais significativos que a pesquisa de doutorado mostrou é que antes mesmo do início das atividades dessa nova sede da Petrobras, a região da Baixada Santista ativamente começa a reorganizar, modernizar e adaptar seu espaço aos imperativos das empresas e operações ligadas ao circuito do petróleo. Ainda que nesse momento isso se manifestasse somente como projetos de infraestruturas de circulação, de reestruturação urbana e de promoção à pesquisa científica e tecnológica; e certas iniciativas de se estabelecer mecanismos de agregação de agentes privados, públicos e associações empresariais para que estes se integrassem e/ou atendessem as demandas principais desse circuito produtivo. De todo modo, isso ocorre na medida em que diversos círculos de cooperação no espaço passam a se constituir com o intuito de viabilizar o território (SILVEIRA, 2003) dessa região à ação das empresas hegemônicas do circuito. Círculos de cooperação estes que conjugavam uma miríade de agentes de natureza estatal, corporativa e organizações de solidariedade, mas que, em grande medida, se organizavam em torno da Petrobras.

Se durante esse primeiro momento há uma aproximação muito coordenada entre o circuito produtivo do petróleo e a Região Metropolitana da Baixada Santista, a partir de um segundo, esse movimento passa a se mostrar profundamente tenso e com diversas incertezas. Esses dois momentos não só coincidem, como expressamente derivam das crises políticas que emergiram a partir de meados de 2014 e, por relação, dos distintos modos de mediação que a formação socioespacial brasileira estabelecia nessa relação entre o circuito e a RMBS. No primeiro momento, muito em razão das políticas neodesenvolvimentistas, as mediações se mostravam no sentido de viabilizar e garantir tal aproximação. Mas no segundo, com a reescalada neoliberal no governo central, o movimento de aproximação entre o circuito e a RMBS, em grande medida, é suspenso.

Por razão dessas radicais transformações ocorridas no território brasileiro a partir de 2014, e sobretudo de 2016, parte significativa dos projetos mobilizados pelos círculos de cooperação instituídos na RMBS se mantiveram somente como futuro possível, mas não realizado. Porém, ainda que o circuito do petróleo no Pré-sal da Bacia de Santos atualmente indique uma tendência à reconcentração das principais operações ligadas à produção no estado do Rio de Janeiro, as bases materiais e organizacionais já mobilizadas por esses círculos de cooperação na RMBS deixam em aberto as possibilidades futuras de ação do circuito na região. Ao mesmo tempo, esse futuro se mostra cada vez mais incerto, visto que as instabilidades da crise estrutural se intensificam e se aceleram nesse circuito, ainda mais a partir das novas diretrizes da Petrobras quanto aos seus investimentos, se desfazendo de ativos e reduzindo o financiamento de novos projetos em todos os segmentos da empresa, assim como as políticas governamentais, nos níveis municipais, regional (metropolitano), estadual e, sobretudo, federal.

Passa-se então a se observar uma certa crise na RMBS, proveniente da confusão dos espíritos (SANTOS, 2012) da região em relação ao referido circuito. Esta se expressa na desintegração das ações conjuntas entre as cidades que compõem a região que visavam a transformação de sua economia política ao circuito do petróleo, passando a vigorar ações individualizadas, pontuais e reativas. Isso igualmente se observa no acirramento da competição entre essa região e outras frações do território nacional para a atração de agentes, etapas e operações desse circuito, ou seja, o aprofundamento da guerra dos lugares. Além disso, se vê a intensificação das indecisões de ações de diversos agentes econômicos e políticos da RMBS em relação ao futuro do circuito produtivo do petróleo.

Desenvolver uma pesquisa a partir dessa situação geográfica particular, além de suas relações com os eventos geográficos derivados do circuito espacial produtivo do petróleo que nela se materializavam, provocaram inúmeros desafios, mas aqui

explicitamos somente dois: um de natureza analítica e metodológica, e outro de ordem teórica e conceitual, que será melhor apresentado na parte seguinte do presente texto. O primeiro pode ser expresso a partir de um caso anedótico: durante o processo formativo da pós-graduação foram constantes os questionamentos sobre quais seriam minhas justificativas e motivações para a escolha dessa situação geográfica e o circuito de produção de petróleo como objetos de pesquisa.

Em diversas situações essa questão surgia por parte de interlocutores que procuravam encontrar em mim algum traço afetivo, de pertencimento ou de trajetória de vida pessoal que me ligasse ao objeto de análise, o que de fato não existia até o momento de iniciar a pesquisa. Em certa medida, esse “estranhamento”, no sentido forte do termo, tenha fornecido um ponto de vista privilegiado em relação ao concreto-real que se apresentava. Isso porque o meu desconhecimento da vida de relações que animavam as cidades que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista e a total ignorância no que se refere à miríade de objetos e termos técnicos que constituem o processo de produção de petróleo permitiram que eu pudesse ter a princípio uma abordagem “etnográfica” do meu objeto de estudo, algo semelhante à visita de antropólogos a um laboratório de microbiologia (LATOURET; WOOLGAR, 1997).

Tal abordagem em relação ao objeto de análise permitiu a um só tempo cumprir duas importantes orientações dadas por Milton Santos (2013) em relação às precauções para se ter em uma pesquisa em Geografia, e talvez para as disciplinas em humanidades: o abandono de todo preconceito, assumindo o risco de ser apontado por não ter preconceito; e a exigência da análise preceder a crítica, de modo que esta possa ser eficaz e para que se possa elaborar um discurso eficaz. Em certa medida, essas orientações encontram eco em dilemas com que recorrentemente a Teoria Crítica enfrenta: as tentações do elitismo e os perigos do paternalismo epistemológico e político, comumente presentes em diagnósticos dos déficits estruturais de reflexividade, em que os agentes sociais têm suas

capacidades de agência e de crítica rebaixadas pela própria análise empregada pelo pesquisador (CELIKATES, 2012). Ainda que a tese partilhe de horizontes de preocupação similares ao da Teoria Crítica, ela não se furtou de tensionar esses dilemas, se valendo do princípio da simetria (*idem*) entre pesquisador e objetos de análise, sem é claro deixar de reconhecer algumas assimetrias de poder entre os agentes estudados, assim como entre estes e o próprio pesquisador.

O esforço da prática teórica para fundamentar a pesquisa e desenvolver a ciência

Para além do pequeno número de estudos em Geografia, principalmente da assim chamada “Geografia Humana” e ainda mais com enfoque na economia política das cidades, sobre a situação geográfica estabelecida como objeto de estudo, a RMBS; assim como em relação à produção de petróleo, em especial fundamentada na abordagem dos circuitos espaciais produtivos; a pesquisa precisou enfrentar outro desafio: realizar um esforço teórico que constitui-se para si um sólido, coerente e pertinente de conceitos que desse conta de uma interpretação rigorosa desses objetos. A partir disso, essa pesquisa precisou, assim como todas que visam submeter um objeto de pesquisa a um exame crítico e radical, desenvolver uma profunda prática teórica, no sentido dado por Louis Althusser (2015).

Isso é um esforço fundamental da pesquisa científica, pois, ainda que se tenha a intenção de realizar uma análise concreta sobre uma situação concreta, ela obviamente não consiste no trabalho de reflexão sobre um puro “dado” objetivo, que estaria presente nos “fatos” puros e absolutos, que permeiam o concreto-real e que é objeto do conhecimento (ALTHUSSER, 2015). Isso não significa igualmente realizar uma pura abstração, muito pelo contrário, seria a produção de um concreto pensado, a produção de um conhecimento fruto da prática teórica, do trabalho científico. Ainda segundo o filósofo francês, esse esforço, por sua vez, consiste

em elaborar seus próprios fatos científicos, elaborar sua própria teoria, ou seja, uma unidade complexa de conceitos que são condição e meio para a produção de conhecimento e verdades científicas. Por isso, como afirmava Wright Mills (1975, p. 222), ao indicar caminhos para a imaginação sociológica e para o artesanato intelectual, o árduo e, por muitas vezes, profundamente árido trabalho de pesquisa empírica deve, de forma pretensiosa, além de proporcionar um grande volume de material em proporção ao tempo e esforço, ter implicações para as construções teóricas.

Inspirado por esses princípios, a tese procurou de forma humilde e igualmente rigorosa, não só tecer um sistema de conceitos que permitisse produzir seu concreto pensado, mas também contribuir com uma “teoria menor” e com vistas incidir, a partir de nosso partido de método, no debate de uma “teoria maior”. Para tanto, tomou-se o entendimento dado por Milton Santos (1982), para quem a teoria menor com que lidamos em nossa província do pensamento seria a própria teoria geográfica, e que sua prática teórica estaria voltada à formulação de conceitos, ideias e análises que permitissem interpretar o espaço humano. Porém, ela não está apartada de uma teoria maior, que seria uma teoria social. Ao contrário, ela faria parte de um esforço intelectual que busca escapar de tautologias que não contribuem para a análise objetiva da realidade, mas sim que vise constituir um ponto de vista substantivo para compreender de forma concreta e situada os respectivos processos gerais com que se preocupa a teoria social, ainda que, ao modo particular, partindo do espaço como objeto concreto construído e a ele voltando.

Para responder este compromisso com a prática teórica, a tese buscou estruturar um sistema de conceitos coerentes entre si, mas, além disso, que desse centralidade e relevo ao papel ativo do território na realidade social concreta. Mostrou-se essencial, portanto, tomar como pressuposto que o território, apesar de se apresentar no plano concreto-real enquanto uma totalidade integral e indissociável, como concreto pensado, ele pode ser compreendido enquanto uma realidade cindida que se mantém em

permanente movimento dialético. Tal cisão se estabelece entre os objetos e as ações, as técnicas e as normas que o constitui, o que se faz possível somente quando esse território é compreendido a partir de seus usos (SANTOS, 2005a). Somente a partir dos usos, entendidos enquanto manifestações da ação social e da práxis, torna-se factível falar em uma ontologia do espaço e, portanto, de verdadeiras relações dialéticas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, entre as condições historicamente herdadas e os projetos (previstos e imprevistos) para sua transformação (RIBEIRO, 2003).

A pesquisa, portanto, se filiou ao partido de método que toma o território, ou mais precisamente, o território usado, como categoria central da teoria geográfica, a teoria menor que praticamos. Reconhece-se ainda que o território usado pode ser entendido como sinônimo de espaço banal, espaço de todos os Homens, empresas, instituições e governos (SANTOS, 2005a). Desse modo, atualizando a problemática iniciada por Jean Gottmann (2012 [1975], p. 77), ao dizer que a evolução do conceito de território vem enfraquecendo o papel da segurança e da soberania, encorajando a ascensão de regionalismos políticos amplamente baseados em queixas econômicas.

Dentre as diversas formas possíveis de abordar formas como podem se manifestar esse uso do território, a tomada na tese foi a que se enfoca na análise das diversas etapas, agentes e lugares que compõem e são perpassados pelo processo produtivo capitalista, revelando assim formas particulares de uso capitalista do território (CALABI; INDOVINA, 1992). Para tanto, mostrou-se essencial discutir “a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (MORAES, 2017, p. 32). Desse modo, foi possível revelar as formas, funções, estruturas e processos que fundam a divisão territorial do trabalho e, assim, compreender como os lugares ao mesmo tempo que se diferenciam (SANTOS, 2009a), se moldam e resistem às imposições desses novos usos do território.

Com o intuito de constituir a teoria própria para realizar a pesquisa de doutorado, ou seja, o sistema de conceitos sobre os quais a pesquisa se fundamentou, tomou-se a ideia de circuito espacial produtivo (MORAES, 2017; ROFMAN, 2016; SANTOS, 1986) como elemento central, a partir do qual os demais conceitos se vinculariam e entrariam em relação. Este conceito ajuda a revelar a “importância político-estratégica da problemática espacial e a consistente necessidade de colocar em evidência as causas últimas que a determinam (...) para o estudo do espaço construído nos países capitalistas subdesenvolvidos” (BARRIOS, 2015, p. 352).

Esse conceito se mostrou relevante à pesquisa devido ao foco que ele dá às implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, assim como ao papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas (CASTILLO; FREDERICO, 2011). Ele também contribui na atualização dos estudos das dinâmicas espaciais no período da globalização, quando a competitividade e as especializações produtivas, dos agentes e lugares, se revelam como importantes marcas e imperativos de seu momento histórico (SANTOS, 2012).

Derivado e a partir do qual o circuito espacial produtivo estabelece uma indissociável e tensa relação dialética, tem-se o conceito de círculos de cooperação no espaço (MORAES, 2017; SANTOS, 1986). A pertinência e fundamental centralidade desse conceito no período atual da globalização vem de sua capacidade de incorporar as discussões sobre a preponderância dos fluxos imateriais na constituição de novos contornos e dinâmicas da produção. Esse instrumento analítico torna possível reconhecer, na perspectiva da integração das etapas que compõem o processo produtivo, as novas formas em que se constituem as articulações entre cada uma delas e qual o papel dos diversos agentes envolvidos na coordenação das atividades empreendidas no decorrer do processo (ANTAS JR, 2013). Ao mesmo tempo, na perspectiva dos lugares, o conceito dos círculos de cooperação no espaço abre possibilidades para se entender como os circuitos

produtivos, principalmente cada fragmento que o constitui, se materializam em determinadas parcelas do território, sejam lugares, cidades e/ou regiões.

Apesar das potencialidades explicativas que o conceito de círculos de cooperação no espaço pode trazer às análises das dinâmicas de produção e da vida de relações dos lugares, este ainda necessitava de maiores esforços de sistematização. A partir dessa preocupação, a tese propôs desenvolver um caminho de decomposição e/ou o estabelecimento de uma tipologia desses círculos de cooperação, tendo sido propostos seis dimensões interconectadas e contraditórias entre si nas quais os agentes mais ou menos diretamente ao circuito operam: a informacional, a financeira, a normativa, a técnico-científica, a das infraestruturas e a dos fornecedores³. Ainda como proposição de avanço desse conceito, buscou-se colocar em debate a noção de dispositivo de cooperação⁴, enquanto formas, objetos, normas e mecanismos de racionalização dos espaços e dos agentes aos ditames dos circuitos espaciais produtivos no período da globalização.

O conceito de círculos de cooperação no espaço, permite assim um duplo caminho de análise: por um lado, compreender as novas formas de integração e dinâmica da totalidade das etapas, operações, lugares e agentes que compõem os circuitos produtivos, muito fundamentadas nos fluxos imateriais; e, por outro lado, como esses circuitos se “espacializam”, ou seja, como estes, ou ao menos parcelas deles, passam a integrar efetivamente a vida de relações dos lugares. Principalmente em razão desse segundo aspecto, se mostrou essencial o estabelecimento de uma relação

³ Na tese essas tipologias e dimensões dos círculos de cooperação no espaço são melhor apresentadas, assim como o reconhecimento do conjunto de agentes que operam prioritariamente em cada uma delas, sejam eles de ordem estatal, corporativa e de organizações de solidariedade; e em quais escalas geográficas onde cada uma delas se constituem de forma mais direta e permanente. Para isso, consulte a figura apresentada em Duarte (2019, p. 103).

⁴ Um tratamento mais detalhado e embasado sobre essa noção está contido em Duarte (2021).

entre os conceitos de circuito espacial produtivo, círculos de cooperação no espaço e economia política das cidades, segundo o entendimento de Milton Santos (2009b). Com isso, a cidade, essa parcela do espaço geográfico, pode ser interpretada, ela própria, como um agente ativo no processo produtivo. Pois ela passa a ativamente escolher entre acolher ou repulsar, se adaptar ou modificar determinados vetores que incidam sobre seu espaço, impondo normas e técnicas que, via de regra, são estranhas a ela.

Assim como existe uma cisão, uma dialética, entre os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação no espaço, de igual modo essa economia política possui duas faces: uma da cidade e outra da urbanização. A primeira, expressa como a cidade se organiza em face da produção, o que se expressa tanto nas transformações das ações dos diversos atores da vida urbana, quanto na reorganização de suas materialidades (SILVEIRA, 2011). A segunda, por sua vez, visa revelar como se dá a distribuição dos instrumentos de trabalho, dos recursos e da força de trabalho na superfície de um país, o que mostra uma maior preocupação com a economia política do território e a formação socioespacial (*idem*).

A partir do estabelecimento dessa tensa relação dialética entre os circuitos espaciais produtivos e a economia política das cidades, ainda revelou como essencial a constituição de uma instância mediadora. Nesse sentido, a categoria de formação socioespacial, tal como proposta por Milton Santos (2005b, p. 28), se mostrou fundamental e operacional. Ao compreendê-la enquanto instância mediadora (e também moduladora) entre o modo de produção vigorante e os lugares. Pois, como afirma o geógrafo, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”. Como afirma Maria Laura Silveira (2014, p. 159), esse acúmulo histórico se expressa na configuração territorial existente, nas diferentes temporalidades da divisão territorial do trabalho e na economia política da urbanização do território de uma nação.

A pesquisa assim estrutural como eixo central do sistema conceitual que sustenta a teoria particular sobre o qual a pesquisa

se desenvolveu os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço, economia política das cidades e economia política da urbanização, e formação socioespacial. Obviamente, outros conceitos tantos conceitos são agregados para auxiliar estes centrais, que sustentar argumentos e contribuir com as análises e reflexões sobre o concreto pensado da pesquisa.

Considerações finais: rumo a uma teoria crítica e a outras práticas espaciais

Como resultado da análise concreta, mas igualmente teórica da situação geográfica estudada na tese de doutorado, pode-se reconhecer que ela, a Região Metropolitana da Baixada Santista, a partir da crise política iniciada em 2014, e aprofundada em 2016, na formação socioespacial brasileira, encontra-se num estado crítico de tensão em relação ao seu futuro, principalmente face às indeterminações do circuito espacial produtivo do petróleo. Ela se encontraria no que chamamos de situação geográfica em paralaxe, ou seja, onde a relação dialética entre seu passado (sítio) e seu futuro (ação), ao menos em relação ao circuito do petróleo, parecem não encontrar sínteses. Seria como se um evento geográfico, encarnado nesse circuito produtivo, se mantivesse num estado de suspensão, em que este não se realiza por completo, mas tampouco se mostra totalmente abortado. As possibilidades materiais e organizacionais para sua realização se mostram dispostas no lugar e na totalidade-mundo, mas sua efetividade se mantém somente como latência.

A região se encontraria, portanto, num estado de crise, ainda que não em razão de sua dependência econômica em relação à economia do petróleo e, assim, sentindo a fragilidade sistêmica da região com relação a um crescimento vertiginoso do desemprego, queda de renda ou da arrecadação dos municípios. Mas sim de uma crise derivada do tensionamento de sua experiência com o tempo presente, em que se observa cada vez mais sua separação

entre o passado ultrapassado e um futuro que recua mais rápido do que se avança.

Essas reflexões simultaneamente nascem pelo e se orientam para um horizonte de preocupações em que se estabelece o diálogo e que visa uma certa incidência, ainda que tímida, na teoria maior, na teoria social, tendo como caminho o espaço geográfico e a teoria menor. Desse modo, pode-se dizer que a tese se filia a uma teoria crítica por duas razões. A primeira, por não se limitar à tarefa de testar e verificar teorias, maiores e menores, mas colocá-las sob análise e crítica, tal qual o objeto estudado, visando adequá-las às condições atuais do mundo atual, criando novas teorias que não visem exclusivamente negar as precedentes, mas antes tecer uma “relação entre o novo e seu significado original, e as coisas velhas com seu novo significado” (SANTOS, 2008, p. 194–195). A segunda, por sua vez, vem do esforço de dialogar e incidir na teoria maior, buscando assim se vincular à prática social geral, considerando sua condição determinada, mas igualmente seu devir e transformação (ALTHUSSER, 2015).

A partir desses entendimentos, pode-se afirmar que o trabalho da ciência realizado durante a elaboração dessa tese de doutorado não se limitou a constituir uma teoria própria somente para realizar uma análise sobre um objeto determinado, assim como não se restringiu às contribuições ao campo do conhecimento ao qual pertence, à Geografia, e a sua teoria menor. A prática teórica desenvolvida na tese também procurou dialogar com uma teoria maior que permitisse se vincular à prática social e, sobretudo, vislumbrasse sua transformação, entendendo que isto só ocorrerá se incluir outras práticas espaciais (SOUZA, 2013), outros usos do território, que se expressem na reconfiguração dos circuitos espaciais produtivos e na constituição de outras bases da economia política das cidades. Talvez um indicativo de que essas pretensões foram ao menos esboçadas com certo rigor e com potenciais de desdobramentos esteja no fato do reconhecimento desse trabalho, materializado na forma de premiação, vir particularmente de uma associação de planejamento urbano e regional.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro. **Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Havana (Cuba), 2013.
- BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 351–368, 24 jul. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2003.
- CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, n. 9, p. 57–66, 1992.
- CASTILLO, Ricardo Abid; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, 18 mar. 2011.
- CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas metodológicas de pesquisa em geografia. **Revista da Anpege**, v. 11, n. 15, p. 9–30, 2015.
- CELIKATES, Robin. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. **Novos estudos CEBRAP**, p. 29–42, jul. 2012.
- DUARTE, Luciano. Aproximações à noção de dispositivos de cooperação: como os circuitos espaciais produtivos se lugarizam. In: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Isabel (Org.). **Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de iniciativas cidadãs, 2021.
- _____. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Tese de Doutorado, Campinas, 2019.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.

- GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. Paris: Editions Dalloz - Sirey, 2000.
- KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LATOUR, Bruno. **Où atterrir? comment s'orienter en politique**. Paris: La Découverte, 2017.
- _____. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.
- MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (Org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica sobre do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- ROFMAN, Alejandro. Notas sobre subsistemas espaciais e circuitos de acumulação regional. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 247–274, 10 nov. 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP: Edusp, 2009a.
- _____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: BARRIOS, Sonia (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- _____. O retorno do território. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005a.
- _____. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, p. 5–22, 1982.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: EDUSP, 2009b.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005b.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: EDUSP, 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Cátia Antonia (Org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía**, v. 2, n. 16, p. 28, 2014.

_____. Região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. IV, n. 6, p. 21–28, jun. 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes De. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

USO E COBERTURA DAS TERRAS EM ÁREAS PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO, MATO GROSSO DO SUL

Rafael Brugnolli Medeiros¹

Introdução

De modo prático e, até certo ponto, irrefutável, discutir o uso e a cobertura das terras em áreas protegidas pela legislação nos levaria a acreditar que, de fato, estão protegidas e que seu estudo seria apenas para comprovar tal realidade. Quando trabalhamos em unidades de conservação, locais protegidos como áreas de preservação permanente, reservas naturais, monumentos estaduais e tantas outras unidades de proteção integrais presentes na legislação passaram na última década por um processo de desmonte de suas bases ecológicas/ambientais, perdas de vegetações nativas para o agronegócio, avanço de pastagens, mineração e turismo, todas essas atividades com o ideário ilusório de desenvolvimento trouxeram ou trazem consigo pressões e impactos ambientais negativos.

Como diz a atual Ministra do Meio Ambiente Marina Silva *“Temos de convencer as pessoas de que a floresta em pé é muito mais rentável do que destruída”* (VEJA, 2022), mesmo que tal frase diga respeito à Amazônia, é perfeitamente aplicável a toda e qualquer área florestal brasileira, já tão impactadas e escassas no território nacional. Na época, estava em vias de iniciar o novo governo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e já demonstrava que o viés

¹ Graduado em Geografia e Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0419-655X>; E-mail: rafael_bmedeiros@hotmail.com.

ideológico, político e de prioridades do governo viriam a ser o oposto do Presidente anterior. O que, de fato, foi e é.

Ao pensarmos o que foram os últimos anos e, sem nenhum receio de sermos reducionistas, podemos garantir que as questões ambientais foram totalmente deixadas de lado com vistas a fomentar o agronegócio brasileiro, algo que favorece poucos e traz impactos negativos a grande parte da população, redução na produção de alimentos, aumento de agrotóxicos, mudanças climáticas, perdas do equilíbrio ambiental e tantos outros impactos que podem ser comentados.

Ao estudar essa relação no Mato Grosso do Sul, a Tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados e intitulada “Zoneamento Ambiental para o Sistema Cárstico da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, Mato Grosso do Sul-Brasil”, tinha como viés principal propor um modelo adequado de ocupação antrópica diante das inúmeras pressões exercidas pelo setor econômico, dito agronegócio, sobre as questões ambientais, vegetações nativas e recursos hídricos.

Deste trabalho surgiram diversas pesquisas aplicadas, uma delas está descrita nesse capítulo. Ao trazer essa discussão para o contexto da área de estudo aqui discutida, a região de Bonito, percebemos que ela passa por um processo ocupacional massivo das lavouras de soja por inúmeros fatores, dentre eles, as características físicas como o relevo aplainado e o solo fértil, características ligadas efetivamente com ambiente cárstico.

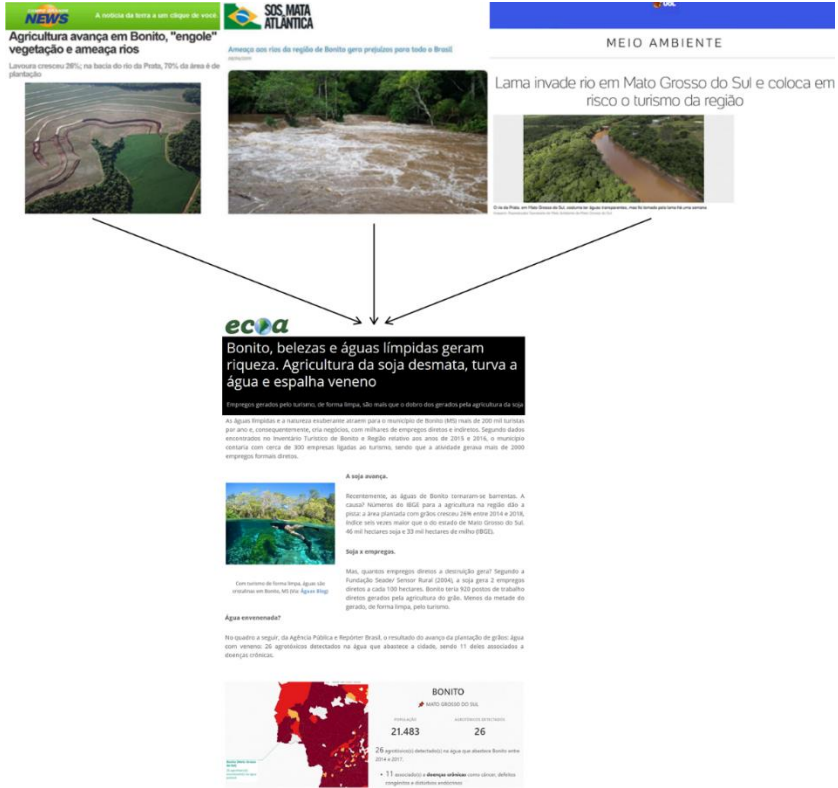
O grande e principal problema do sistema cárstico, que vai além das suas próprias fragilidades, é que sistemas hidrológicos cársticos são suscetíveis a uma gama maior de impactos ambientais, porque além das águas superficiais há outro conjunto de dificuldades associadas às redes de condutos subterrâneos altamente desenvolvidos e seus ecossistemas frágeis associados que, infelizmente, por “desaparecerem” no subterrâneo, estão “fora de vista” e passam a ser esquecidos (FORD e WILLIAMS, 2007).

Tais problemas relacionados ao carste e sua fragilidade perante as ações antrópicas trazem ainda questionamentos acerca da real aplicabilidade das ações legais e sua ineficácia com relação à proteção de recursos hídricos cênicos e vegetações nativas. Atualmente é possível notar um esforço ainda impotente das prefeituras locais para reduzir impactos e aumentar a resiliência ambiental dessas bacias hidrográficas.

Assim, Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), Monumentos Naturais (MNs), Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bodoquena, áreas úmidas e morros residuais padecem de recorrentes e massivos desmatamentos, o que acaba por deixar essa área ainda mais frágil. Essas questões já são evidenciadas atualmente na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso (BHRF) - (Figura 1).

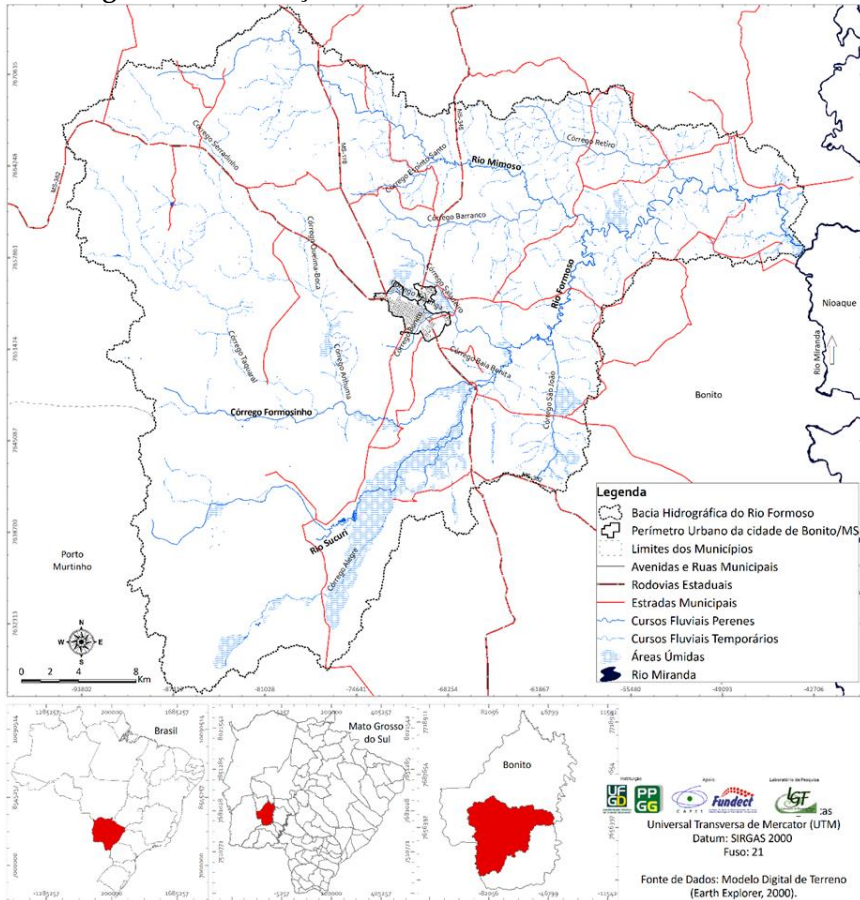
As vegetações florestais, os rios cênicos e as feições particulares existentes, como cavernas e abismos, possuem grande quantidade de espécies endêmicas, em que a percolação da água pelas fendas e fissuras das rochas carbonatadas já trazem uma característica delicada ao sistema. Além disso, o uso inadequado de terras, solos frágeis, altos declives e possíveis precipitações concentradas em determinadas épocas resultam em uma maior propensão aos dolinamentos, turvamento dos recursos hídricos e processos erosionais, entre outras modificações na bacia hidrográfica.

Figura 1 - Algumas das reportagens dos últimos anos sobre problemas ambientais em Bonito/MS.



Nesse arcabouço da pesquisa, a falta de literaturas bibliográficas e de artigos científicos em periódicos que integrem estudos aplicados ao carste no Brasil se tornou um entrave, já que muitas dessas referências estão ligadas ao turismo nessas áreas, bem como à litologia. Há, portanto, uma carência de estudos ligados às questões ambientais. A BHRF (Figura 2) tem no agronegócio a principal forma de ocupação, em meio a essa economia pujante, os conflitos iniciam na medida em que se confrontam os dois principais modelos econômicos: agronegócio e turismo. E, infelizmente, as questões ambientais ficam em segundo plano nos atuais zoneamentos estaduais, planos diretores e ordenamentos físico-territoriais dessas áreas.

Figura 2 - Localização da BHRF, Mato Grosso do Sul - Brasil.



Materiais e procedimentos metodológicos

O mapa de legislação ambiental dispõe de todas as áreas restritas legalmente que abrangem APP's, UC's, RPPN's, MNE's, até as faixas de proteção especial. Cada uma possui sua legislação específica, bem como as áreas previstas pelo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), que discorre sobre a proteção da vegetação nativa. Portanto, ao trabalhar com Brasil (2012), adotaram-se medidas de proteção relacionadas à:

a) Faixas marginais de qualquer manancial hídrico, seja ele perene e/ou intermitente:

- 30 metros, para cursos d'água que tenham menos de 10 metros de largura;
- 50 metros, para cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
- 100 metros, para cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura;
- 200 metros, para cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura;
- 500 metros, para cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros.

b) Áreas no entorno de lagos e lagoas naturais:

- 50 metros, em zonas rurais, em recursos hídricos com até 0,20km² de superfície;
- 100 metros, em zonas rurais, em recursos hídricos maiores que 0,20km² de superfície;
- 30 metros, em zonas urbanas.

c) Áreas no entorno de reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

d) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros;

e) Encostas ou partes destas com declividade superior a 45°;

f) Tipo de morros, montes, montanhas e serras com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°;

g) Veredas, com largura mínima de 50 metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

O Código Florestal se tornou a legislação reinante quando se trata da questão ambiental, entretanto algumas outras formas legais de proteção são definidas no município de Bonito. No momento em que é levado em consideração o rio Formoso, adotam-se duas importantes leis: Lei nº 1.871, de 15 de Julho de 1998

(MATO GROSSO DO SUL, 1998), que discorre sobre a forma de conservação da natureza, proteção do meio e defesa das margens nas áreas contíguas ao rio Formoso; e a Lei nº 2.223, de 11 de abril de 2001 (MATO GROSSO DO SUL, 2001) que traz questões relacionadas aos rios cênicos e a responsabilidade de proprietários de imóveis rurais e urbanos em fiscalizar e conservar os mananciais. Por meio dessas leis adotaram-se questões relativas à:

a) Criar Faixa de Proteção Especial de 300 (trezentos) metros de largura no rio Prata, rio Formoso e seus afluentes que proíbe sua utilização para atividades de agricultura, extração de madeira, indústria de qualquer tipo e porte, extração mineral de qualquer substância e criação de pequenos animais, com exceção feita à pecuária, apicultura e ao ecoturismo, este último desde que apresente um licenciamento ambiental.

Outras leis na esfera municipal merecem destaque, como a Lei Orgânica do Município de Bonito, de 05 de abril de 1990 (BONITO, 1990), que visa restringir possíveis problemas relacionados aos sistemas fluviais da região, sobretudo no que diz respeito à manutenção de rios para o município de Bonito e região, partindo assim para:

a) A proibição do desmatamento, descaracterização e qualquer outro tipo de degradação ao meio ambiente no trecho de 50 metros das margens de todos os rios e mananciais na área rural e de 30 metros das margens de todos os rios e mananciais na área urbana do município.

Já com relação às áreas protegidas pela legislação que estejam relacionadas ao PARNA da Serra da Bodoquena, RPPN's e os MNE's, existem outros decretos e deliberações:

a) Parque Nacional da Serra da Bodoquena;

• Decreto sem número de 21 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000);

b) Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda São Geraldo;

• Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos de Mato Grosso do Sul - Sema/MS por meio da Deliberação do

Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA) nº 003/1998. (MATO GROSSO DO SUL, 1998);

c) Reserva Particular do Patrimônio Natural de São Pedro da Barra;

- Conselho Estadual de Controle Ambiental- CECA/MS, no 4 de 11 de julho de 2003. (MATO GROSSO DO SUL, 2003);

d) Monumento Natural Estadual da Gruta do Lago Azul

- Decreto 10.394 de 11 de junho de 2001 (MATO GROSSO DO SUL, 2001);

e) Monumento Natural Estadual do rio Formoso;

- Decreto 11.453 de 23 de outubro de 2003 (MATO GROSSO DO SUL, 2003);

Atualmente, diante dos inúmeros problemas enfrentados pelos rios de Bonito, o governo estadual estabeleceu novas regras para as alterações ambientais na BHRF. Temos, a partir do ano de 2021, a Lei dos banhados (Lei nº 5.782, de 15 de dezembro de 2021), para a proteção e preservação ambiental dos banhados das nascentes dos rios da Prata e Formoso. São 136,59km² de preservação permanente que, em tese, cabe a nós pesquisadores alertar e à legislação coibir a ocupação antrópica nessas terras.

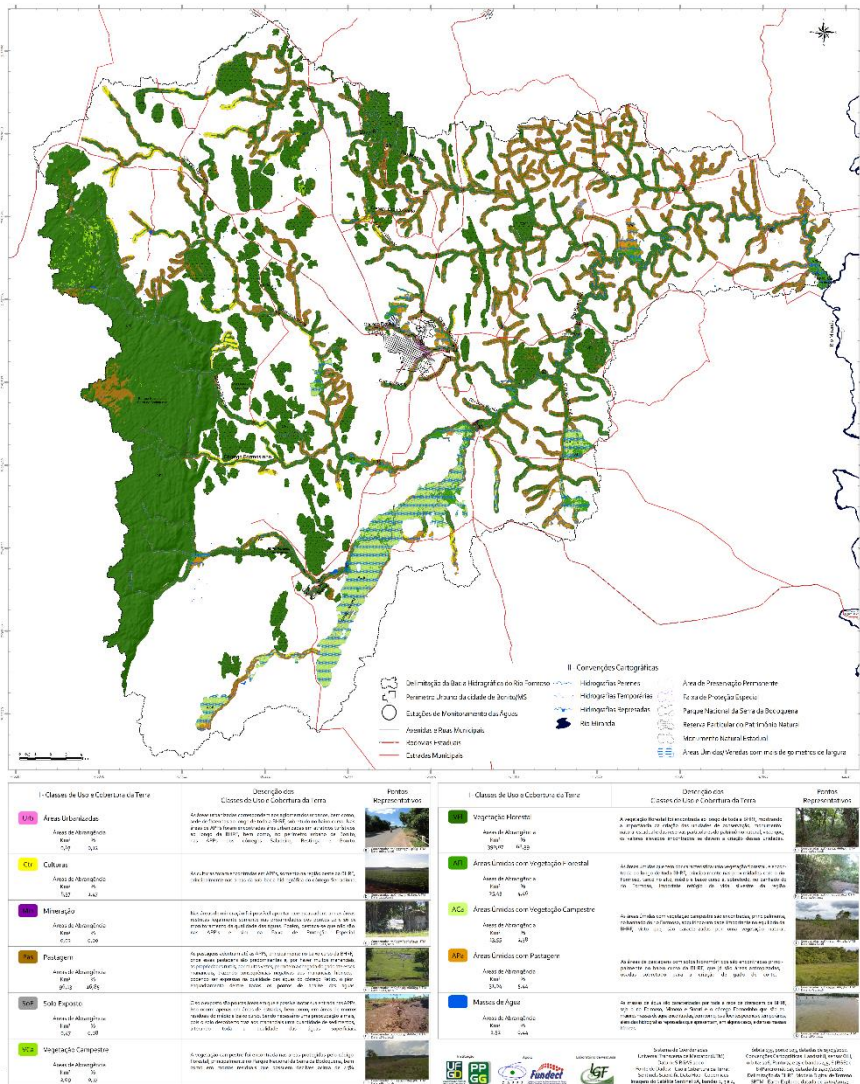
Nesses mapeamentos das APP's (BRASIL, 2012) e das áreas protegidas legalmente (BONITO, 1990; MATO GROSSO DO SUL, 1998 e 2001) foi realizado um *buffer* de acordo com orientações da legislação. A partir disso, realizou-se o mapeamento do uso e cobertura das terras utilizando as imagens do satélite Sentinel 2A/MSI, órbita 135 e ponto 101, datada de 15 de março de 2017. Para tanto, foi indispensável o emprego dos SIG's Spring 5.2.7 e ArcGis 10[®] para manuseio e processamento das imagens de satélite.

Uso e cobertura das terras nas áreas restritas legalmente na BHRF

As áreas protegidas abrangem o PARNA da Serra da Bodoquena, a Reserva Particular do Patrimônio Natural de São Pedro da Barra, a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda São Geraldo, o Monumento Natural Estadual do Rio

Formoso e o Monumento Natural Estadual da Gruta do Lago Azul, além das áreas de APP's expressas pelas legislações supracitadas e as faixas de proteção especial (Figura 3).

Figura 3 – Uso e cobertura das terras nas áreas protegidas pela legislação na BHRF, Mato Grosso do Sul - Brasil.



A análise do mapa de legislação ambiental inicia com a compreensão dos usos atuais nas APP's diante do que é permitido, como atividades recreativas, ecoturismo, atividades de educação e pesquisas científicas. Logo, percebeu-se que ao longo das APP's existem conflitos a serem sanados, pois apesar de possuir algumas questões permitidas pela legislação, o fato é que esta restringe totalmente qualquer uso que desmate, descaracterize e degrade o meio.

Então, foram encontradas áreas urbanizadas, mas ainda em pequenas porções na sede municipal de Bonito, nas quais existem despejos de resíduos sólidos com lançamentos de produtos químicos e de esgotos domésticos. Ainda é possível identificar, no córrego Restinga, por exemplo, a existência de algumas residências no entorno do córrego que utilizam suas águas para lazer e para consumo humano e/ou doméstico, além de não respeitarem a distância exigida por lei para proteção de córregos. Além disso, diversos atrativos turísticos utilizam as APP's para seus empreendimentos, porém possuem formas de compensação ambiental e licenciamento para que possam operar sobre essas áreas, o que reduz os impactos trazidos pelas atividades turísticas.

Outro fato a se destacar nessas APP's foi a chegada de culturas que adentram às margens dos mananciais e não respeitam as restrições legais de 50 metros descritas em Brasil (2012), sobretudo aqueles tributários temporários do alto e médio curso da BHRF. Apesar de não ser uma extensão tão agravante, pois abrange apenas 1,04 km² de suas terras, atingem diretamente algumas nascentes, o que reduz a perenidade de seus cursos fluviais. O maior destaque negativo ficou por conta dos 18,57 km² de pastagens que adentram às APP's, já que muitas delas não apresentam qualquer tipo de manejo das terras. Essas pastagens necessitam de uma alteração total de seus usos com o reestabelecimento das vegetações florestais.

Por outro lado, há de se destacar que os remanescentes nativos da bacia hidrográfica totalizam cerca de 74% das APP's, e isso se torna um "alívio" para a manutenção de uma qualidade aceitável

dos mananciais, por se tratar de uma barreira natural contra problemas gerados pelas atividades antrópicas, no entanto é importante que toda a sua extensão permaneça preservada e que os conflitos sejam recuperados mediante a recomposição vegetal.

Ainda inserido em Brasil (2012), as áreas de veredas também devem estar protegidas, e segundo o Código Florestal, nessas áreas úmidas se destacam duas questões básicas: a primeira delas é problemática, com a presença de pastagens que adentram esses terrenos e já definem uma alteração da vegetação nativa, fazendo com que essas áreas úmidas, de grande capacidade hídrica, percam essa potencialidade; já a outra questão diz respeito à extensão dos remanescentes nativos nestas regiões de veredas, que alcançaram cerca de 87% de vegetação preservada. Tais números só permaneceram elevados pelas áreas de banhado que, por mais que padeçam diante do avanço das culturas, ainda permaneceram intactas. Pode-se citar inúmeros benefícios que essa preservação do banhado traz ao equilíbrio da BHRF, entretanto, primeiramente, é necessário contextualizar o que distingue este banhado.

Segundo Ribeiro (2017), existe uma proposição em andamento para definir o banhado do rio Formoso como uma Unidade de Conservação, que seria o Refúgio de Vida Silvestre Banhado do rio Formoso – RVSBF, e que possui uma extensão de 22,75 km² caracterizado por ser uma área úmida que atravessa um total de 13 propriedades rurais e que algumas áreas já foram tomadas por culturas. Portanto, sua proteção seria irrestrita diante das normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O banhado do rio Formoso é extremamente aplainado e favorece a permanência de água em períodos secos, o que auxilia na recarga de aquíferos, detenção de nutrientes, manutenção da biodiversidade e domínio sobre a turbidez dos recursos hídricos, fazendo com que a Fundação Neotrópica do Brasil - FNB (2016) priorize a preservação de suas terras úmidas, o que mantém o refúgio de espécies silvestres e migratórias, até algumas em risco de extinção.

Diante da extensão dessas terras, percebeu-se sua importância para a manutenção da vazão das águas do rio Formoso. Entretanto, somado às questões como as lavouras, fatos como o ocorrido em 2016 (grande incêndio no banhado) (**Figura 4**), se tornaram mais recorrentes e que precisam de reflexão para encontrar os motivos.

Figura 4: Incêndio ocorrido em 2017 que devastou parte considerável do banhado do rio Formoso.



Tal indagação se inicia diante de uma questão clara: por ser brejoso e com água espalhada em toda a sua extensão, o incêndio seria controlado pela própria água. Entretanto, diante do avanço do fogo, fica a ideia de que o banhado do rio Formoso estava com pouca capacidade hídrica ou parcialmente seco, fato extremamente preocupante diante da sua importância no abastecimento do rio Formoso em épocas de estiagem.

Portanto, fica claro que além da necessidade de avanço na proposição do RVSBF, diante de audiências públicas com o objetivo de debater sua proteção, o banhado está inserido nas áreas com restrições legais previstas em Brasil (2012) e que devem ser fiscalizadas periodicamente, tanto no que diz respeito ao entorno com lavouras, quanto na identificação dos níveis de água desses brejos.

Após a identificação das APP's e veredas, passou-se para as áreas protegidas legalmente ante a faixa de proteção especial. Destaca-se, por meio da Lei nº 1.871/1998 que, após os 50 metros de

APP's, estende-se a FPE por mais 100 metros em cada margem, o que permite alguns usos mais intensivos e é definida apenas como uma transição entre o uso intensivo das superfícies da BHRF e as regiões de vegetações nativas e/ou protegidas legalmente.

Logo, por mais que a legislação permita o uso de pastagens nessas faixas, deve-se tomar certos cuidados acerca do manejo dessas pastagens, pois a redução do porte da vegetação facilita o escoamento superficial, além de promover uma maior desagregação do solo que, em alguns casos, como na nascente e nas margens de alguns mananciais, provocam alterações nos padrões de quantidade e de qualidade das águas superficiais.

Outro destaque relevante é que as culturas compreenderam 7,31 km² dessa faixa, o que é proibido por lei, e necessitam de alteração total de seus usos atuais, seja por meio da recomposição vegetal ou plantação de pastagens e gramíneas para permanecerem em *poúsio*. Essas culturas estão localizadas, sobretudo, na região noroeste, onde ocorre boa parte dos conflitos nas APP's. Os rios Mimoso e Sucuri são exemplos claros, pois possuem todo o entorno de suas nascentes tomados por culturas na faixa de proteção especial e isso altera os recursos hídricos.

Outra questão levantada são as áreas urbanizadas que atingem às APP's e a faixa de proteção especial. Tais locais são encontrados, em sua maioria, na sede municipal de Bonito, em que o córrego Restinga (maior área encontrada), Bonito e Saladeiro lidam com a chegada das residências até as margens dos mananciais, o que trouxe impactos significativos nos parâmetros físicos e químicos das águas superficiais. Inclusive reportagens recentes, como essa (Figura 5), trouxeram o dado de que entre os 73 rios que correm pelo Estado e que foram analisados na pesquisa, o de pior qualidade é o córrego Bonito.

Figura 5: Córrego Bonito é o de pior qualidade do Estado do Mato Grosso do Sul.

Estudo revela que qualidade do Rio Verde está “ótima” e córrego de Bonito “péssima”



Fonte: Blog do Nélio (2023).

Com relação às encostas ou parte destas com declividade superior a 45% e/ou tipos de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°, que na BHRF se apresenta quase em sua totalidade por morros residuais espalhados por toda a bacia hidrográfica, foi considerada a mais preservada dentre todas as áreas protegidas legalmente, pois alcançaram notáveis 98% de suas terras com remanescentes nativos.

Um destaque a ser avaliado foi o entorno destes morros residuais, que apontam para as culturas adentrando até o talus desses morros, o que causa uma pressão sobre a vegetação florestal, contudo ainda permaneceram em conformidade com a legislação. Já as pastagens alcançaram um total de 1,87 km², número reduzido, mas, ainda assim, foram diagnosticadas algumas erosões nessas terras, sobretudo por se tratar de vertentes com declive acentuado, sem qualquer tipo de manejo e, em alguns locais, com criação de gado, vegetação baixa e declive, fatores que elevam a propensão à possíveis erosões.

Por outro lado, o PARNA da Serra da Bodoquena, “nasce” idealizado por estudos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidades e audiências públicas para ouvir a comunidade local, e partem da perspectiva de se conservar a região que possui características muito peculiares, desde seu relevo, fauna, flora e os biomas que se apresentam como uma zona de transição do cerrado e mata atlântica (RIBEIRO, 2017). Entretanto, o PARNA da Serra da Bodoquena apresenta diversos problemas de implantação e manejo, e lida com a pressão exercida em praticamente toda sua borda leste, porém por meio do mapeamento das áreas protegidas, foi possível apontar que as culturas não adentram a área delimitada do parque, um “alívio”, mas que a médio e longo prazo vai interferir no equilíbrio ambiental do PARNA.

Nessa premissa, tanto a criação do PARNA no ano de 2000, como as reservas e as áreas de monumento natural estadual, favoreceram a permanência das vegetações nativas. Com relação aos MNE's, estas UC's estaduais foram criadas mediante a perspectiva de preservação, com duas porções na BHRF: o Monumento Natural Estadual da Gruta do Lago Azul e Monumento Natural Estadual do Rio Formoso. O que prepondera nessas porções é que a criação dos MNE's, no caso da Gruta do Lago Azul, por ser tombada desde 1978 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, garante sua preservação e restringe o acesso diário de turistas.

Somado ao MNE da Gruta do Lago Azul, existe, na BHRF, o MNE do Rio Formoso, criado por meio do decreto 11.453 de 23 de outubro de 2003 (MATO GROSSO DO SUL, 2003), que visa a preservação de ambientes com propriedades bióticas e abióticas naturais singulares. A criação deste monumento natural, anteriormente chamado de Ilha do Padre, se fez necessária já que este se encontrava ameaçado e atualmente opera como um atrativo turístico com balneário, trilhas com muitas cachoeiras, boa infraestrutura e recebe turistas diariamente. Entretanto, destaca-se que sua primordial função é a proteção das matas nativas e das tufas calcárias que formam as cachoeiras e corredeiras existentes no rio Formoso, que são um dos principais atrativos de Bonito.

Nota-se que a BHRF é uma área em que suscita estudos científicos diante da necessidade de recuperação em alguns locais já impactados, em que um diagnóstico de suas características e seus componentes da paisagem trazem informações primordiais para preservação e conservação do local. É notório que as pressões antrópicas são intensas nessas áreas, o que nós mais vimos nos últimos anos em Bonito, infelizmente, não é o reconhecido potencial turístico, mas sim os recorrentes turvamentos que cada vez mais tornam a BHRF impactada e de difícil reversão de tais impactos.

São comuns que atrativos turísticos fiquem fechados por períodos cada vez maiores, isso se dá pela capacidade menor de autodepuração dos mananciais hídricos, e a proteção das áreas que legalmente deveriam ser salvaguardadas se mostra falha e caminha a passos largos para a redução do potencial turístico de Bonito.

Conclusões

Esta pesquisa surgiu como um documento para: compreensão e diagnóstico das áreas protegidas pela legislação na BHRF, ao mesmo tempo em que é uma maneira de definir as áreas que podem ser ocupadas/exploradas; definir aquelas áreas em que a ocupação é irregular e/ou não condiz com a legislação que vigora no município. Notou-se, em saídas de campo, que existe uma preocupação por parte dos empresários do setor turístico com a preservação e a manutenção da qualidade das águas e, por consequência, do meio ambiente, pois tais atrativos estão profundamente relacionados com a paisagem e os mananciais hídricos, sendo que esses se mostraram receosos com o futuro ambiental do município.

Uma questão que chama a atenção é que alguns empresários ligados a atrativos turísticos também possuem terras ocupadas por lavouras, o que acaba por cair em contradição nesse embate constante que ocorre no município de Bonito. Por um lado, ambientalistas e empresários donos apenas de atrativos; por outro, proprietários das lavouras da região; ainda, por outro lado, proprietários das pastagens

que ficam em segundo plano nessa discussão, mas que também tem responsabilidade nos recorrentes turvamentos, visto que a maioria das pastagens não apresentam manejo das terras.

Esses acontecimentos já vêm causando impactos negativos, mas, certamente, acarretarão mais prejuízos futuros para o município de Bonito, o que influenciará diretamente seus alicerces econômicos (turismo) e sociais (geração de empregos diretos e indiretos relacionados às atratividades turísticas). Assim, chamamos a atenção para a necessidade de gestão apropriada ao carste e uso adequado das terras, com a ampliação e sustentação de áreas protegidas legalmente.

Referências

BLOG DO NÉLIO. **Estudo revela que qualidade do Rio Verde está "ótima" e córrego de Bonito "péssima"**, 2023. Disponível em: <https://blogdonelio.com.br/estudo-revela-que-qualidade-do-rio-verde-esta-otima-e-corrego-de-bonito-pessima/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BONITO, **Lei orgânica de 05 de abril de 1990**. Dispõe sobre a lei orgânica do município de Bonito. Bonito-MS, 05 de abril de 1990.

BRASIL. **Decreto de 21 de setembro de 2000**. Cria o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, em 21 de setembro de 2000; Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, em 25 de Maio de 2012; Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CAMPO GRANDE NEWS. **Agricultura avança em Bonito, "engole" vegetação e ameaça rios**. 2018. Disponível em: <<https://>

www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/agricultura-avanca-em-bonito-engole-vegetacao-e-ameaca-rios/>. Acesso em: janeiro, 2019.

ECOIA. **Bonito, belezas e águas límpidas geram riqueza. Agricultura de soja desmata, turva a água e espalha veneno.** 2019. Disponível em: <<https://ecoa.org.br/bonito-belezas-e-aguas-limpidas-geram-riqueza-agricultura-dos-graos-desmata-turva-a-agua-e-espalha-veneno/>>. Acesso em: julho, 2019.

FNB, FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. **Criação de duas unidades de conservação em Bonito, Mato Grosso do Sul.** (Convênio FNB-PMB Nº 010/2015): Bonito-MS, 2016.

FORD, D.C.; WILLIAMS, P. **Karst Hydrogeology and Geomorphology.** John Wiley, Chichester, 2007. 562p.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 10.394**, de 11 de junho de 2001. Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul. Confere o inciso VII do art. 89 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no inciso II do §1º art. 225 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 11.453**, de 23 de outubro de 2003. Cria o Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências. Inciso VII do art. 89 e o inciso III do § 2º do art. 222 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº. 989, de 9 de dezembro de 2003.** Leis dos Rios Cênicos - Formoso, Prata e Peixe. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito-MS. Bonito, 9 de dezembro de 2003

MATO GROSSO DO SUL. **LEI NO 1.871, DE 15 DE JULHO DE 1998.** Estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso, e dá outras providências. Campo Grande. 15 de julho de 1998.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.782, de 15 de dezembro de 2021. Institui a Área Prioritária Banhados das nascentes do Rio da Prata e do Rio Formoso para ações governamentais relativas à qualidade ambiental e ao equilíbrio ecológico, e dá outras providências. **Diário Oficial do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. 16 de dezembro de 2021.

RIBEIRO, A. F. N. **Desafios e conflitos na produção do espaço no Planalto da Bodoquena: Agricultura, Turismo e Apropriação da Natureza**. 2017, 184 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

SALLUN FILHO, W.; KARMANN, I.; BOGGIANI, P. C. Paisagens Cársticas da Serra da Bodoquena (MS). **In: Litologia do continente Sul-americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida**, Chapter: XXV, Publisher: Ed. Beca, Editors: Virgínio Mantesso-Neto, Andrea Bartorelli, Celso Dal Ré Carneiro, Benjamin Bley de Brito-Neves, 2004. p.424-433.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Ameaça aos rios da região de Bonito gera prejuízos para todo o Brasil**. 2019. Disponível em <<https://www.sosma.org.br/107968/ameaca-aos-rios-da-regiao-de-bonito-gera-prejuizos-para-todo-o-brasil/>>. Acesso em: maio de 2019.

UOL, Universo Online. **Lama invade rio em Mato Grosso do Sul e coloca em risco o turismo da região**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/11/23/lama-invade-rio-no-ms-e-coloca-em-risco-o-turismo-da-regiao.htm>>. Acesso em: janeiro de 2019.

USGS, UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. **Earth Explorer**. Disponível em: <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>. Acesso em: maio de 2016.

VEJA. **Páginas Amarelas**, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/marina-silva-o-maior-desafio-do-governo-lula-e-o-desmatamento-zero/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MINHA TESE, MINHA VIDA: DO CAMPUS AO CAMPO - PESQUISA E VIVÊNCIAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PANTANAL

João Batista Alves de Souza¹

Introdução

A temática da tese intitulada “*Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá - MS*” foi definido em minha atuação docente no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), *Campus* Corumbá-MS. Essa temática evidenciou-se como perspectiva de pesquisa, em novembro de 2015, por ocasião das comemorações da Semana da Consciência Negra.

A comissão formada por docentes do núcleo de Ciências Humanas do IFMS do mesmo *campus* foi responsável pela organização do evento intitulado “Vida, arte e cultura afro-brasileiras”. O evento objetivou refletir a cultura africana e afro-brasileira por meio de perspectivas interdisciplinares acerca do Quilombo dos Palmares, por meio da Arte, Geografia e História, além da realização da mesa redonda “As comunidades quilombolas e a formação de territórios alternativos”).

Tenho nítido que esse fato foi o sinal inicial para que minha leitura de mundo e meu olhar para a geografia produzida pelas pessoas colocadas em vulnerabilidade social permitissem pensar em um projeto voltado para a compreensão do processo de formação dos territórios quilombolas. A partir dos questionamentos, manifestos nesse evento, referentes à existência ou não de comunidades quilombolas em Corumbá, fomos

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - *Campus* Ponta Porã. E-mail joao.batista@ifms.edu.br Orcid: 0000-0001-5073-3534

provocados a investigar o processo de formação dessas comunidades.

Desde 2010, com a conclusão do mestrado em Geografia, estive envolvido nas atividades de ensino e extensão, seja na rede estadual de ensino, onde atuei por mais de uma década, seja no IFMS, onde leciono atualmente. Durante esses seis anos, estive afastado da pesquisa acadêmica. Um elemento agregado nesse processo foi o meu ingresso, em 2016, no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), no qual foi possível aprofundar as leituras e discussões teóricas, e amadurecer a ideia de pesquisar as comunidades quilombolas de Corumbá. No segundo semestre de 2016, em 13 dezembro, fui aprovado na seleção do doutorado em Geografia, área de concentração em Produção do Espaço Regional e Fronteira, com o projeto intitulado *Existir e resistir: a produção dos territórios quilombolas no Mato Grosso do Sul*.

Em abril de 2017, iniciei o processo de doutoramento com a realização das disciplinas, participação em eventos nacionais e internacionais, trabalho de campo nas comunidades quilombolas, produção de material cartográfico das comunidades quilombolas, elaboração e publicação de artigos em revistas indexadas e capítulos de livros que abordam a temática pesquisada. Todo esse processo contribuiu para o meu amadurecimento intelectual.

A escrita da Tese

A proposta da escrita da tese foi baseada na análise dos processos e formas de resistência que ocorrem nos diferentes lugares dos existires das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS. Após um período de vivências e andanças pela cidade, na condição de morador e docente do IFMS, interessei-me por pesquisar, mapear e construir uma reflexão acerca do existires e resistires de suas três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Entendo que a problemática abrange a luta pelo território, o processo de reprodução e as formas de resistência das

comunidades quilombolas, constituindo-se como objeto de estudo da Geografia ainda a ser explorado, principalmente no que diz respeito às comunidades quilombolas localizadas no Pantanal sul-mato-grossense.

O recorte geográfico da pesquisa representa a trajetória e as resistência das três comunidades quilombolas: Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Ozório (AQUIRRIO), Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Campos Correia (AQF2C) e Comunidade Quilombola Maria Theodora (ACTHEO), localizadas na sub-região Paraguai do Pantanal. A título de esclarecimento, apesar do Pantanal abranger o território paraguaio, a sub-região Paraguai do Pantanal situa-se no oeste do Pantanal e agrega área dos municípios de Poconé, no MT, e de Corumbá e Ladário, no MS. A classificação leva em consideração critérios geomorfológico, hidrológico e fluviomorfológico e a presença de um trecho de percurso do Rio Paraguai. Para melhor compreensão do processo de formação e resistência das comunidades quilombolas, procuramos levantar história e trajetória de vida desses sujeitos. Para isso, procuramos produzir uma cartografia das comunidades quilombolas do MS e de Corumbá.

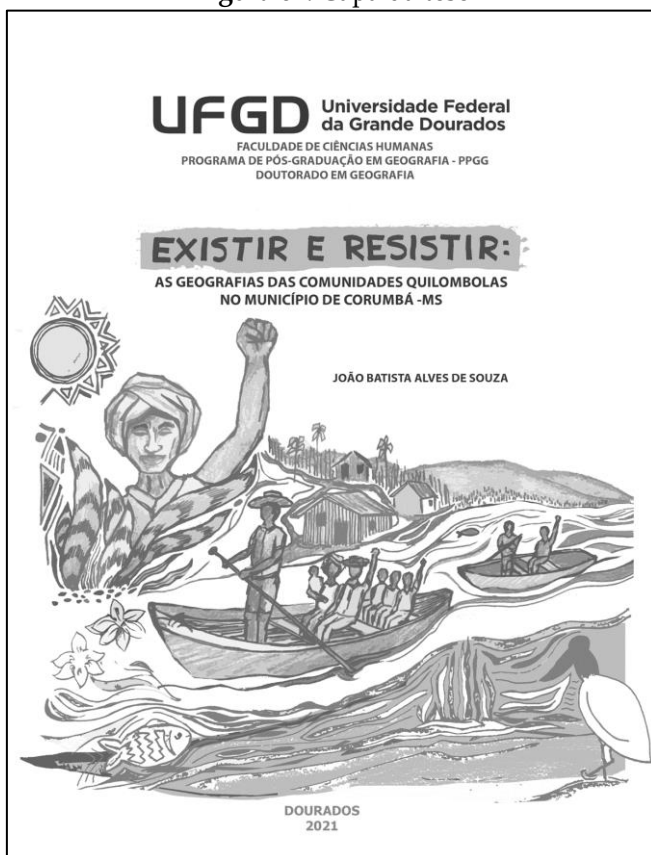
Durante uma pesquisa bibliográfica e documental, identifiquei imprecisões no que tange a existência de comunidades quilombolas no Pantanal sul-matogrossense, no tocante às suas trajetórias, formação, localização, certificação e titulação de terras. Nesse aspecto, levantei os seguintes questionamentos: quantas comunidades quilombolas existem de fato no município de Corumbá? Como entender a produção e as formas de resistência das comunidades quilombolas nessa região? Essas comunidades produzem novos territórios no Pantanal?

O objetivo central da pesquisa está pautado em analisar os processos e as formas de resistência das comunidades quilombolas em Corumbá buscando elucidar seus sinais de resistência a partir da produção de uma multipolaridade territorial como forma de sobrevivência frente à ausência de políticas públicas voltadas às suas demandas. A capa da tese (figura 1), ilustrada por Maria Aparecida

Frizarin Cipriano (2021), representa os “Afetos Quilombolas”, caracterizados desta forma por Jones Dari Goettert (2022)

Em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, gentes quilombolas foram se misturando ao rio e à terra em uma completude sempre querida, mas também sempre como uma tênue linha porque em ponto constante de arrebentar pelo preconceito e violência da sociedade envolvente. Em contraponto, o envolvimento (e não o “desenvolvimento”) foi manter-se e reexistir junto às suas, aos seus, às suas coisas, aos seus entes.

Figura 01: Capa da tese



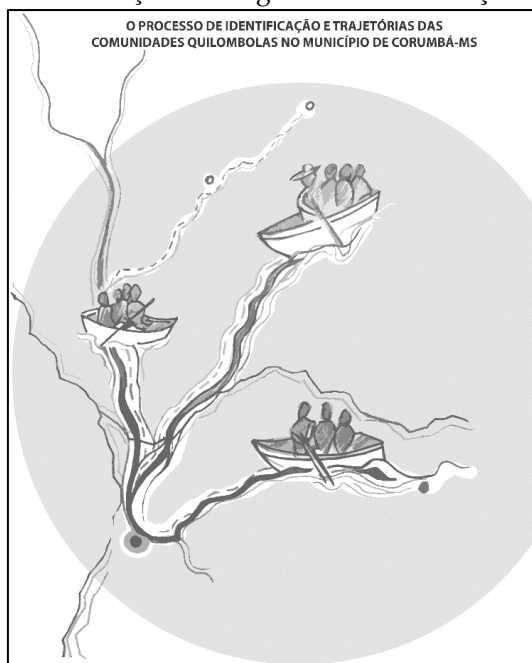
Fonte: SOUZA, J.B.A. 2021.

O trabalho foi estruturado em seis seções, que constituem a organização da tese, na qual sintetizei da seguinte forma:

A formação dos quilombos no Mato Grosso (1800-1977) e as comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul. Nessa seção foram elucidados os conceitos iniciais e ressemantizados de quilombo, territórios e comunidades quilombolas e os primeiros sinais de resistência quilombola. Apresentamos, ainda, o processo de formação dos primeiros quilombos no Brasil e na província de Mato Grosso, a escravidão no Mato Grosso e a Sociedade Abolicionista de Corumbá.

O processo de formação e reprodução das comunidades quilombolas em Corumbá MS, (figura 2) abordou suas identificações nesse município caracterizando a trajetória percorrida pelas famílias Ozório, Maria Theodora e Campos Correia. Além disso, trataremos da formação das três comunidades quilombolas.

Figura 02: Ilustrações da segunda e terceira seções da tese





Fonte: SOUZA, J.B.A. 2021.

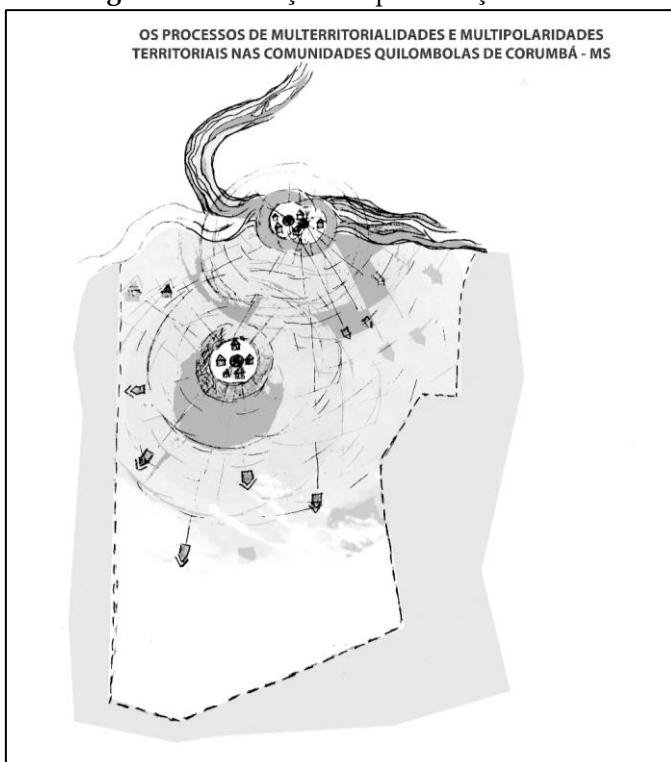
Por sua vez, a seção as formas de produção das comunidades quilombolas de Corumbá (figura 2) abrangeu a cartografia social, material cartográfico procedente do mapeamento realizado no período de vivência nas comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório; Ribeirinha Família Campos Correia e Maria Theodora entre 2017 e 2019.

Por conseguinte, com dados obtidos do Cadastro Geral de Informações Quilombolas (CGIQ) e do Questionário Socioeconômico aplicado nas três comunidades quilombolas, traçamos a produção das comunidades, a situação dos seus núcleos familiares e as políticas públicas (in)existentes nessas comunidades. Através da empiria, foi possível alçar as formas de resistências: manifestações religiosas e culturais nas comunidades quilombolas de Corumbá.

Na última seção, discuti a produção da multiterritorialidade e multipolaridade territorial nas comunidades quilombolas corumbaenses (figura 3). Trata-se de uma reflexão acerca da produção da multipolaridade territorial nas Comunidades Quilombolas Ribeirinha Família Ozório, Ribeirinha Campos

Correia e Maria Theodora. Nessa seção, refletimos sobre o aporte teórico que discute a multipolaridade e as multiterritorialidades quilombolas e apresentamos os entraves presentes na realidade das comunidades quilombolas corumbaense.

Figura 03: Ilustração da quarta seção da tese



Fonte: SOUZA, J.B.A. 2021.

Ao longo do processo de pesquisa, entrevistas, trabalho de campo, vivência nas comunidades quilombolas, transcrição dos depoimentos e escrita da tese, foi possível constatar que essas experiências proporcionaram um novo olhar em relação à questão quilombola. A partir dessas vivências, consegui trilhar minha própria trajetória enquanto pesquisador, assim como as famílias quilombolas levaram anos navegando pelo Rio Paraguai em busca do seu “lugar”.

Cartografias quilombolas no LabGeo – UFGD

Na produção da cartografia quilombola de Corumbá, utilizamos o Sistema de Posicionamento Global (GPS) para a coleta dos pontos com as coordenadas geográficas de cada território tradicionalmente ocupado. Após serem extraídos do GPS, os pontos foram espacializados no programa ArcGIS 10.6 e produzimos os mapas.

Na tentativa de produzir a cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá, realizei trabalho de campo nas três comunidades, na área periurbana da cidade, no Rio Paraguai, na Ilha do Pescador, nos terreiros de Umbanda e na feira livre do município. Assim, foi possível identificar os sinais de resistência e a produção de uma multipolaridade territorial dessas comunidades.

Por meio de um Sistema de Posicionamento Global (GPS), foram coletados pontos com as coordenadas geográficas em visita às Comunidades Campos Correia, Maria Theodora e Família Ozório. Esses pontos foram extraídos do GPS e espacializados no programa ArcGIS 10.6. Utilizamos as bases de mapeamento das unidades territoriais do Brasil e de Mato Grosso do Sul elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A base hidrográfica utilizada foi da Agência Nacional de Águas (ANA) para representação do Rio Paraguai no Bioma Pantanal.

Do *campus* ao campo

No primeiro semestre de 2019, dois eventos marcaram de forma intensa a produção desta tese: o primeiro foi o exame de qualificação de doutorado – etapa obrigatória do curso (figura 4). Momento de reflexão, aprendizado e de alinhamento dos caminhos da pesquisa com as contribuições da banca de qualificação, um dos membros da banca propôs a minha mudança para o município de Corumbá. Essa sugestão foi acatada e tornou-se imprescindível para o alcance final dos resultados. Minhas idas e vindas entre o

campus da UFGD e o “campo de pesquisa” foram substituídas por uma nova fase: vivência nas três comunidades quilombolas, ou seja, prioridade total à pesquisa. “Minha tese, minha vida” passou a ser o termo utilizado durante esse período que retornei a Corumbá. O segundo acontecimento consistiu no meu ingresso no Grupo de Pesquisa Luta Pela Terra, gerando novas leituras, publicações e discussões teóricas acerca da ressemantização do quilombo, luta e direito pelo território quilombola.

Figura 04: Membros da Banca de Qualificação – UFGD FCH



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Ainda no mês de junho de 2019, durante o período de vivência comunitária, participei das festas realizadas nos dias 12 e 13 de junho, em homenagem a Santo Antonio e Exú na Tenda Nossa Senhora da Guia. Entre os dias 20 e 24 de junho, acompanhei a preparação do andor², na Comunidade Quilombola Campos Correia. Por fim, na noite do dia 23, assisti a festividade descendo a Ladeira Cunha e Cruz, que dá acesso ao Rio Paraguai, juntamente com os festeiros das Comunidades Quilombolas Família Campos Correia e Família Ozório que, pela primeira vez, participaram juntas da cerimônia do Banho de São João, no Rio Paraguai.

No mês de agosto de 2019, realizei uma visita técnica na Agrovila III, área reivindicada pela Comunidade Família Ozório.

² Estrutura de madeira ornamentada em que se transportam imagens de santos nas procissões. “An-dor sm Padiola, sobre a qual se conduzem as imagens nas procissões; charola” (FERREIRA, 1999).

Na oportunidade estiveram presentes representantes do poder público, Alexandre e Rogério, além de integrantes da família Ozório, Jorge, Cida e João.

Durante o mês de novembro de 2019 aconteceu o 15º Festival América do Sul Pantanal, pela primeira vez com atividades nas comunidades quilombolas. Participamos de três reuniões com a equipe da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania³ (SUBPIRC). Durante as atividades foi realizada escuta ativa e captação de imagens.

No decurso da pesquisa, acompanhei a luta dessas comunidades pelo acesso à terra e a demora na regularização fundiária. Com isso, pudemos perceber o quanto o estado brasileiro é omissos em garantir os direitos desses povos. Outro aspecto relevante é relacionado à análise das comunidades quilombolas ribeirinhas, suas trajetórias e relação de sobrevivência com o Rio Paraguai, (figura 5).

Figura 05: Trabalho de campo no Rio Paraguai



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2018.

³ Vinculada à estrutura da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) foi criada pela Lei n.º 4640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a estrutura básica do poder executivo do estado de MS.

Aprendi a respeitar o tempo da(o) entrevistada(o), seu cotidiano, seus afazeres e, acima de tudo, sua trajetória de vida. Graças às referências já mencionadas foi possível aprender a esperar, retornar outras vezes e conviver um pouco mais nessas comunidades. Vivenciei esses momentos na roça da família Ozório, na Tenda do Joãozinho na Comunidade Maria Theodora, no jogo de futebol dos Guerreiros da Comunidade Família Campos Correia e no barco no Rio Paraguai para conhecer parte da trajetória da família Ozório. Aprendi também a captar imagens e gravar áudios sem invadir a privacidade dos(as) entrevistados(as), descobri que as memórias emergem repletas de saudade, dor e sofrimento. Em outros casos, ocorre o próprio esquecimento de um passado de luta e resistência.

Nesse sentido, entendo que o olhar do pesquisador não deve apresentar neutralidade e que o nosso papel diante da sociedade, além de analisar, é sobretudo questionar a desigualdade, denunciar a injustiças e buscar compreender os sinais de resistência existentes, ser um pesquisador aliado dessas comunidades.

Os desafios da pesquisa durante a Pandemia de COVID-19

Na primeira fase da pesquisa entre 2017 e 2019, o diálogo aberto foi uma metodologia utilizada nas entrevistas com idosos, pescadores, lideranças religiosas, integrantes dos times de futebol e outros sujeitos das comunidades pesquisadas.

Foram realizadas entrevistas com lideranças das três comunidades pesquisadas, as três quilombolas mais idosas, uma de cada comunidade, dentre elas, a matriarca da Comunidade Campos Correia, a Mãe de Santo e neta mais velha de Maria Theodora e a viúva de Miguel Ozório, fundador da Comunidade Família Ozório. As entrevistas foram fundamentais para compreender a trajetória das comunidades quilombolas de Corumbá.

As entrevistas foram gravadas com o aparelho celular com o aplicativo Gravador *Simple Sound Recorder*⁴, com suporte aprimorado para *Android*, o que garante a qualidade do áudio e das fontes orais da pesquisa, além de áudios obtidos via *WhatsApp*⁵.

Com o uso recorrente da tecnologia, foi possível realizar diálogo aberto *online*, por meio do aplicativo *WhatsApp*, pois após a vivência de mais de dois anos nas comunidades foi adquirida a confiança das lideranças e de moradores das comunidades e tivemos acesso ao número de telefone e *WhatsApp* dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse contato via *online* se intensificou e se tornou indispensável a partir de março de 2020, em decorrência da pandemia de covid-19.

Através da oralidade e de depoimentos ricos em detalhes expressados pelos idosos de cada comunidade, foram produzidas as trajetórias e a formação de cada uma delas. Esses depoimentos foram gravados no local ou enviados via celular por áudio. Em um primeiro momento, ocorreu o envio de fotos que denunciavam o descaso do poder público com as comunidades quilombolas. Em seguida, foram enviados áudios e documentos (atas, certidões e declarações) que, posteriormente, foram encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF), além de ser a fonte de dados para a realização desta pesquisa.

Posto isso, podemos elencar duas situações relevantes que merecem destaque no uso da tecnologia durante a investigação: primeiro, foi o envio da localização pelos quilombolas, via *WhatsApp*, de outros territórios vivenciados por eles, como é o caso da Agrovila III, no Assentamento Taquaral, de campos de futebol e de moradias localizadas em outros bairros.

⁴ Trata-se de um *software* para *smartphones* que grava a voz e salva as gravações como um arquivo de áudio.

⁵ Trata-se de um *software* para *smartphones*, multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, realizar ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. Ver mais em: <https://www.whatsapp.com/features/>.

A segunda situação foi o encaminhamento dos áudios que relatavam os principais acontecimentos que impactaram as comunidades durante esse período, convites para participar dos festejos, relatos de vida dos idosos não alfabetizados, que mesmo não dominando a escrita e a leitura, utilizam o aplicativo para o envio de áudios, por meio de depoimentos relatando a trajetória da comunidade, além de fotos e documentos antigos com auxílio dos netos.

Mantive o contato via *WhatsApp* com a professora Sabrina, que auxiliou no preenchimento do questionário socioeconômico e na produção da árvore geológica da família Maria Theodora, com a Mãe de Santo Cotó e com as lideranças, Beth e Joãozinho, da Comunidade Maria Theodora.

Na Comunidade Família Campos Correia, o contato *online* foi com a liderança Stefany e Mônica Correia, além do irmão mais velho, Manuel Correia, membro da comunidade e morador do município de Aquidauana. Após uma visita em sua residência com a equipe do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conservamos contato via telefone.

Por sua vez, na Comunidade Família Ozório conservei contato via *WhatsApp* com as lideranças Luzia Ozório e Laycillia Samaniego Ortiz, a ex-presidente da Associação Angélica, Mario Heleno e os responsáveis pela horta no Assentamento, Jorge Ozório e Eleci.

Ademais, foram entrevistadas seis famílias em cada uma das três comunidades. Na Comunidade Família Ozório foi realizada escuta ativa, captação de imagens e medição das suas moradias, trabalho executado com a equipe do INCRA. No segundo momento, entrevistamos as jogadoras do time de futebol feminino, “Quilombelas”, (figura 6) acompanhamos treinos na quadra de esportes da comunidade e partidas ocorridas em Ladário.

Figura 06: Time de futebol “Quilombelas”



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2019.

Também acompanhei os jogadores do time de futebol masculino, “Os Guerreiros”, fizemos escuta ativa e captação de imagens e assisti partidas de futebol da Copa “Rei das Copas”. Durante o campeonato municipal, a representante do time encaminhou os resultados, vídeos e fotografias das partidas e a comemoração do título em 2019.

A respeito da pesquisa documental no primeiro ano de construção da tese, obtive acesso às atas de criação das associações de cada comunidade, certificados de autodefinição expedidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) das três comunidades pesquisadas, o Relatório de Estudos Antropológicos da Comunidade Quilombola Família Ozório⁶, planta do perímetro reivindicado das Gleba 1 e 2 da Comunidade Família Ozório, além dos documentos históricos de 1873 da Sociedade Abolicionista Corumbaense, (Figura 13) que se encontram arquivados na Câmara Municipal de Corumbá. Somado a isso, tivemos acesso a ofícios encaminhados pelo Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) para o MPF de Corumbá, Energisa, Sanesul e

⁶ Produzido pelo Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica – Olhar Etnográfico, os dados desse relatório não serão publicados por se tratar da peça do RTDI que está em fase de estudo, e ainda não foi publicado no D.O.U.

Prefeitura Municipal em relação à vulnerabilidade socioambiental vivenciada pelas três comunidades.

Particpei de reunião realizada no dia 13 de novembro de 2018, na sala de reuniões da unidade avançada do INCRA, em Corumbá. Na ocasião, participaram membros da Comunidade Quilombola Família Ozório e dois servidores do INCRA, para aprovar o perímetro da Gleba 1 e solicitar acréscimo da área. Além disso, fizemos parte do evento organizado pela CPPPIR em comemoração à Semana da Consciência Negra. A cerimônia foi realizada no dia 20 de novembro de 2018, no auditório da Associação Comercial e Empresarial de Corumbá (ACIC). A prefeitura homenageou com certificados de reconhecimento professores, religiosos e representantes de diferentes segmentos sociais que trabalham pela promoção da igualdade racial no município. Entre os homenageados estavam a presidenta do IMNEGRA e a Mãe de Santo “Cotó”, da Comunidade Quilombola Maria Theodora.

Em junho de 2019, retornei à Procuradoria da República no MPF de Corumbá, para aferir o andamento dos processos que envolvem as Comunidades Campos Correia, Família Ozório e Maria Theodora. Na ocasião, participamos de uma reunião de trabalho do MPF com a representante do INCRA.

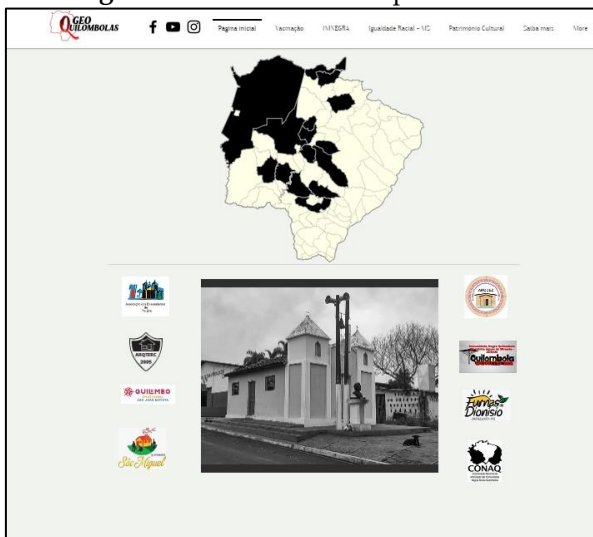
No dia 11 de junho de 2019, estive na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) da Secretaria Especial de Cidadania e Direitos Humanos de Corumbá (SECDH) para participar de uma reunião com o coordenador da igualdade racial no município, Alexandre Pereira Souza, e o assessor governamental, Rogério Cesar Santos. Naquele momento foi realizada uma escuta ativa, na qual os gestores apresentaram o cronograma de atividades e ações voltadas às comunidades quilombolas da cidade.

A produção do Geoquilombolas – Produto da tese

Foi realizado o mapeamento das comunidades quilombolas de Corumbá por meio de visita técnica, captação de imagens, inserção

dos dados no *Google Maps*⁷ e na plataforma *geoquilombolas*⁸, (figura 7) com autorização e consentimento das lideranças das comunidades sob estudo.

Figura 07: Plataforma Geoquilombolas



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2021.

A proposta plataforma Geoquilombolas é realizar um mapeamento da produção espacial das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul. Será realizada a criação do site Geoquilombolas, essa ação irá mapear as 22 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Após a realização do mapeamento os dados foram inseridos no mapa interativo do site e foram disponibilizadas páginas para cada comunidade quilombola, que além da localização do território, contará com informações, vídeos e imagens sobre a criação, organização, manifestações culturais, religiosas e o processo de resistência dessas comunidades.

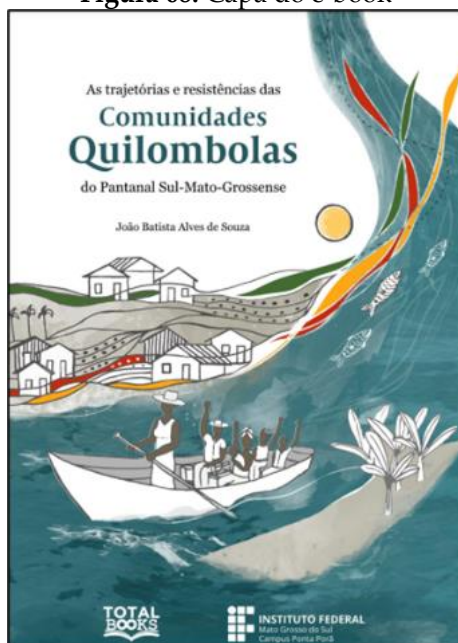
⁷ Trata-se de um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra gratuito na *web*, fornecido e desenvolvido pela empresa estadunidense *Google*.

⁸ Ver mais em: <https://www.geoquilombolas.com.br/>

A escrita do e-book: As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense

Em 2021 foi publicado o livro eletrônico, resultado da pesquisa baseada na análise das trajetórias e formas de resistência que ocorrem nos diferentes lugares dos existires das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS, (figura 8).

Figura 08: Capa do e-book



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2021.

O livro apresentou problemática que abrange a luta pelo território, o processo de reprodução e as formas de resistência das comunidades quilombolas e se constitui como um objeto de estudo da Geografia ainda a ser explorado, principalmente no que diz respeito às comunidades quilombolas localizadas no Pantanal sul-mato-grossense, na sub-região Paraguai.

O prêmio CAPES de Teses 2022

Em abril de 2022 recebi e-mail da coordenação de Pós-Graduação em Geografia, comunicando que a Comissão Teses PPGG 2022 selecionou a tese **“Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá MS”** de minha autoria e orientada pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti para concorrer a melhor tese daquele ano.

A tese foi inscrita no 17º PRÊMIO CAPES DE TESE - EDIÇÃO 2022 EDITAL Nº 11/2022, iniciativa que reconhece os melhores trabalhos de conclusão de doutorado defendidos no Brasil. Na edição de 2022 foram inscritas 1.266 teses nas 49 áreas de Avaliação da CAPES.

Figura 09: Certificação do Prêmio CAPES de Tese 2022.



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2023.

Concorrendo com trabalhos de todo país, a tese conquistou o Prêmio CAPES de Teses - Edição 2022, na categoria Geografia, o

resultado do prêmio⁹ foi publicado no Diário Oficial da União, 11 de agosto 2022. Em janeiro de 2023 em visita a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior recebi o Certificado do Prêmio CAPES de Tese 2022, (figura 9).

Resultado da premiação da CAPES de tese 2022, fui contemplado com bolsa para realização de estágio pós-doutoral de 12 meses em instituição nacional. Iniciei as atividades desse estágio na Universidade de Brasília – UnB, em janeiro de 2023.

Considerações finais.

A partir dessas vivências, consegui trilhar trajetória própria enquanto pesquisador, assim como as famílias quilombolas levaram anos navegando pelo Rio Paraguai em busca do seu “lugar”. Durante quatro anos, percorri esses caminhos para entender as formas de resistências dessas comunidades. No decurso da pesquisa, acompanhei a luta dessas comunidades pelo acesso à terra e a demora na regularização fundiária. Com isso, percebi o quanto o Estado brasileiro é omissivo em garantir os direitos desses povos.

Ressalto ainda que a luta pela terra, os conflitos, a vulnerabilidade social e a invisibilidade dessas comunidades foram amplamente discutidas nesta investigação, o que traz à tona a emergência dessa discussão para a Geografia.

As resistências produzidas por cada uma dessas comunidades foram abordadas de forma temática: Religiosidade – os terreiros, o Vale dos Orixás, a fé e a devoção no Banho de São João e Nossa Senhora Aparecida. A Natureza – o Pantanal e o Rio Paraguai; A Cultura – os times de futebol, festejos, desfiles cívicos e outras comemorações; e a Economia – pesca artesanal, agricultura familiar e o trabalho informal.

⁹ Ver mais em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-11/2022-resultado-premio-capes-de-tese-edicao-2022-421902318>

Espero que este trabalho, fruto de reflexões teóricas e de pesquisa empírica realizadas a partir de um período de vivências nas Comunidades Quilombolas Família Ozório, Família Campos Correia e Maria Theodora venha propiciar, além de visibilidade para essas três comunidades quilombolas, o acesso aos seus direitos fundamentais, entre eles, a obtenção da titulação de seus territórios tradicionalmente ocupados e áreas de compensação reivindicadas.

Referências:

CIPRIANO, M. A. F. **Capa**. 1 Ilustração. 2021.

DE SOUZA, J. B. A. **A produção de multipolaridades territoriais na comunidade quilombola ribeirinha Família Ozório (Aquirri) no Pantanal sul-matogrossense**. Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 47–62, 2023. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2836. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2836>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MORAIS, I. M. ; SOUZA, J. B. A. ; PRESTES, S. J. ; CARTAPATTI, A. P. M. . **Geoquilombolas: plataforma de mapeamento e visibilidade das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul**. In: Feira Brasileira de Ciências e Engenharia FEBRACE, 2022, São Paulo. Feira Brasileira de Ciências e Engenharia [livro eletrônico] : resumos FEBRACE 2022 /, 2022. v. 1. p. 378-378.

PRESTES, S. J.; SOUZA, J. B. A. ; KAIMOTI, A. P. M. C. ; MORAIS, I. M. . **Geoquilombolas: platform for mapping and visibility of the quilombola communities of Mato Grosso do Sul**. In: V Congresso Internacional de Gestão e Tecnologias V Cointer PDVGT, 2021, Recife - PE. Anais V Cointer PDVGT, 2021. Disponível em: <https://cointer.institutoidv.org/smart/2021/pdvg/uploads/228.pdf> Acesso em: 11 mar. 2023.

SOUZA, João Batista Alves de. **Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências

Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

SOUZA, João Batista Alves de. **As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense**. 1. ed. Porto Alegre: Total Books, 2021. v. 1. 198p. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/as-trajetorias-e-resistencia-das-comunidades-quilombolas-do-pantanal-sul-mato-grossense/> Acesso em: 11 mar. 2023.

SOUZA, João Batista Alves de; MORETTI, Edvaldo César. **A Política Pública brasileira para comunidades quilombolas: o Programa Brasil Quilombola no município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul**. Geo UERJ, [S.l.], n. 36, p. e40891, maio 2020. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/40891>>. Acesso em: 10 mar. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.40891>.

SOUZA, J. B. A. de; MORETTI, E. C. **Formação e resistência das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. ENTRE-LUGAR, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 38–61, 2019. DOI: 10.30612/el.v10i20.10207. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/10207>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUZA, J. B. A.; GONCALVES, K. B. **O pantanal transfronteiriço Bolívia-Brasil-Paraguai e as gentes pantaneiras: a invisibilidade social no contexto socioambiental**. In: Thaisa Mara Held, Tiago Resende Botelho. (Org.). Direito socioambiental e a luta contra-hegemônica pela terra e território na América Latina. 1ed.São Paulo: Editora LiberArs, 2020, v. 1, p. 183-194.

SOUZA, J. B. A.; JIMENEZ, L. F. S. **Geoquilombolas** <https://www.geoquilombolas.com.br/>. 2020; Tema: Mapeamento das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. (Site). Disponível em: <https://www.geoquilombolas.com.br/>. Acesso em 10 de março de 2023.

SOUZA, J. B. A. **Geografiando afetos** [livro eletrônico]: escritos, imagens, intensidades / [organização Jones Dari Goettert... [et al.]]. -- Porto Alegre, RS. TotalBooks, 2022.

O BRASIL NA DIÁSPORA HAITIANA: PROCESSOS DE ENTRADA, DE CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO

Alex Dias de Jesus¹

Introdução

Este texto apresenta resultados obtidos com a pesquisa de doutorado intitulada Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, entre 2016 e 2020, sob a orientação do Dr. Jones Dari Goettert. A tese, que demonstrou o papel das redes sociais e das redes migratórias haitianas em municípios sul-mato-grossenses, foi agraciada com o Prêmio Capes de Tese em 2021, na área de Geografia, e com a Menção Honrosa em Geografia Humana pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), no mesmo ano.

A migração haitiana é uma ampliação do espaço transnacional do Haiti. Por meio dela, o país se expande para além de suas fronteiras e espalha sua diáspora física e simbolicamente. Pela migração, novos espaços são incorporados a essa sociedade transnacional, recriando vínculos entre lugares de origem, de trânsito e de destino, reconfigurando o mapa da diáspora e consequentemente, do Haiti.

O processo colonial, as intervenções internacionais e a instabilidade política e econômica permanentes criaram condições de produção e reprodução da pobreza e apontaram a migração como alternativa de vida para milhões de pessoas, os que partem e

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, campus São Raimundo Nonato. E-mail: alexdias@ifpi.edu.br. Orcid: 0000-0002-4464-935X.

os que dependem dos que partem. Mais de um terço da população vive fora e faz com que as remessas sejam o principal aporte financeiro do país. Entretanto, ao mesmo tempo que a diáspora haitiana traz alternativas de vida para milhares de famílias, ela retrata o precário quadro social vigente.

Tais condições, ainda no início do século XX, impulsionaram milhares de haitianas(os) à migração sazonal para o trabalho nos canaviais da República Dominicana e de Cuba. Com o tempo, a sazonalidade deu lugar à permanência definitiva e novos destinos foram incorporados à diáspora. Estados Unidos, Canadá, França, Bahamas e muitos outros destinos receberam – com hostilidade, em muitos casos – grandes contingentes de haitianas(os) na segunda metade do século XX. Com maiores dificuldades de entrada e de permanência nesses países, muitos migrantes redirecionaram seus projetos migratórios para outros destinos, principalmente no Sul Global.

A atual migração para a América do Sul, especialmente para o Brasil, trata-se de uma extensão recente do espaço transnacional haitiano, aproximando pontos antes distantes ou desconectados. O Brasil, no início do século XXI, passou a fazer parte do cotidiano de muitas famílias haitianas, permeando os discursos e imaginários relativos a um possível destino permanente ou temporário. Este texto mostrará os motivos dessa aproximação que irá marcar uma nova fase da diáspora haitiana.

Embora recente e ainda em curso, a migração haitiana no Brasil suscitou muitas análises vindas de diversas áreas do conhecimento. Desafiou os estudiosos das migrações a interpretar um fluxo muito diferente dos anteriormente ocorridos no país, principalmente por se tratar de uma nação caribenha sem histórico de migração anterior para o Brasil. No âmbito governamental, a inédita situação demandou adequações na política migratória através da concessão de vistos humanitários e, juntamente com outras situações, contribuiu para a aprovação da Lei. 13.445/2017, a Nova Lei de Migração.

Neste artigo, abordaremos as fases iniciais da migração haitiana para o Brasil através das rotas da região Norte, o debate jurídico em torno da questão, a mobilidade das(os) haitianas(os) pelo país com a incorporação de novos destinos nos anos seguintes e a configuração atual desse fluxo. Os resultados aqui expostos são derivados de um diversificado levantamento bibliográfico e da análise dos registros administrativos do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), que consiste na base de dados da Polícia Federal, órgão responsável pelo cadastro de migrantes internacionais no Brasil. Trata-se, assim, de uma síntese do desenvolvimento desse fluxo migratório na última década.

O início da migração haitiana para o Brasil e os paradoxos do visto humanitário

Ao que se sabe, não existem documentos e publicações detalhadas sobre a presença haitiana no Brasil durante o século XX. Araújo e Oliveira (2014) destacam que, até 1940, as nacionalidades de migrantes com números não expressivos eram identificadas nos censos como “outras”, mas a partir dessa data passaram identificar todas, independentemente do número. Sendo assim, registraram a presença de 16 haitianas(os) no Brasil em 1940, 21 em 1950, 159 em 1960, 90 em 1970, 127 em 1980, 141 em 1991, 15 em 2000 e 36 em 2010 (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014). Por se tratar de um número pequeno no conjunto dos migrantes no Brasil, essa migração não foi objeto de estudo até 2010.

A primeira notícia sobre a entrada de haitianas(os) no Brasil, em 2010, relata que um grupo de oito pessoas foi detido na cidade de Miranda, Mato Grosso do Sul, em 17 de março daquele ano, depois de cruzar a fronteira com a Bolívia pela cidade de Corumbá². De acordo com a mesma matéria, em fevereiro, 52

² “Sem dinheiro, malas ou visto, oito haitianos são detidos em MS”. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sem-dinheiro-malas-ou-visto-8-haiti-anos-sao-detidos-em-ms,77491054a250b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>

haitianas(os) tentaram entrar pelo mesmo local, mas foram impedidos ainda na Bolívia. Nos dias 18 e 19 de março outros grupos também foram detidos por não portarem visto de entrada³. Ameaçadas(os) de deportação, essas(es) haitianas(os) recorreram à solicitação de refúgio e puderam permanecer no Brasil ou seguir seu trânsito para a Guiana Francesa, como era a intenção de algumas(ns) (VIEIRA, 2014).

No mesmo período e nos meses seguintes, centenas de haitianas(os) passaram a ingressar no Brasil pela cidade de Tabatinga, Amazonas, depois de uma longa jornada pelo interior do Peru. Naquele momento, não existia nenhuma resolução específica para o caso e esses migrantes solicitavam refúgio e, portando o protocolo do pedido, seguiam viagem para Manaus e demais destinos (COSTA, 2012). Em dezembro de 2010, começaram a chegar os primeiros grupos na cidade de Brasiléia, Acre, na fronteira com a Bolívia e na cidade de Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Era um sinal de que a migração haitiana para o Brasil estava se formando e as rotas se diversificando. Durante todo o ano de 2011, essas cidades fronteiriças receberam um número cada vez maior de haitianas(os) que solicitavam refúgio alegando “fugir do terremoto” que havia afetado o Haiti em 12 de janeiro de 2010.

Porém, antes do terremoto, o Brasil já estava no Haiti através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e isso contribuiu para a escolha desse país como possível destino. De acordo com Seguy (2014)⁴, as(os) haitianas(os), fanáticos por futebol, já viam o Brasil com certa proximidade e nas competições mundiais torciam pela seleção brasileira. Quando os soldados brasileiros chegaram ao Haiti em 2004, essa relação amistosa com o futebol refletiu na recepção das tropas e só depois de alguns anos o senso comum passou a notar que a MINUSTAH

³ “22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia”. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>

⁴ Entrevista no Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8KCcLaqaw>

não guardava nenhuma relação com a emoção que sentiam ao ver a seleção brasileira em campo. De todo modo, a presença de soldados brasileiros e funcionários de ONGs aproximou o Brasil do Haiti, e o país, pouco conhecido até então no cotidiano das(os) haitianas(os), passou a ser uma alternativa.

Na ocasião do terremoto, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita ao Haiti, declarou apoio humanitário e afirmou que o Brasil estaria aberto a receber haitianas(os) que quisessem migrar. Um mês depois, o fluxo iniciou-se (COTINGUIBA, 2014). Entretanto, nenhuma política migratória ou de refúgio foi elaborada até 2012, quando já havia passado dois anos de um grande fluxo, culminando na superlotação de um abrigo improvisado em Brasiléia-AC e das casas de acolhida em Tabatinga e Manaus-AM.

Baseadas nos relatos das(os) próprias(os) haitianas(os), as primeiras pesquisas desse fluxo migratório no Brasil indicaram a existência de variadas rotas e meios de acesso até as fronteiras brasileiras com outros países da América do Sul (COSTA, 2011; FERNANDES; MILESI; FARIA, 2011; SILVA, 2012). Notou-se que parte significativa desses primeiros migrantes partiram da República Dominicana, onde já residiam anteriormente. De Porto Príncipe ou Santo Domingo, seguiam de avião para Quito, no Equador, geralmente com conexões no Panamá.

Para entrar no Brasil seria necessário superar alguns obstáculos, entre eles a necessidade da emissão de um visto de entrada, que deveria ser concedido ainda no país de origem. Como grande parte deles já estava na República Dominicana, a solução foi a busca de uma rota alternativa de entrada, já que nos aeroportos seriam barrados sem a requerida autorização (SILVA, 2012, p. 304).

Após terem chegado à América do Sul pelo Equador, com exceção de pequenos grupos que seguiram pela Bolívia até o Mato Grosso do Sul, os primeiros grupos de haitianas(os) partiram para Lima e depois para Iquitos, na Amazônia peruana, e de lá seguiram

de barco para Tabatinga, cidade do Amazonas na tríplice fronteira com Peru e Colômbia, onde receberam apoio da Pastoral da Mobilidade Humana da Igreja Católica. Sem portar o visto de entrada exigido pelo Estado brasileiro, à época regulamentado pela Lei 6.815/1980, o Estatuto do Estrangeiro, esses migrantes solicitaram refúgio junto à Polícia Federal.

Como as solicitações de refúgio são encaminhadas ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e analisadas individualmente, os pedidos podem levar meses e até anos em tramitação. Diante disso, os solicitantes recebem um protocolo de solicitação de refúgio e de posse desse documento podem emitir o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho, documentos fundamentais para aquelas(es) que buscam por emprego.

Com a limitada capacidade de atendimento da Polícia Federal de Tabatinga, o crescente número de haitianas(os) na cidade culminou em um contingente maior do que a capacidade de acolhida por parte da Igreja Católica. A espera trazia consigo outros problemas como moradia e alimentação. Os aluguéis tornaram-se mais caros e muitas(os) compartilhavam pequenas casas em condições cada vez mais precárias, repartindo colchonetes ou dormindo no chão. Geralmente sem recursos, as(os) haitianas(os) aguardavam remessas de dinheiro de familiares no Haiti ou em outros países e a emissão do protocolo de refúgio (SILVA, 2012).

De acordo com Véran, Noal e Fainst (2014), além do aumento vertiginoso nos preços dos aluguéis, as casas disponíveis eram cada vez mais distantes da região central e desprovidas de serviços básicos como água encanada e eletricidade. Vazias, essas habitações passaram a funcionar como acampamentos, geralmente superlotadas. Em poucas semanas, apareceram placas de “não alugo para haitianos”, com argumentos de que eram barulhentas(os), não possuíam boas condições de higiene e, por estarem em trânsito frequente, poderiam não pagar o aluguel. Na tríplice fronteira onde Tabatinga está localizada, multiplicaram-se fronteiras simbólicas demarcadoras das diferenças e do medo do outro.

Essa situação tornou-se mais evidente no medo sanitário, sustentado no pré-conceito de que as(os) haitianas(os) seriam transmissoras(es) de doenças. Um vereador da cidade, médico de formação, lamentou a ausência de controle sanitário para as(os) haitianas(os), argumentando que o Brasil não poderia oferecer ajuda, pois estaria colocando em risco a população local (VÉRAN; NOAL; FAINST, 2014). Manifestações como essa encontraram eco na população da cidade que passou a evitar o contato direto com essas(es) migrantes.

Em Tabatinga, a espera variava conforme a capacidade de emissão dos documentos pela Polícia Federal e pela disponibilidade de recursos das(os) migrantes para seguir viagem. Munidas(os) do protocolo de refúgio, no primeiro semestre de 2010 dezenas de haitianas(os) seguiram para Manaus através do longo percurso do rio Solimões. Na capital, grande parte foi acolhida pela Pastoral do Migrante, que ao final daquele ano contabilizou o acolhimento de 380 deles. Os que chegaram a Manaus nos meses iniciais não permaneceram na cidade, seguiram viagem para outros destinos, inclusive para a Guiana Francesa (COSTA, 2011).

Os imigrantes haitianos chegam a Manaus com uma história de viagem de até três meses, nunca inferior a um mês. Um verdadeiro caminho do Calvário. Uma história marcada pela angústia e sofrimento, pela privação e fome, de noites mal dormidas em minúsculos e lotados 'alojamentos'. Chegam a Manaus extenuados e, a maioria, sem um centavo no bolso (COSTA, 2011. p. 84).

A entrada de haitianas(os) por Tabatinga e o deslocamento para Manaus ocorreu em ritmo crescente até o ano de 2012. Nos anos seguintes, a principal porta de entrada na Amazônia passou a ser o Acre. As dificuldades do trajeto até Manaus e as dificuldades de acessar outros destinos a partir dessa cidade podem explicar a mudança nas rotas. Em Manaus, de acordo com Silva (2016), dos mais de oito mil que passaram pela cidade, aproximadamente 1 mil permaneceram, parte delas(es) ocupando postos de trabalho nos

setores da construção civil, comércio e serviços. Outras(os) buscam meios de sobrevivência em atividades informais nas ruas como venda de alimentos, sorvetes, água e objetos diversos.

De acordo com os dados do Sismigra, os números de haitianas(os) que ingressaram em território nacional pelo Amazonas passaram a diminuir no ano de 2013, quando o Acre se tornou a principal porta de entrada. Porém, o ano de 2016 voltou a registrar um grande número de chegadas pelo Amazonas, talvez indicando a atuação das redes sociais entre migrantes que se estabeleceram em Manaus. Esses números podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1: Registros de entrada de haitianos nos estados do Acre e Amazonas (2010-2017)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Amazonas	241	1.576	1.737	1.482	451	625	5.549	1.285
Acre	23	965	1.665	8.306	9.556	7.455	171	26

Fonte: Sismigra, 2018. Elaboração própria.

As dificuldades de acesso ao Brasil através da cidade de Tabatinga, passando antes por Lima e Iquitos, no Peru, a continuidade da viagem por mais de 1.600 km via fluvial até Manaus e a quase inexistência de serviços de acolhimento por parte do Estado e Organizações Não Governamentais, com exceção da Pastoral da Mobilidade Humana, tornaram essa rota inativa para os migrantes haitianas(os) ao longo do tempo, ao passo que as vias terrestres ganharam importância por conectar cidades peruanas ao estado brasileiro do Acre. Isso significou uma diminuição no tempo de deslocamento e maiores possibilidades de acesso à outras cidades brasileiras, sobretudo do Sul e Sudeste, tendo em vista a ligação rodoviária.

O eixo estrutural dessa rota é a Interoceânica, estrada binacional que assegura a ligação terrestre do Oceano Pacífico, no litoral sul do Peru, ao oceano Atlântico, no noroeste brasileiro, especificamente pelas cidades acreanas de fronteira – Assis Brasil, Brasiléia e

Epitaciolândia. A construção da rodovia iniciou em 2002 e a mesma passou a funcionar plenamente em dezembro de 2010, mas sua inauguração oficial só ocorreu em julho de 2011. Desse modo, é importante ressaltar que a concretização da obra viabilizou a chegada dos primeiros grupos de haitianos ao Acre, ao final do ano de 2010 (MAMED; LIMA, 2016, p. 135-6).

Com a formação dessa rota a partir de 2010, além das(os) haitianas(os), migrantes de outras nacionalidades, principalmente de países africanos, passaram a ingressar no Brasil através do Acre. Nieto (2014) observou que, à medida que os fluxos pelo Peru foram aumentando, os agenciamentos envolvendo funcionários de empresas de transporte, taxistas, policiais e donos de estabelecimentos de hospedagem foram se articulando em complexas redes que viabilizavam a chegada dos migrantes até a ponte binacional entre as cidades de Iñapari, no Peru, e Assis Brasil, no Brasil.

De acordo com Mamed e Lima (2016), após passarem pelo Posto Alfandegário de Assis Brasil, onde se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal, geralmente seguiam em taxis até à Delegacia da Polícia Federal na cidade de Brasiléia para obter o protocolo de refúgio e finalmente se deslocavam para o abrigo público de Brasiléia que funcionou até abril de 2014, quando foi transferido para a capital Rio Branco. No total, a duração média da viagem era de 15 a 20 dias e, em alguns casos, se estendia a mais de um mês, a depender da disponibilidade de recursos dos migrantes.

No Acre, em virtude da crescente demanda, o abrigo público improvisado pelo governo estadual passou por oito diferentes endereços nas cidades de Brasiléia e Rio Branco. Diferente do que ocorreu no Amazonas, no Acre, a quase totalidade do ônus da acolhida das(os) haitianas(os) e demais migrantes foi de responsabilidade do governo estadual inicialmente e posteriormente o governo federal passou a contribuir com a infraestrutura. Entretanto, a superlotação esteve presente em todos

os locais, agravando a vulnerabilidade daquelas(es) que durante muitos dias estiveram em deslocamento. Após a chegada ao Brasil, a situação de precarização da qual buscavam fugir continuava a se reproduzir, e até se agravar em alguns casos, diante das condições insalubres dos abrigos.

Embora precária, a estratégia de acolhimento efetuada pelo governo do Acre garantia três refeições diárias, orientações sobre documentação e, em alguns momentos, atendimento de saúde. Mesmo com a documentação que permitia seguir viagem pelo país e encontrar familiares e amigos(os) em outros estados, muitas(os) permaneciam no abrigo à espera de empresas que as(os) recrutassem para trabalhar em outros locais, à espera dos ônibus fretados pelo governo estadual⁵ ou aguardavam o envio de recursos de parentes no Haiti ou em outros países para organizar a saída do Acre por conta própria (MAMED; LIMA, 2016, p. 148).

As pesquisas de Mamed e Lima (2016) e Cotinguiba e Cotinguiba (2016), realizadas no período em que o abrigo público do Acre esteve em funcionamento, observaram a presença de representantes de empresas de diversos estados do país para o recrutamento e contratação das(os) haitianas(os). Com a crescente chegada das(os) migrantes ao Acre, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República passaram a estabelecer contatos com empresários que se deslocavam até o abrigo para realizar as triagens e contratações. As empresas da agroindústria de carnes, da construção civil, hoteleiras, metalúrgicas e de serviços de limpeza foram as que mais contrataram, quase todas no Centro-Sul do Brasil.

Os homens jovens, solteiros, sem filhos, saudáveis e com alguma experiência laboral constituíam o perfil prioritário para as contratações. Em oposição, as mulheres, idosos e doentes tinham

⁵ Durante o ano de 2014 o governo do Acre decidiu fretar ônibus e enviar centenas de haitianas(os) para outros estados, sobretudo São Paulo, sem prévia comunicação com as administrações locais. Esse fato gerou estranhamentos entre os governantes da prefeitura de São Paulo e o governo do Acre.

mais dificuldades nas seleções e permaneciam mais tempo no abrigo. Isso sustenta a ideia de Sayad (1998) de que a aceitação do migrante se encontra vinculada à sua condição de trabalhador. O recrutamento no abrigo e o transporte dos recém-contratados pelas empresas predominou até julho de 2014, quando o governo do Acre passou a custear o envio das(os) haitianas(os) para outros estados.

Entre os anos de 2010 e 2015, contabilizou-se a passagem de 43.667 migrantes pelo abrigo público do Acre, dos quais 37.881 eram haitianas(os), segundo dados do governo do Acre citados por Mamed e Lima (2016). A quase totalidade dessas(es) migrantes encontrava-se em situação indocumentada, o que explica, em grande parte, a utilização das rotas terrestres em detrimento às aéreas. O número de entradas de haitianas(os) pelo Acre foi crescente até 2014. A partir de 2015 as entradas pelos aeroportos do Sul e Sudeste do Brasil passaram a ser majoritárias, uma consequência da emissão de vistos humanitários na embaixada brasileira em Porto Príncipe.

Durante os cerca de cinco anos da entrada de haitianas(os) pelo Acre, a fronteira se configurou como uma espécie de “rito de passagem” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2016). Evitando o risco de deportação nos aeroportos, milhares deles buscaram a alternativa mais demorada, onerosa e perigosa, tendo em vista os abusos e extorsões sofridas no trajeto. A precariedade dos serviços, a espera dos documentos, do transporte ou da contratação por alguma empresa, marcou a passagem desses migrantes pelo Acre como um Brasil que elas(es) não esperavam encontrar.

Ao chegar ao Brasil, as(os) haitianas(os) não se encontravam socialmente inseridas(os) e a presença na fronteira representava uma condição geográfica, mas também sociológica, à margem. Um dos motivos para essa condição era o status jurídico dessas(es) migrantes, que passaram a ingressar no Brasil de maneira indocumentada, considerando que, à época, necessitavam de um visto emitido no Haiti. Sem portar o referido documento, a solução encontrada por elas(es) foi solicitar refúgio, alegando fugir das precárias condições de vida agravadas pelo terremoto. Tratando-se

de um fluxo migratório com características bastante distintas dos anteriormente vistos no país e sem detalhamento da matéria no ordenamento jurídico brasileiro, a busca por soluções pautou-se na resolução de situações emergenciais.

Baseando-se no princípio de “*non-refoulement*”⁶, presente na Convenção de Genebra, os pedidos de refúgio feitos aos agentes da Polícia Federal seguem para a avaliação do CONARE. Enquanto os pedidos não são julgados, as(os) solicitantes podem transitar pelo país e emitir documentos como CPF e Carteira de Trabalho, portando o protocolo do pedido refúgio. Esse mecanismo passou a ser utilizado como forma de acessar e permanecer no país, sem o risco de deportação. Ou seja, uma estratégia de contornar a barreira legal que a exigência do visto de turismo ou trabalho representava. Assim, as(os) haitianas(os) que chegaram à Tabatinga nos meses iniciais de 2010 receberam esse tratamento jurídico.

Segundo Fernandes e Faria (2017), nos primeiros meses, os números das entradas não chamaram a atenção das autoridades brasileiras e meses depois, com o aumento do número de pedidos de refúgio, o CONARE encaminhou a questão para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que criou um grupo de trabalho em outubro do mesmo ano. De acordo com os autores, naquele momento, havia a percepção entre os membros do CNIg de que se tratava de um fluxo migratório de curto prazo em direção à Guiana Francesa, tendo o Brasil ocupado o papel de país de trânsito.

Como já mencionamos, apesar do trânsito para a Guiana Francesa, nos anos seguintes, o Brasil passou a ser um dos principais destinos da migração haitiana no mundo, reconfigurando o cenário das migrações internacionais na América Latina. De maneira inesperada, “O Brasil entrou na rota da diáspora haitiana e precisou dar respostas rápidas ao movimento que teve início no final de 2010 e se intensificou com o passar dos anos” (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 146).

⁶ Não devolução de refugiados ou solicitantes de refúgio caso sua vida esteja em risco.

Grande parte da justificativa das(os) haitianas(os) para a solicitação de refúgio estava fundamentada nas situações adversas causadas pelo terremoto e por esse motivo passaram a ser sistematicamente recusadas, tendo em vista que o Brasil trata a questão fundamentado principalmente na Convenção de Genebra de 1951 e no Protocolo de 1967, que consideram como refugiados aqueles que foram obrigados a deixarem seu país temendo ser perseguidos por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Dessa forma, as pessoas forçadas a saírem dos seus lugares de origem em virtude de catástrofes ambientais não são consideradas refugiadas pelo Direito Internacional e não gozam de sua proteção por não estarem tipificadas no ordenamento jurídico internacional.

Entretanto, a América Latina conta com um instrumento adicional que expande o conceito de refugiado adotado pela Convenção de Genebra. Trata-se da Convenção de Cartagena, de 1984, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, da qual o Brasil é signatário. De acordo com ela,

[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (OEA. DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984. Resolução OEA/Ser.1L/V/II.66).

Através da Lei 9.474/1997, a “Lei do Refúgio”, o Brasil incorporou os princípios da Declaração de Cartagena e passou a entender como refugiados também aqueles que sofreram violação dos direitos humanos. Segundo o Artigo 1, inciso III da referida lei, pode ser considerado refugiado aquele que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu

país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, Lei n. 9.474, 1997). Porém, no caso das solicitações de refúgio das(os) haitianas(os), a violação de direitos fundamentais como saúde, educação e segurança não foram considerados.

Recusando a solicitação de refúgio, mas considerando a existência de uma situação humanitária que merecia ser tratada de modo específico, o CONARE encaminhou os processos ao CNIg que passou a julgá-los com base na Resolução nº 27/1998, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos. Com base nela, em março de 2011, pela primeira vez, um grupo de 199 haitianas(os) recebeu a autorização de permanência em território nacional (FERNANDES; FARIA, 2017).

Entretanto, a chegada de haitianas(os) pelas fronteiras terrestres do Brasil foi crescente e demandou um mecanismo de migração regular por parte do Estado brasileiro. Foi nesse contexto que o CNIg publicou a Resolução nº 97/2012, em 12 de janeiro, exatamente dois anos após o terremoto. Tal medida teve um grande impacto na migração haitiana, tendo em vista que normatizou a questão do visto humanitário, possibilitando uma migração regular, mas, por outro lado, estabeleceu um limite anual de 1.200 vistos, gerando uma crise migratória não prevista.

De acordo com o argumento do governo brasileiro da época, a concessão do visto humanitário visava permitir o ingresso seguro das(os) haitianas(os) no Brasil e combater as redes de tráfico de pessoas que atuavam ao longo do trajeto até a fronteira brasileira. Porém, o estabelecimento do limite de 1.200 vistos anuais mostrou-se uma estratégia de controle migratório em contradição com o acolhimento pautado nos direitos humanos, considerando que existia uma demanda grande e crescente que não poderia ser contemplada com a imposição do limite.

Além disso, para obter o visto, os candidatos deveriam cumprir alguns requisitos nem sempre fáceis de conseguir, como passaporte em dia, residência no Haiti comprovada, atestado de bons antecedentes e o pagamento da taxa de 200 dólares. Nota-se que o visto passou a ser concedido na Embaixada brasileira no

Haiti, impedindo que haitianas(os) residentes ou em trânsito em outros países obtivessem o documento. Como consequência, durante todo o ano de 2012, milhares de haitianas(os) continuaram viajando sem a posse do documento, seja pelas dificuldades de aquisição dele em Porto Príncipe ou por já se encontrarem fora do Haiti quando a medida foi implementada.

No mesmo ano, sob influência do governo brasileiro, o Peru passou a exigir visto de entrada para as(os) haitianas(os), também como justificativa de combater o tráfico de pessoas. Entretanto, essas medidas não surtiram o efeito desejado, ao contrário, ampliou a atuação dos agenciadores que se beneficiaram das restrições à mobilidade, pois passaram a cobrar mais caro pelos serviços. A situação indocumentada deixava os migrantes mais vulneráveis às extorsões e abusos.

De acordo com o meu trabalho de campo posso afirmar, pelo menos provisoriamente, que as máfias de coiotes aparecem e se ativam no momento em que o governo do Peru decide exigir visto dos cidadãos haitianos para passar por seu território e no momento em que o Brasil fecha suas fronteiras. As máfias de coiotes encontram um mercado lucrativo na situação de irregularidade e, portanto, de vulnerabilidade e fragilidade dos migrantes haitianos (NIETO, 2014, p. 79, tradução nossa).

Diante da crescente demanda pelo visto e da continuidade da chegada de haitianas(os) sem o documento, o CNIg, em abril de 2013, publicou a Resolução nº 102, revogando o Art. 2º da resolução anterior. Ou seja, eliminou o limite de vistos, bem como a exclusividade da sua emissão no Haiti. Com isso, outras repartições consulares do Brasil puderam emitir os documentos, facilitando principalmente para aqueles que se encontravam em trânsito pela América do Sul.

Mesmo com essa medida, a demora na emissão do visto no Haiti, por conta da reduzida disponibilidade de pessoal, seguiu influenciando a migração indocumentada e a entrada pelas fronteiras da região Norte do Brasil continuou sendo uma opção

para muitos. Também é necessário considerar o papel exercido pelos agenciadores que, na maioria dos casos, articulavam a viagem desde o Haiti, comprando as passagens, contactando outros agentes ao longo do caminho e prometendo, sem condições para isso, uma viagem segura. Obviamente, a legalização da migração impactava o lucrativo negócio do contrabando de pessoas.

Gradativamente, a divulgação dos procedimentos necessários à obtenção do visto, assim como as informações repassadas pelas(os) haitianas(os) já residentes no Brasil, influenciou na diminuição da alternativa indocumentada e na maior procura pelo meio legalizado.

Em 2015, o governo empreendeu ações para ampliar a capacidade de emissão de visto do Consulado brasileiro em Porto Príncipe. Acordo firmado entre o Itamaraty e a OIM permitiu a implantação de um centro de processamento de vistos, no qual a documentação dos candidatos era analisada e posteriormente enviada ao consulado para registro. Esses procedimentos permitiram ao Consulado no Haiti atingir a marca de 500 vistos expedidos por semana, incluindo os vistos permanentes e de reunião familiar (FERNANDES; FARIA, 2017, p. 156)⁷.

O resultado dessas ações foi uma drástica redução no número de entradas pelo estado do Acre e o aumento gradativo pelos principais aeroportos do Centro-Sul brasileiro. De acordo com os dados do Sismigra, em 2016, o número de ingressos de haitianas(os) pelo Acre foi de apenas 171, enquanto São Paulo registrou 10.604. Diante desse cenário, o governo do Acre decidiu fechar o abrigo público que mantinha em uma chácara alugada na periferia de Rio

⁷ A parceria firmada entre a Embaixada do Brasil no Haiti e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015, criou o Centre de réception des demands de visas pour le Brésil em Haiti (BVAC), com o objetivo de otimizar a emissão de visto e reduzir o tempo de espera, como também combater a migração “ilegal”. O BVAC realizava o atendimento pré-consular. Assim, passaram a emitir um número bem maior de vistos.

Branco em março de 2016. No último mês de funcionamento, apenas três haitianas(os) encontravam-se no local⁸.

Ao longo dos anos, o crescente fluxo de haitianas(os) para o Brasil deixou à mostra as deficiências no tratamento da questão migratória no país. Em verdade, o Estado brasileiro acionou sua estrutura no gerenciamento de momentos de crise, improvisando estratégias para a resolução dos conflitos e mostrou a ausência de uma política migratória articulada para a garantia dos direitos humanos. Contudo, juntamente com outros casos, a migração haitiana contribuiu para a ampliação do debate em torno da questão migratória no país, culminando na aprovação da nova Lei de Migração, Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, substituindo o ultrapassado Estatuto do Estrangeiro.

O visto humanitário, instrumento criado para o gerenciamento da migração haitiana, passou a ser incorporado e ampliado na nova lei, estendendo sua aplicação ao apátrida ou nacional de qualquer país que se encontre em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário (BRASIL, Lei 13.445, 2017).

Atualmente, a regulamentação da migração haitiana para o Brasil ainda se dá por meio do visto humanitário, renovado por sucessivas Portarias Interministeriais. A atual, a Portaria Interministerial, n. 27, de 30 de dezembro de 2021, emitida pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, reduziu a validade do documento de um ano para seis meses. O visto por razões humanitárias é emitido no Haiti ou para aqueles que já se encontrem no Brasil.

Na prática, migrantes que se encontrem em outros países não podem utilizar esse recurso. Isso pode ser observado no retorno da

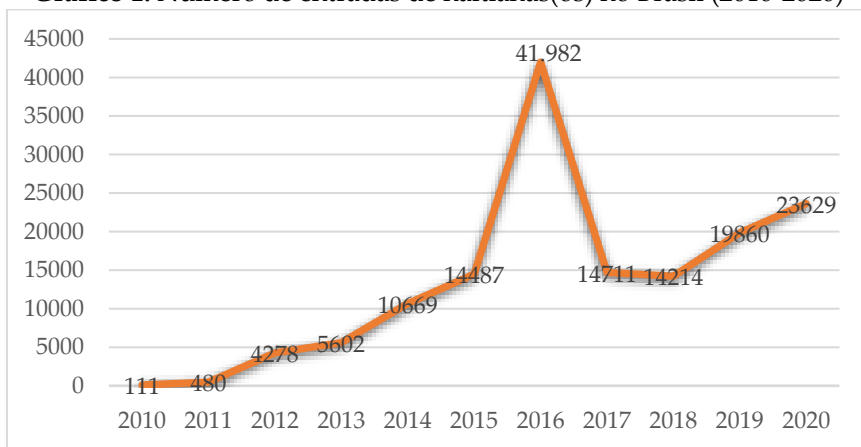
⁸ Ver Lima (2016). “Governo do Acre fecha abrigo na Chácara Aliança e vai apenas orientar imigrantes”. <https://www.oaltoacre.com/governo-do-acre-fecha-abrigo-na-chacara-alianca-e-vai- apenas-orientar-imigrantes/>

migração indocumentada de haitianas(os) que residiam no Chile e passaram a entrar no Brasil por meio da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e na cidade de Bonfim, em Roraima, a partir do ano de 2018. De todo modo, as medidas restritivas à migração têm feito as(os) haitianas(os) redirecionarem seus fluxos e suas estratégias de mobilidade, mas não tem impedido a ampliação da sua diáspora, inclusive abandonando o Brasil nos anos recentes.

Fases da migração haitiana no Brasil

Ao longo de uma década, a migração haitiana no Brasil passou por fases que refletiram as transformações na política migratória e na economia do país. Abarcando uma diversidade de situações e de status migratórios, as(os) haitianas(os) se fizeram presentes em todos os estados brasileiros, embora com maior concentração em São Paulo e nos estados da região Sul. Com amparos legais diversificados, aproximadamente 150 mil delas(es) passaram a residir em centenas de municípios brasileiros entre 2010 e 2020, de acordo com os dados do Sismigra. O gráfico 1 indica o número de entradas de haitianas(os) no Brasil a cada ano desse período.

Gráfico 1: Número de entradas de haitianas(os) no Brasil (2010-2020)



Fonte: Sismigra (2010-2020). Elaboração própria, 2022.

Como apontamos no item anterior, nos anos iniciais, predominaram entradas indocumentadas pelas fronteiras terrestres, em destaque para os estados do Amazonas e do Acre, depois de desembarque no Equador⁹ e viagem terrestre atravessando o Peru. Definidas em um complexo agenciamento de informantes e coíotes, em articulação com proprietários de hospedagens e transportes, as rotas por esses países foram criadas para contornar as exigências legais de trânsito e permanência. Depois de dias e até meses de viagem, as(os) haitianas(os) chegavam ao Brasil pelas suas margens.

Após a implementação do visto humanitário e principalmente após o acordo entre a Embaixada Brasileira em Porto Príncipe e a Organização Internacional para as Migrações, que garantiu maior agilidade na concessão dos vistos, o número de entrada de haitianas(os) aumentou a cada ano e os meios de locomoção se alteraram. Se a inexistência do visto e de informações confiáveis impulsionaram as(os) haitianas(os) a migrarem de maneira irregular e mais perigosa nos primeiros anos, com o visto e com as informações repassadas pelas(os) primeiras(os) migrantes já estabelecidas(os) no Brasil, a migração haitiana passou a ocorrer majoritariamente pelos aeroportos das grandes cidades brasileiras. A partir de 2013, como reflexo da política de concessão de vistos, o estado de São Paulo passou a ser o local de maior entrada de haitianas(os) no país.

Com a maior possibilidade de aquisição do visto humanitário, o número de entrada de haitianas(os) no Brasil passou de 14.487, em 2015, para 41.982, em 2016, um aumento de 190%. A partir de 2018, o visto humanitário passou a ser regulamentado por meio de Portarias Interministeriais do governo brasileiro, mas, ao contrário dos anos anteriores, o documento voltou a ser expedido apenas na

⁹ No Equador, um Decreto Executivo do presidente Rafael Corrêa, de 20 de junho de 2008, aboliu a necessidade de visto de turista para qualquer nacionalidade, permitindo ingressar e permanecer no país por até noventa dias. Por esse motivo, o Equador se tornou a porta de entrada das(os) haitianas(os) na América do Sul.

Embaixada brasileira em Porto Príncipe, o que resultou no retorno da migração indocumentada, tanto daquelas(es) que saíam diretamente do Haiti quanto das(os) que abandonavam o Chile, passando pelo território boliviano (JESUS, 2020b).

A desaceleração da economia brasileira impactou diretamente nos empregos e conseqüentemente nas possibilidades de permanência no Brasil para milhares de haitianas(os). Entre 2015 e 2016, os vínculos empregatícios de haitianas(os) no mercado de trabalho formal brasileiro tiveram um saldo negativo de 7.725. Isso representou uma queda de 23% em relação ao ano anterior. Além disso, mesmo os empregados enfrentam dificuldades de subsistência com os baixos salários e os altos custos nas grandes e médias cidades brasileiras.

Diante dessa conjuntura, especialmente agravada entre os anos de 2015 e 2016, muitas(os) haitianas(os) passaram a abandonar o Brasil em busca de novos destinos como o Chile e os Estados Unidos. Os registros do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal apontam que, entre 2010 e 2015, 10.029 haitianas(os) deixaram o Brasil, enquanto apenas em 2016 o número foi de 10.738 saídas. Em 2017 e 2018, registraram-se 6.328 e 5.400 saídas respectivamente¹⁰ (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

Esses registros, que correspondem às movimentações nos postos fronteiriços brasileiros, confirmam que 2016 foi um ano em que milhares de haitianas(os) repensaram seus projetos migratórios e partiram para outros destinos. O Chile, naquele momento com uma política migratória menos restritiva e com possibilidades de maiores salários e os Estados Unidos, desejado destino das(os) haitianas(os), foram as principais opções.

No caso dos Estados Unidos, a escolha como destino está diretamente relacionada com a grande quantidade de haitianas(os) que residem nesse país, o que contribui para a formação de redes

¹⁰ Porém, Cotinguiba (2019) identificou em pesquisa de campo itinerante que muitos deixaram o Brasil por via terrestre e não registraram a saída, o que indica que os números podem ser bem maiores.

sociais entre familiares e amigas(os) capazes de oferecer suporte para novas(os) migrantes. Embora com cifras imprecisas, estima-se em cerca de 1 milhão o número de haitianas(os) e americanas(os) de ascendência haitiana residentes em diversos estados americanos, sobretudo na Flórida (JOSEPH, 2015). Outro fator de estímulo a essa migração é a economia dolarizada, com maior possibilidade de realizar remessas para suas famílias no Haiti.

Entre 2016 e 2018, milhares de haitianas(os) tentaram ingressar nos Estados Unidos depois de abandonarem países da América do Sul, sobretudo o Brasil. Naquele momento, eles esperavam ser beneficiados pela acolhida humanitária proveniente do Status de Proteção Temporal [*Temporary Protected Status*] (TPS)¹¹, iniciado para eles em 2010 em virtude das consequências do terremoto que atingiu o país naquele ano. Entretanto, diante da crescente entrada de haitianas(os) de maneira indocumentada pelas fronteiras do estado da Califórnia, em 23 de setembro de 2016 o governo de Barack Obama anunciou que endureceria o controle migratório e passaria a deportar as(os) migrantes indocumentadas(os). Isso resultou na permanência de milhares de haitianas(os) nas cidades mexicanas na fronteira com os Estados Unidos, em destaque para Tijuana e Mexicali (JESUS, 2019).

Nos anos seguintes, durante o governo de Donald Trump, a política migratória mais restritiva e violenta, aliada à xenofobia declarada, impactou diretamente na migração haitiana para os Estados Unidos. Apesar da deterioração das condições de trabalho e de vida no Brasil, as alternativas de nova migração ficaram ainda mais restritas. Após a eleição de Joe Biden, principalmente durante o ano de 2021, milhares de haitianas(os) provenientes do México, do Brasil e diretamente do Haiti, voltaram à estratégia de migração em massa, dessa vez pelo estado americano do Texas. Entretanto, a violência com que foram tratadas(os) pela patrulha fronteiriça

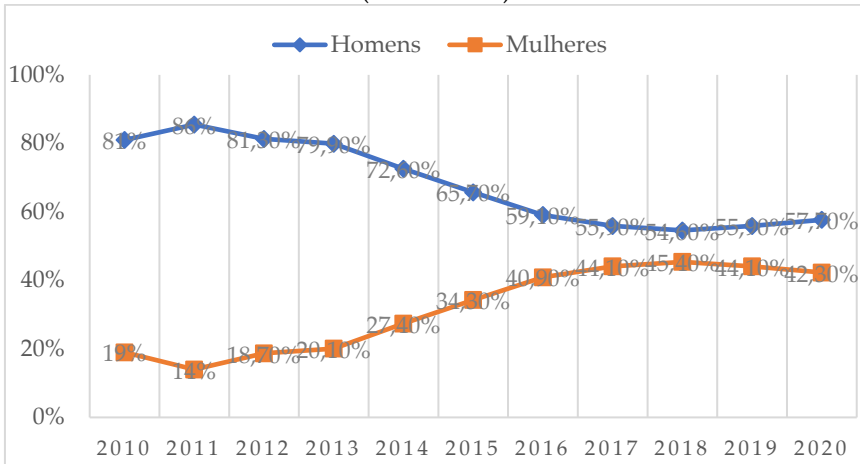
¹¹ O TPS é um programa migratório, criado em 1990 pelo governo dos Estados Unidos, que concede permissão extraordinária para entrada e permanência de pessoas de outros países afetados por conflitos armados e desastres naturais.

mostrou ao mundo que a mudança de governo não significou a mudança da política migratória e que ali eles continuarão a ser rechaçadas(os).

Ao longo de pouco mais de uma década, acompanhando os processos de entrada e de distribuição espacial, a migração haitiana no Brasil apresentou substanciais mudanças no perfil das(os) migrantes. O padrão indocumentado passou a ser mais documentado entre 2013 e 2018, voltando à indocumentação nos anos recentes; a concentração nas metrópoles deu lugar a maior dispersão pelas médias cidades, conforme as oportunidades de emprego foram surgindo no interior do país, sobretudo nos frigoríficos; a quase exclusiva presença masculina deu lugar a gradativa feminização dessa migração.

Esse processo de feminização tem sido objeto de análise nos estudos migratórios. De modo geral, um número cada vez maior de mulheres tem migrado, seja em estratégias de reunificação familiar ou de maneira individual. No caso da migração haitiana para o Brasil, chama atenção a rapidez com que isso tem acontecido. Considerando todos os registros de haitianas(os) residentes no país entre 2010 e 2020, 36,1% correspondem à presença de mulheres. Como pode ser observado no gráfico 2, justamente nos anos de maior facilidade de entrada e regularização, o percentual de mulheres aumenta e se aproxima do de homens. Porém, os últimos dois anos da série apontam um pequeno distanciamento, mas mantendo a proximidade entre os sexos.

Gráfico 2: Divisão por sexo das(os) haitianas(os) residentes no Brasil (2010 – 2020)



Fonte: Sismigra. Elaboração própria, 2022.

Em muitos casos, esse processo está vinculado às reuniões familiares, quando as mulheres migram para juntar-se aos seus cônjuges. Todavia, a análise do status conjugal das haitianas aponta para uma migração tardia das mulheres e não apenas de reunião familiar. “Considerando-se que a imigração haitiana, tanto para homens como para mulheres, concentra-se na faixa de 20 a 34 anos, os dados sugerem que as mulheres haitianas não vêm ao Brasil no papel exclusivo de cônjuges ou de filhas” (BAENINGER; PERES, 2017, p. 134). Isso acrescenta novas questões na análise dessa migração, tendo em vista que questiona o papel do homem enquanto exclusivo provedor familiar. “Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios implica em ignorar complexidades e heterogeneidades” (PERES, 2016, p. 270).

As(os) haitianas(os) também ganharam visibilidade no mercado de trabalho formal brasileiro nos últimos anos. Até 2012, os portugueses constituíam o maior grupo de migrantes internacionais com emprego formal no Brasil, sendo ultrapassados pelas(os) haitianas(os) em 2013. A partir de então, os números foram crescentes com exceção do ano de 2016, quando a

desaceleração da economia brasileira atingiu setores de grande empregabilidade das(os) haitianas(os), como a construção civil. No entanto, a partir de 2018, os números de empregos formais dessas(es) migrantes têm apresentado queda, em reflexo da estagnação econômica que o Brasil enfrenta. A tabela 2 mostra o número de postos de trabalho ocupados pelas(os) haitianas(os) entre 2011 e 2020.

Tabela 2: Número de postos de trabalho formal ocupados pelas(os) haitianas(os) no Brasil (2011 – 2018)

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
815	4.12	14.69	30.48	33.50	25.78	35.65	27.24	15.58	15.03
	8	5	4	7	2	8	6	1	2

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS/MTE, 2011-2018.

Recrutados para ocupar postos de trabalho dispensados pelos brasileiros, as(os) haitianas(os) se dispersaram nas capitais, regiões metropolitanas e em muitos municípios do interior, sobretudo no Sul e Centro-Oeste do Brasil, além do estado de São Paulo. Particularmente nos frigoríficos do interior, eles foram transformados numa poderosa alavanca de um setor que expandiu grandiosamente na última década.

Os postos de trabalho das(os) haitianas(os) estão quase exclusivamente reservados para atividades que exigem um grande esforço físico, longas jornadas e baixa remuneração, demonstrando a segmentação do mercado de trabalho brasileiro e a delimitação do lugar que eles devem ocupar, independentemente das suas habilidades e qualificações profissionais. Prova disso é que, em 2018, as(os) haitianas(os) tinham os menores rendimentos médios no momento da admissão entre todos os grupos de migrantes internacionais no Brasil (1.306,00), seguidas(os) dos serra-leoninos (1.309,00) e dos gambianos (1.348,00) (CAVALCANTI, OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

Das grandes às pequenas cidades no interior do Brasil, em maior ou menor grau, as(os) haitianas(os) continuam enfrentando grandes dificuldades de ascensão social, tendo em vista os baixos salários, os altos aluguéis que necessitam pagar, com o agravante da desvalorização do real que reflete diretamente na diminuição do volume das remessas. Desse modo, parece coerente a observação feita por um haitiano no interior do Rio Grande do Sul, relatada por Menin (2016, p. 55) “O governo entrega a vida dos imigrantes nas mãos dos empresários. Eles [os empresários] é que tomam a decisão e tomam conta”.

Conclusão

Em síntese, verificamos que a migração haitiana no Brasil sofreu mudanças significativas nos processos de entrada e distribuição espacial, bem como nas características dos sujeitos protagonistas dessa intensa e significativa mobilidade. Ao longo da última década, passou-se da predominância da indocumentação para a documentação proveniente da implementação do visto humanitário e finalmente, nos últimos anos, para o retorno da migração indocumentada proveniente do Chile, decorrente da exclusividade de emissão do visto apenas no Haiti e da saída para outros destinos, em destaque para os Estados Unidos.

Os fluxos dos anos iniciais não contavam com informações privilegiadas que pudessem contribuir com a diminuição dos custos e dos riscos de um tão longo e arriscado caminho. Posteriormente, as redes sociais entre as(os) migrantes se ampliaram e deram maior dinamicidade e autonomia para que parte dos deslocamentos ocorresse sem a mediação de empresas privadas e do Estado. Assim, a presença de haitianas(os) em muitos municípios brasileiros contribui para que os fluxos atuais sejam orientados com maior quantidade e qualidade das informações.

Nota-se uma tendência de deslocamento para médias e pequenas cidades polarizadas por algum centro regional. As maiores possibilidades de acessar serviços como saúde e educação,

a menor burocracia na locação de imóveis, os preços mais baixos e a facilidade de transporte entre casa e trabalho contribuem para que as(os) haitianas(os) estejam em centenas de municípios brasileiros. “Nesses Brasis menos violentos e difíceis do que aqueles das grandes cidades, esses migrantes começam a descobrir as vantagens de viver no interior” (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

Outras características que contribuíram para ampliar a visibilidade da migração haitiana no Brasil foram: a crescente feminização do fluxo para além da reunificação familiar; o surgimento de igrejas evangélicas haitianas; a criação de associações e, mais recentemente, a presença de crianças brasileiras filhas de pais haitianas(os). Ou seja, uma segunda geração desse recente fluxo. Todas essas características merecem atenção para agendas futuras de investigação, tendo em vista a importância que essa migração alcançou na dinâmica populacional brasileira, fomentando discussões nos espaços acadêmicos e na elaboração de políticas públicas.

Referências

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino e OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **O conceito de redes:** apontamentos referentes à imigração haitiana para o Brasil. CONINTER 3. Salvador, 2014. p. 164-176.

BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População.** V.34, N.1, p.119-143, 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração.

BRASIL. **Portaria Interministerial MJSP/MRE, de 30 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidades de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti. CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Série Migrações. OBMIGRA. Brasília, 2019.

CNIG – Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 27**, de 25 de novembro de 1998. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1998.

CNIG– Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº. 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012.

CNIG – Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 102**, de 26 de abril de 2013. Altera a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012. Brasília, 2013.

COSTA, Gelmino. Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do migrante (relato). **Travessia** (São Paulo). V. 68, p. 83-88, 2011.

COSTA, Gelmino. Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora! **Travessia** (São Paulo). V. 70, p. 91-98, 2012.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais, 2014.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Aletranje**: a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano – o Brasil como uma nova baz. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). UNIR, 2019.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; GOTINGUIBA, Marília Lima. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-

política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIA, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Refúgio, Migração e Cidadania**. Caderno de Debates 6. IMDH. Brasília, p. 73-98, 2011.

FERNANDES, Duval e FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.34, n.1, p.145-161, 2017.

JESUS, Alex Dias de. Fronteiras e atravessamentos: experiências migratórias de haitianos em Tijuana, México. **Formação (Online)**, v.26, n.49, p. 85-105, 2019.

JESUS, A. D. de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

JESUS, Alex Dias de. Corumbá: o retorno da migração indocumentada de haitianos no Brasil. **Para Onde!?**. v.13, n.2, p. 75-89, 2020b.

JOSEPH, Handerson. *Diaspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

MAMED, Leticia e LIMA, Eunice Oliveira de. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia sul ocidental e o acampamento público de migrantes no AC. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

MENIN, Assis Felipe. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. **Ponto e Vírgula - PUC SP** - n. 20, p. 42-65, 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário Estatístico da RAIS – 2011-2020**. Brasília: MTE, 2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/anuario-rais> Acesso em 18 de janeiro de 2022.

NIETO, Carlos. **Migración haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

OLIVEIRA, Márcio de. Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade. **Périplos** - Revista de Investigación sobre Migraciones. Vol. 1. n. 1, p. 27-46, 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração de Cartagena**. Cartagena de Las Índias, 1984.

PERES, Roberta Guimarães. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGUY, Frank. **A MINUSTAH, a Desestabilização do Haiti e o Sub Imperialismo Brasileiro**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8KCCLaqaw> Acesso feito em 26 de dezembro de 2017.

SILVA, Sidney Antonio da. Aqui começa o Brasil: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. Hucitec/FAPEAM. São Paulo/Manaus, 2012.

SILVA, Sidney Antonio da. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório. **Microdados 2010-2020**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINST, Tyler. Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). **DADOS–Revista de Ciências Sociais**. V.57, N.4 Rio de Janeiro, p.1007-1041, 2014.

VIEIRA, Rosa Cavalcanti Ribas. **Itinerâncias e governo**: a mobilidade haitiana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2014.

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: ITINERÁRIO DE PESQUISA DAS HISTÓRIAS DE MULHERES ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MT

Cláudia Delboni¹

Introdução

A pesquisa de doutorado desenvolvida entre os anos de 2013 e 2017, constitui-se da análise da história oral de vida de nove mulheres assentadas no município de Sidrolândia, no Estado do Mato Grosso do Sul², cujas experiências foram marcadas pelo ingresso nas ocupações dos barracos de lona nos acampamentos rurais. Na pesquisa busquei identificar as permanências e as rupturas na vida dessas mulheres assentadas e em que medida a experiência no acampamento modificou as relações de gênero no processo de mobilização que a luta pela terra demandou.

Na perspectiva de escapar das generalizações que caracterizam os estudos sobre a participação das mulheres nos assentamentos rurais, optei por trabalhar, especificamente, com as histórias de vidas das mulheres residentes no assentamento Eldorado I, composto de dois assentamentos, Ernesto Che Guevara e João Batista, criados no ano de 2007 e localizados no município de Sidrolândia.

¹ Graduação e mestrado em História na Universidade de São Paulo, Doutorado em História/Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente leciona como professora substituta no curso de História na UFGD, <https://orcid.org/0000-0002-8823-5896> e--mail claudiadelboni50@gmail.com

² Tese de Doutorado defendida no ano de 2017, com o título *História de Mulheres do Assentamento Ernesto Che Guevara e João Batista na luta pela terra em Sidrolândia/MS: consentimentos, rupturas e continuidade*, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Vários elementos influenciaram nas escolhas realizadas para a delimitação da pesquisa. Primeiramente, a escolha do tema veio ao encontro das inquietações individuais acerca da questão fundiária no país, uma vez que nasci no campo e nele residi até os 15 anos de idade, quando me mudei para cursar o Ensino Colegial – atual Ensino Médio – na cidade. Nesse sentido, eu almejava entender a luta de mulheres que permaneceram no campo, até não poderem mais se manter como trabalhadoras rurais, quando partiram para as zonas urbanas e encontraram a luta pela terra e enfrentaram a condição que o barraco trouxe para suas vidas.

Em segundo lugar, o motivo da escolha pelo estudo da participação das mulheres na luta pela terra apresentou-se como uma maneira de dar continuidade à pesquisa na mesma temática que desenvolvi durante o mestrado na Universidade de São Paulo (USP), defendido no ano de 2008. A partir da formação do grupo “Mulheres da Terra”, que atuou no Assentamento de Sumaré II³, analisei os conflitos derivados do processo da reforma agrária ao longo das décadas de 1980/90 no Brasil e, em especial, as relações de gênero no Estado de São Paulo.

Em terceiro lugar, a escolha pelo estudo das mulheres inseridas em movimentos sociais foi resultado da minha formação acadêmica que, em fins da década de 1980, assistiu à emergência dos novos sujeitos sociais em diversos contextos do país. Sujeitos mobilizados em busca de diferentes direitos, num momento em que as carências materiais da sociedade se transformaram em necessidades coletivas.

Nos estudos sobre as greves dos metalúrgicos ocorridas no Estado de São Paulo no ano de 1978, o sociólogo Eder Sader

³ A 120 quilômetros da capital paulista, se localiza o Assentamento de Sumaré II, no Horto Florestal de Sumaré. Em 1985, um grupo de 27 famílias conquistou o direito a 377 hectares do Horto, propriedade da Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (Fepasa), e aguardou a liberação do assentamento, embaixo de lonas pretas, até 1987. A área estava arrendada para a usina de açúcar Santa Bárbara. Permaneceram em condições emergenciais, ocupando 116 hectares até o ano de 1999, quando conseguiram a expansão dos lotes.

analisou a emergência da sociedade civil em meio ao fechamento político que caracterizou o período e com estranhamento percebeu nova configuração das classes populares (Sader, 1988, p. 36-7). A partir da leitura da obra *Quando novos personagens entram em cena*, publicada em 1988, percebi uma mudança na problematização dos movimentos sociais, para além da tradicional luta de classes, com a mobilização de diferentes personagens que reivindicavam a reordenação dos poderes vigentes. Naquele momento, diversos grupos sociais irromperam no cenário político, movendo-se nas ruas, e não nos tradicionais espaços dos partidos políticos e sindicatos, vistos até então pela sociologia clássica enquanto contextos privilegiados de organização social e de desvendamento da luta de classes. Uma nova configuração das camadas populares foi organizada nas associações de bairros e nas comunidades de bases, cujos participantes reivindicaram direitos básicos que permitissem uma maior inserção social, tal como o direito de mobilização.

Foi seguindo a perspectiva de Eder Sader que enveredei para análise das mobilizações das mulheres nos acampamentos rurais, empreendidas a partir da década de 1980, em torno de diferentes demandas. Entre elas, destaca-se a reivindicação pela posse da terra que ocorreu por meio da prática da ocupação, enquanto estratégia de pressão para a conquista de um espaço para plantar e morar. As mulheres aqui estudadas participaram das ações na luta pela terra. Elas se instalaram embaixo de lonas pretas e improvisaram a produção da vida doméstica da família na expectativa de conquistarem a morada representada pelo lote, visto como possibilidade de junção do trabalho na terra com a habitação para a família.

O estudo dos assentamentos Che Guevara e João Batista permitiu analisar a luta pela terra instalada no Estado do Mato Grosso do Sul na segunda metade da década de 1980 e pensar a maneira pela qual as mulheres participaram do processo. A partir da análise de suas trajetórias de vidas no acampamento, surgiram outras questões como: suas experiências antes do ingresso na luta

pela terra; a história de formação do acampamento João Batista; a história dos assentamentos Ernesto Che Guevara e João Batista, ambos inscritos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como projeto de assentamento registrado junto ao estado, sob o nome Eldorado I.

A seleção dos assentamentos derivou de vários fatores. O primeiro deles é a sua localização em uma região caracterizada pela presença massiva de assentamentos rurais. No ano de 2012 foi divulgado o último censo produzido pelo Incra, e o município de Sidrolândia possuía 14,1% das famílias assentadas em Mato Grosso do Sul. Ou seja, trata-se de uma região marcada por grande número de projetos da reforma agrária e, conseqüentemente, pelo conflito agrário. Conforme dados coletados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Sidrolândia possuía 20 assentamentos rurais até o ano de 2016, quando terminou essa pesquisa de campo.

De imediato, podemos destacar dois fatores que contribuíram para a configuração atual da região como área de conflito agrário: a proximidade de Campo Grande, uma vez que estava localizada a 70 quilômetros da capital do estado, e a “modernização” da agricultura, especialmente após a década de 1960, com a valorização do mercado de terra para investimentos na produção da pecuária de corte.

A soma dos assentamentos rurais constituía-se em importante território no município, cujo estabelecimento afetou profundamente a configuração de poderes na região: os assentados se tornaram importantes agentes, como reserva de mão de obra, eleitores, consumidores, contribuintes de imposto. Era comum ouvir, nas falas das assentadas, que se os assentamentos se unissem em torno das suas demandas, eles determinariam os rumos da cidade, devido ao grande número de famílias nessa situação.

Uma segunda observação sobre a escolha dos assentamentos decorreu do fato de que ambos fizeram parte do antigo Complexo Eldorado S/A, uma área de 26.600 hectares que, ao longo de quatro décadas, experimentou a modernização da produção do gado

Nelore. No início de 2005, iniciou-se o processo de vistoria da fazenda realizada pelo Incra, solicitada pelo proprietário que pretendia vendê-la ao Estado concomitante ao processo de chegada dos acampamentos que se instalavam em suas margens. Em 2007, finalizou o processo de compra e a propriedade foi dividida em 2.200 lotes, distribuídos para as famílias dispersas em sete assentamentos na antiga fazenda Eldorado.

A escolha dos assentamentos relacionou-se com o fato de que as mulheres assentadas tiveram o MST como mediador de suas lutas, que passaram pela exigência da presença da família nos acampamentos: permanecer nos barracos de lona era requisito para a conquista dos lotes. Em ambos os assentamentos, as mulheres viveram a experiência do acampamento na trajetória de luta. Persistir na ocupação tornou-se condição indispensável para a conquista do lote, uma vez que, para a organização do movimento, nenhum motivo era suficiente para dispensar a família da presença nos barracos de lona.

Por fim, a escolha dos assentamentos relacionou-se com a possibilidade de análise das inserções das mulheres nos diferentes projetos de reforma agrária que as mobilizações desencadearam no processo de implantação. Para o desvelamento do complexo movimento social em que estavam inseridas, procedi à análise de diversas fontes documentais: o Censo da Reforma Agrária; materiais produzidos pelo MST em formato de jornal, cartilha e caderno de formação.

A pesquisa nos arquivos do Incra possibilitou o acesso aos documentos produzidos durante a negociação do complexo rural, um processo de oito volumes, dois deles, fotografados para realização da pesquisa, referentes ao Eldorado I. Uma diversa gama de documentos foram reunidos entre 2005 e 2007, produzidos por diferentes agentes sociais, em distintos contextos históricos. São aproximadamente mil páginas produzidas por tabeliãs(ões), procuradoras(es) da União, advogadas(os), agentes ambientais – engenheira(o) e agrônomas(os) e até mesmo o laudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) assinado por um sociólogo. A ampla

documentação presente nos arquivos do Incra abriu o trabalho para a escuta das diferentes vozes que participaram de construção do Complexo Eldorado, bem como dos diversos personagens que pressionaram o Estado para a desapropriação do imóvel e para a criação dos assentamentos rurais.

Entretanto, uma dificuldade foi encontrada sobre a participação das mulheres no processo de reforma agrária em curso: a ausência de suas falas. Os documentos escritos que trouxeram à tona a luta pela terra não priorizavam a presença das mulheres, nem suas ações. As vozes femininas são escassas nos arquivos oficiais, nas instituições e até mesmo nos movimentos sociais.

Diante disso, recorri ao uso da história oral de vida como opção teórico-metodológica, na medida em que a possibilidade de trazer as memórias femininas para o diálogo com outras fontes documentais supriu a lacuna causada pela ausência de documentos escritos sobre o protagonismo feminino. A narrativa das mulheres assentadas mostrou-se uma estratégia para a produção de documentos. Desse modo, formulei algumas perguntas para a construção de suas histórias de vidas enquanto mulheres assentadas: Onde e como viveram a infância e adolescência? Por que ingressaram na luta pela terra? As condições de mobilização no acampamento resultaram em modificações nas relações de gênero? A condição de proprietária do lote possibilitou uma maior equidade de poder diante dos maridos?

Para a montagem da rede de colaboradoras foi necessário superar as longas distâncias que separavam as famílias, uma vez que as mulheres assentadas encontram-se dispersas numa área de 9 mil hectares. Na circulação interna dos assentamentos encontrei diversos agentes mediadores do conflito fundiário que, de alguma forma, participam da instalação das famílias nos lotes da reforma agrária – MST, Incra, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além da presença de vereadoras(es), deputadas(os) de diferentes partidos que se articulam com as famílias assentadas.

Também destacamos a presença de universidades com oferta de cursos de Licenciatura do Campo voltados para as famílias assentadas. Diversas mulheres frequentavam cursos universitários organizados na perspectiva da Pedagogia da Alternância, cujo currículo está organizado em etapas que possibilitam a permanência das assentadas no lote. Os primeiros cursos foram ofertados inicialmente pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atualmente constatamos atuação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Por fim, não podemos deixar de mencionar que no ano de 2013 a UFGD implantou uma base de pesquisa no local, quando assinou um acordo de cooperação com o Incra, que cedeu o uso da sede da fazenda localizada na área do assentamento Eldorado II para instalação de um polo avançado da universidade, que serviu de base para a realização da pesquisa de campo.

Na montagem da rede das mulheres assentadas foi de suma importância o encontro com a Congregação São José de Chambery que mantém a presença de três Irmãs no espaço do assentamento Eldorado II. Irmãs Clementina, Célia Regina e Vanda auxiliaram na apresentação das mulheres, acompanharam-nos⁴ pelos complexos caminhos dos vários assentamentos presentes na região, enquanto ministravam os sacramentos católicos. No período de realização da pesquisa, elas também desenvolviam diversas atividades nos diferentes assentamentos: Célia Regina era professora de matemática na escola estadual Paulo Eduardo Firmo e professora de violão nas comunidades católicas; Vanda era enfermeira chefe do posto de saúde; e Clementina atuava junto à Pastoral da Terra. A presença das Irmãs permitiu minha inserção dentro da comunidade católica e possibilitou a ampliação da rede de

⁴ O início de trabalho de campo ocorreu em parceria com um grupo de pesquisadoras – Marina Santos, Daniele Lourenço e Crislaine Araújo –, companheiras de pesquisa realizadas nos assentamentos localizados na antiga Fazenda Eldorado. Os projetos foram coordenados pela socióloga Marisa de Fátima Lomba de Farias, da Universidade Federal da Grande Dourados.

mulheres assentadas. Na companhia delas, percorremos o espaço de seis assentamentos criados com a desapropriação da Fazenda Eldorado e isso agilizou a delimitação do campo da pesquisa.

Paulatinamente, o percurso do trabalho foi marcado por visitas sistemáticas às mulheres assentadas o que possibilitou uma relação de reciprocidade, essencial para o registro da história oral de vida. É importante salientar que as assentadas viveram um cotidiano marcado pelo conflito na conquista do lote e somente foi possível gravar suas respectivas histórias de vida a partir da apresentação da pesquisa.

Na perspectiva de atenuar as diferenças que permeiam a posição de narradora e entrevistadora, a construção das histórias de vidas ocorreu em diálogo com a Antropologia. Por meio da pesquisa de campo, foi possível a construção da rede das mulheres assentadas durante encontros ocorridos ao longo dos anos 2012 e 2013. Ao longo desse período, mulheres assentadas e pesquisadora se conheceram, diferenciaram-se, mas por fim se reconheceram no apoio à luta pela reforma agrária.

Somente o reconhecimento do outro possibilitaria a criação de laços de solidariedade, imprescindíveis para fluir as narrativas, uma vez que não compartilhamos nossas histórias para alguém que mantemos relações de desconfianças. Sobre isso escreveu Cusicanqui (2008, p. 173):

Um elemento crucial desse postulado de simetria também será a disposição do pesquisador de se submeter ao controle social da comunidade “investigada”: esse controle refere-se não apenas ao destino do produto final da investigação, mas também ao compartilhamento das garantias de todo o processo, a partir da seleção de tópicos, o design das entrevistas, o sistema de trabalho, o retorno sistemático das transcrições e os propósitos ou usos dos materiais resultantes⁵.

⁵ Texto no original: “Elemento crucial de este postulado de simetría será también la disponibilidad del investigador a sujetarse al control social de la colectividad “investigada: este control se refiere no sólo al destino que tendrá el producto final

A participação da comunidade na condução da pesquisa tornou-se visível, por exemplo, quando Açucena solicitou a escrita da minha história de vida, pois tinha curiosidade sobre o meu percurso de escolarização. Levei minha história construída a partir de fotografias, acompanhadas de legendas explicativas, a qual permaneceu por quase um ano no assentamento. Foi no processo de construção das narrativas que estabelecemos uma relação de convivialidade, em momentos nos quais as histórias foram tecidas, com a presença do gravador.

Esse, como instrumento de registro das histórias de vidas, não podia passar incólume na reflexão sobre o percurso metodológico, haja vista que foi motivo de muitos desconfortos. Logo no início das entrevistas percebi o incômodo das mulheres diante do procedimento; uma delas manteve-se assustada diante do gravador, permaneceu imóvel na poltrona. Diante do incômodo, expliquei que o uso do instrumento era necessário, porque somente a gravação das histórias permitiria a transposição das lembranças recordadas para o texto escrito. Então ela me respondeu: *“é que eu tenho uma cisma, por que eu acho que tem que falar bonito, e a gente não sabe muito bem falar, então a gente tem que treinar para falar, porque a gente fica meio embananada”*⁶.

As mulheres assentadas sentiram-se embaraçadas na presença do gravador, pois permaneciam com as visões cerradas no objeto e imobilizadas nas cadeiras. Quase todas as entrevistas foram interrompidas logo no início, quando lhes explicava que a gravação era indispensável para realização do projeto, na medida em que não conseguiria registrar suas histórias apenas com anotações realizadas no papel. Minha memória não teria capacidade para tecer o vivido com as minúcias narradas por elas.

de la investigación, sino al compartir los avalares de todo el proceso, desde la selección de temas, el diseño de las entrevistas, el sistema de trabajo, la devolución sistemática de transcripciones y las finalidades o usos de los materiales resultantes”.

⁶ Margarida, Sidrolândia. 22 de Jan. 2004, Entrevista concedida a Cláudia Delboni.

O sentimento de Margarida de ficar *embananada* era desdobramento do medo de falar para um público que ela não conhecia. A proposta de narrar sem interrupções deixou-a insegura: ela tinha consciência de que o saber falar era resultado de um treinamento e ela não tivera essa oportunidade. Já tinha participado de eventos sobre mulheres, mas nunca falou sobre sua luta. Tinha apenas posado para fotografias, que serviam de divulgação das atividades relacionadas às mulheres realizadas junto ao MST.

Seu despreparo não era a casualidade ou parte da natureza feminina, mas fruto de um silenciamento imposto às vozes femininas e reiteradamente reforçado em diversos espaços sociais. Não podemos esquecer que o espaço doméstico no qual as mulheres estão autorizadas a atuar, não lhes habilita para ordenar e sistematizar discursos não concernentes ao espaço privado. Assim, suas falas são vetadas, vistas como irracionais, voltadas para o sentimentalismo e, por isso, pouco informativas, quase a-históricas. O medo de falar *embananada* era resultado de um silenciamento imposto às mulheres por diversas instituições que sempre reiteram a necessidade da sua discricção, de calar-se uma vez que não são consideradas habilitadas para falar de assuntos da vida pública. Sobre o assunto escreveu a historiadora Michelle Perrot:

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamentos. Silêncios das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com sua eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e uma atitude barulhenta demais como a da vida “fácil” (Perrot, 2005, p. 9-10).

O silêncio é reiterado através de diversos lugares, como nos movimentos sociais, marcados por relações de gênero, nos quais percebemos as vozes femininas como pouco autorizadas para construção da memória da luta pela terra, considerada patrimônio

dos homens. Também no processo de luta pela terra, as mulheres tiveram mais visibilidade pelas fotografias do que pelo exercício da fala.

Por fim, analisei o registro de nove vidas. Seus nomes foram mantidos no anonimato a partir do uso do epíteto das flores. Tal escolha foi porque suas trajetórias me remeteram à força das flores que, mesmo em condições adversas, resistem e quase sempre florescem, exalando perfume e revelando cores, mesmo que por vias tortas.

As mulheres em questão narraram suas vidas livremente, sem interrupções. Apenas ao final das entrevistas, caso eu percebesse fios desconexos em suas falas, fazia perguntas de corte para esclarecer dúvidas. Ao contrário do que sugere o nome, perguntas de corte, conforme prescreve a metodologia da história oral, têm como objetivo não interromper a tessitura das memórias. Sobre os procedimentos necessários para a construção das histórias de vidas a partir da oralidade, atentei para necessidade do pesquisador de concentrar-se nas experiências narradas, numa postura de estimular a fala, ou seja, devemos mais ouvir do que falar durante a gravação das histórias de vida. Assim, permanecer na escuta tornou-se meu foco de trabalho, com o desafio de estimular as mulheres para a fala, colocando, logo de início, questões que pudessem abrir seus arquivos de memória.

A segunda etapa do trabalho consistiu na transcrição das entrevistas. Tarefa árdua que acompanhou o vai-e-vem das narrativas, no intuito de captar o áudio em sua íntegra, levando em conta as pausas, as repetições, as onomatopeias, as gírias e os silêncios das falas. Esta fase trouxe consigo a dificuldade de traduzir em linguagem escrita a oralidade. Optei por fazer a transcrição de todas as entrevistas, uma vez que suas narrativas se constituíram na principal fonte da pesquisa e por isso a importância de compreendê-las de maneira profunda.

A última etapa na confecção das histórias de vidas consistiu na *transcrição* das narrativas que foram lidas, corrigidas e devolvidas para as mulheres assentadas. Utilizei a *transcrição* na

perspectiva defendida por José Carlos Sebe Bom Meihy, do Núcleo de História Oral (Neho/USP), que propõe a interferência do historiador na transposição da língua falada para a língua escrita, de modo que revele o indizível, o gestual, as emoções e os silêncios como forças expressivas para a clareza do texto. O autor enfatiza que as modificações do texto devem ser validadas por meio da conferência do colaborador, para que reconheça o texto escrito (Meihy, 2005, p. 195).

A textualização das falas exigiu minha interferência e somente após a conferência das narrativas com as mulheres assentadas é que assegurei a fidelidade do texto escrito às histórias narradas. Desse modo, finalizei a pesquisa de campo com a formalização de uma Cessão de Uso, por meio da qual as entrevistadas autorizaram a utilização das histórias de vida para fins acadêmicos. Também, a *transcrição* possibilitou-me a organização do tempo cronológico das memórias narradas sobre o período da infância, da adolescência e da fase adulta e estabeleceu uma conexão para os eventos rememorados.

O trabalho da *transcrição* buscou dar coerência interna ao texto escrito ao estabelecer um fio condutor para as narrativas, na medida em que o ato de lembrar constitui-se na seleção de acontecimentos, muitas vezes, desconectados sem a preocupação com uma sequência temporal. Assim, a reescrita das memórias possibilitou a liberdade de emendar, consertar e estabelecer uma linearidade para os eventos rememorados, permitir ao leitor maior compreensão dos fatos narrados: a *transcrição* de suas memórias estabeleceu um começo, um meio e um fim para as recordações que sintetizaram suas histórias de suas vidas.

Concomitante ao trabalho de passagem da oralidade para a linguagem escrita, iniciei a devolutiva das narrativas *transcritas* para as entrevistadas dentro de uma pasta, o que lhes causou surpresa. Pareceu-me que duvidaram dos acertos iniciais realizados na apresentação do projeto, quando lhes informei que, após a gravação das histórias de vidas, retornaria para fazer a

conferência das respectivas histórias escritas, assim como deixaria com elas uma cópia dos documentos.

As vozes das mulheres assentadas, tecidas por palavras, organizadas numa sequência marcada por idas e vindas da memória, recheadas de entonações, pausas, reticências, silêncios e repetições ofereceram indícios para pensar os contextos históricos a que pertenceram. As narrativas de Açucena, Violeta, Melissa, Jasmim e Margarida constituíram-se em documentos que possibilitam a análise de suas memórias em diferentes aspectos. A conexão da memória do indivíduo com um coletivo, de maneira que os relatos orais fossem representativos para além da subjetividade do indivíduo, foi um dos debates suscitados pela pesquisa.

As memórias das assentadas registradas, transcritas e *transcriadas* trouxeram relatos da travessia do acampamento para o assentamento. No afã de ultrapassar o caráter individual das narrativas, tomei as histórias de vidas como fontes de análise das relações de gênero presentes na luta pela terra no Brasil. Nesse sentido, as narrativas trouxeram um conjunto de eventos que remeteram às suas experiências vividas de modo individual, porém entremeadas por contextos sociais, vividos coletivamente. Suas histórias remeteram a uma base comum de lembranças que enfatizaram o percurso da luta pela terra, enfatizando o antes e o depois da titulação do lote.

No processo de análise das memórias registradas compreendi que as narrativas das mulheres assentadas trouxeram-me as marcas dos contextos sociais que experimentaram. Nessa perspectiva, suas histórias forneceram elementos para pensarmos a condição das mulheres no campo, no contexto da ditadura militar e na democracia, desde a infância até a fase adulta. O sociólogo Maurice Halbwachs escreveu, em 1925, *Os contextos sociais da memória*, o qual afirmava que a memória, para além de conter a lembrança do indivíduo, comporta os pontos de contato com uma base comunitária, de maneira que ela estabelece a ligação do sujeito individual às outras pessoas e aos grupos que os rodeiam. É a percepção da memória como fruto dos fenômenos vividos

coletivamente. Embora lembranças sejam construções de sujeitos que viveram “sozinhos” suas histórias, elas resguardam o convívio com o social. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 30).

O registro das memórias das mulheres assentadas resultou na construção de documentos fartos de lembranças que remeteram ao espaço privado da família, da casa, da escola, dos afetos e desafetos. Suas falas contrastaram com as masculinas, que também foram registradas no processo da pesquisa, a partir do uso da história oral temática. Realizei entrevistas com lideranças masculinas que participaram na organização da luta pela terra e com antigos funcionários que trabalharam na fazenda antes da criação dos assentamentos. Cinco entrevistas foram gravadas e orientadas por um roteiro de perguntas, com duração de aproximadamente uma hora.

Para a análise das narrativas femininas e masculinas utilizei da perspectiva da historiadora Michelle Perrot:

Assim, os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição (PERROT, 2005, p. 39).

Com respostas sintéticas, os homens assentados falaram do espaço público das mobilizações, sem deterem-se nas relações sociais ou familiares que a luta pela terra desencadeou em suas trajetórias, já as lembranças femininas estavam repletas das recordações da vida íntima e da unidade doméstica, lugar que foram socialmente responsabilizadas. Nas narrativas elas teceram

as relações sociais nas quais estavam inseridas e assumiam seu ponto de vista.

Também, os estudos de Pierre Bourdieu foram fundamentais para refletir sobre os poderes simbólicos, uma espécie de *cerco invisível* que operam nas relações de gênero. Uma economia de trocas simbólicas que *encerram* os sujeitos em papéis a serem desempenhados socialmente. As mulheres são partícipes de um sistema de relações que as deslegitimam no protagonismo de suas histórias e, em contrapartida, reconhecem o papel da virilidade atribuída aos homens, cuja força resulta na tutela dos seus caminhos, bem como na superioridade masculina, nas hierarquias de poderes. O mundo social que constrói corpos masculinos e femininos (Bourdieu, 2010, p. 39).

A partir desse viés, tomei as relações de gênero como categoria de análise que apontou para tensões nas relações entre homens e mulheres, resultado das assimetrias de poderes, na qual o espaço tradicional da ação política é socialmente reservado aos homens. Contudo, faz-se necessário salientar que a dominação masculina é consequência de um trabalho de construção social reconhecido tanto pelos dominantes quanto pelos dominados, assim como é construída pelos processos históricos responsáveis pela naturalização da história.

Este esquema representativo da organização social encontrou os alicerces explicativos na biologia, particularmente, na diferença anatômica entre os órgãos sexuais que serviu como justificativa para naturalizar as diferenças socialmente construídas. Essa diferença mantém as mulheres em uma relação de dominação, principalmente no que concerne a divisão social do trabalho, que designou aos homens a produção do espaço público, local das relações econômicas e políticas, e às mulheres para a produção da vida doméstica enquanto espaço dos afetos, vistas como intrínsecas a natureza feminina e, por isso, desprovida de valor econômico (BOURDIEU, 2010, p. 32-33).

No espaço privado das relações sociais, “reservado”, na perspectiva da atuação feminina, busquei identificar a persistência

de valores que pareciam permanecer como tradições, quase imunes à passagem do tempo, bem como compreender as resistências que resultaram em transformações sociais.

A pesquisa também prosseguiu na perspectiva dos eixos estruturantes que delinham a sociedade no viés de Heleieth Saffioti:

Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potencialização de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas (Saffioti, 2015, p. 83).

O “nó” mencionado pela autora, enquanto intersecção entre raça, gênero e classe, foi utilizado como eixo estruturante para análise das entrevistas. Desse modo, os capítulos foram construídos a partir da análise das histórias de vidas, levando em consideração, especialmente, o gênero e a classe na elucidação do processo histórico na qual as assentadas estavam inseridas. No cruzamento das duas categorias de análises, as contradições sociais aparecem em sua máxima potência.

Proceder à análise das fontes constituiu o exercício mais desafiador no processo da pesquisa. Como conectar as diferentes vidas experimentadas em lugares e contextos diversos? Um procedimento foi tomar a infância, a adolescência e a fase adulta como fios condutores para análise dos diversos processos históricos vividos ao longo de cinco décadas, nos quais estavam inseridas as três gerações das mulheres entrevistadas.

À luz das análises do historiador Jean-François Sirinelli (2005), percebi a geração como elemento importante para compreensão das engrenagens do tempo, já que entre a década e o século ocorrem transformações sócio-políticas também marcadas pelo ritmo da curta duração, pelas irregularidades da economia e da

cultura. Nesse sentido, a geração constitui uma “*escala estratigráfica operatória*”, uma forma de perceber os elementos da passagem do tempo na construção dos acontecimentos.

Na acepção desse autor, não é possível estabelecer uma medida única para definir o tempo de uma geração, em contraposição ao historiador grego Heródoto, que defendeu a ideia de que um século comportava a existência de três gerações. Sirinelli salienta que as sociedades industriais estão marcadas pela presença de gerações curtas, não tomando como paradigma a unidade de medida *ternária*, na qual as sucessões das gerações acontecem aproximadamente a cada 33 anos. O autor propõe a *escala móvel do tempo*, de maneira que a aritmética do cálculo das gerações seja estabelecida de maneira flexível, condicionada pelas interferências da economia, do social, do político e cultural (SIRINELLI, 2005, p. 135).

No itinerário da pesquisa, entrevistei três mulheres assentadas que participaram do processo de luta pela terra nos barracos de lona junto com suas mães. Eram as filhas de Açucena, de Violeta e de Rosa, colaboradoras na segunda etapa de registros das memórias, depois de serem mencionadas pelas suas respectivas mães. As narrativas de Dália, Melissa e Jasmim possibilitaram perceber as mudanças e permanências que marcaram as distintas gerações. Entre o nascimento de Açucena e o nascimento da filha transcorreram 21 anos, o que permite proceder à análise histórica e perceber as *respirações do tempo*, expressão utilizada pelo autor para se referir às mudanças e continuidades dessa passagem.

O registro da história oral de vida de mães e filhas possibilitou a comparação e a conexão de histórias isoladas numa trama densa de acontecimentos. Elas não estruturavam as narrativas na primeira pessoa do singular verbal. Suas falas enfatizavam a terminologia “a gente”, em nome de um coletivo. Em suas recordações, primeiro apareceu a família, cuja autoridade estava centralizada na figura do pai e do marido; numa segunda fase, se referiam “a gente”, no sentido de movimento político personificado no MST, no qual se mobilizaram em torno da

reivindicação pelo acesso à terra como possibilidade de trabalho para a família.

A amostragem das nove histórias de vida foi utilizada na pesquisa como um meio de captar o entrecruzamento da vida individual com a social. No afã de pensar suas trajetórias integradas ao contexto da reforma agrária, de maneira que pudesse compreender seus protagonismos, optei por analisar suas trajetórias tendo como foco de investigação o significado do seu ingresso na luta pela terra. Nesse sentido ganharam destaque os múltiplos sentidos que a montagem do barraco de lona teve em suas vidas de mulheres em processo de luta pela reforma agrária.

À primeira vista, as narrativas estavam repletas de acontecimentos desconexos, que não se ligavam a um processo histórico mais global. Porém, a reflexão sobre as diferentes trajetórias possibilitou pensar sobre a participação das mulheres no processo de luta pela terra empreendido junto ao MST no território de Mato Grosso do Sul, bem como compreender processos históricos entranhados de permanências e rupturas nas relações de gênero.

Contribuições da minha pesquisa...

Considero que a maior contribuição desta pesquisa é apresentar as histórias de vida seguidas das análises acadêmicas, por meio de uma linguagem acessível aos leitores, principalmente para as mulheres assentadas, marcadas por uma difícil trajetória educacional. Pois, de pouco valeria realizar um trabalho marcado por uma escrita marcada pela erudição, pouco acessível para as mulheres assentadas que rememoraram suas experiências para a execução do meu trabalho.

A metodologia da história oral de vida como principal fonte também foi um desafio, mas o resultado foi promissor. As trezentas páginas transcritas e transcriadas resultaram num importante manancial de pesquisa, que ainda possibilitam inúmeros estudos. Ademais, ainda hoje, as histórias de vida são solicitadas pelas assentadas. Recentemente, Dália requisitou uma nova cópia da

história de vida da sua mãe que foi acometida por doenças mentais e não encontrava a cópia que eu a havia entregado: ela pretendia encadernar e distribuir para todos os netos de Rosa para que a conhecessem e não se esquecessem da luta da avó.

Por fim, considero importante a publicização de história de mulheres que se desdobraram em diversas mobilizações para garantir direitos essenciais a reprodução da vida, com a conquista da terra. Suas memórias mostraram uma maneira de fazer política que perpassou pela mobilização de seus corpos, de suas vidas na luta pela escola, pela saúde, pelo transporte, estratégias nas quais suas demandas foram incluídas na pauta da luta pela terra.

Suas narrativas desvelavam o processo da reforma agrária: uma longa trajetória que culminou com conquista da terra e possibilitou o acúmulo de forças para reorganizarem suas experiências de vida e interferirem, efetivamente, em suas histórias, na qual a migração, o trabalho temporário, o emprego doméstico, a violação de seus corpos e de muitos de seus direitos por ora foram afastados de suas trajetórias de vidas, pois afinal, as lutas enquanto mulheres assentadas continuam por outras formas de existências e (re)existências.

Por fim, a pesquisa buscou integrar a história individual das mulheres numa trama mais ampla da história coletiva, ou seja, a partir das histórias de vidas narradas é possível compreender o processo histórico do Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos cinquenta anos, bem como refletir os avanços e recuos na questão de gênero no Brasil.

O prêmio Elizabeth...

A premiação do meu trabalho ocorreu a partir de um concurso patrocinado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia História Social das propriedades e Direito de Acesso, conhecido pela alcunha de INCT Proprietas. Este é um projeto internacional coordenado pela professora doutora Marcia Motta e financiado pelas principais agências de pesquisa do Brasil (CAPES, CNPq e

FAPERJ). A inscrição no edital ocorreu no ano de 2021 e o resultado ocorreu no dia 08 de março do ano de 2022, dia internacional da Mulher. O objetivo do Instituto era premiar o melhor trabalho que tivesse as discussões sobre as lutas das mulheres pelo acesso à terra enquanto fios-condutores de análise. O prêmio foi uma homenagem à líder rural paraibana Elizabeth Teixeira.

Num total de treze trabalhos inscritos (entre dissertações, teses e um artigo) ocorreu a premiação da minha pesquisa, que foi publicada em agosto de 2022. É importante salientar que o livro é parte da tese de doutorado, uma vez que o número de páginas não comportava a análise das nove mulheres contidas na tese, selecionei a história de cinco assentadas. Na órbita de suas vivências, teji suas trajetórias como mães e filhas - em distintos contextos políticos e econômicos estadual e nacional - a partir das questões de gênero, raça/etnicidade e classe. O livro trouxe vários elementos que distingue a luta pelo acesso das mulheres à terra em relação à luta dos homens, tais como a violência doméstica; a violência de gênero nos espaços decisórios do Movimento; a interdição de acesso a escola; as jornadas triplas de trabalho; a responsabilidade pela sobrevivência da família; o preconceito dentro dos acampamentos, especialmente sofrido pelas mulheres sem marido ou companheiro; as normas de comportamento reguladas pelo Movimento pautadas em papéis e valores tradicionais de submissão feminina; assim as lutas cotidianas mesclam-se às lutas históricas das mulher.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **El potencial epistemológico y teórico de la historia oral**: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: Teoria crítica dos direitos

- humanos no século XXI / Alejandro Rosillo Martínez... [et al.]. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- HALBWACHS Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xama, 1996.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. -São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SIRINELLI, Jean François. **A geração**. In: FERREIRA M. de M. & AMADO Janaina. **História Oral Uso & Abuso da História Oral**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

UM PALIMPSESTO ACADÊMICO OU REVISITANDO AS REMINISCÊNCIAS DE UMA TESE¹

Jennifer Simpson dos Santos²

Introdução

Escrever sobre os efeitos da realização de uma tese exige um duplo esforço. Por um lado, consiste em um exercício de rememoração de um projeto acadêmico rigoroso e extenso. Por outro lado, confronta-se com o desafio de pensar na pertinência e atualidade do mesmo, correndo os riscos relativos à proximidade que se tem com o próprio trabalho. Para resolver essa última inquietação, seria preferível que outra pessoa apresentasse a tese. Não apenas para evitar a autoapreciação, mas também porque isso possibilitaria um diálogo, outras reflexões e questionamentos - atividades responsáveis por manter um trabalho vivo.

A justificativa para a autora apresentar o seu próprio trabalho coincide com o objetivo deste livro que pretende divulgar os trabalhos premiados do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Nesse momento, você que está lendo este texto deve estar de perguntando de qual prêmio se trata. Para responder a isso, é preciso dizer que a tese “Numiã Kurá: as lutas das artesãs no Amazonas”, orientada pelo professor José Manuel Mendes e pela professora Maria Irene Ramalho, beneficiou-se de uma bolsa de estudos da CAPES de

¹ Este texto apresenta excertos da tese: SANTOS, Jennifer Simpson dos. Numiã Kurá: as lutas das artesãs no Amazonas. Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2017.

² Professora do programa de graduação e de pós-graduação em Psicologia (PPGPsi) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. E-mail: jennifersantos@ufgd.edu.br - Orcid: 0000-0002-9323-0045

doutorado pleno no exterior e foi realizada no departamento de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra entre 2011 e 2017. Tal tese recebeu uma menção honrosa referente ao Prêmio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa, apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que consiste em um prêmio em que teses aprovadas com distinção e louvor provenientes de todos os países falantes da Língua Portuguesa podem concorrer. Cabe ressaltar que uma das juradas desse prêmio foi Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Brasil durante o governo da presidente Dilma Rousseff.³

A referida tese teve como objetivo discutir as lutas mobilizadas pelas artesãs da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM). Apoiou-se na análise etnográfica da realidade dessas duas associações cuja prática de artesanato constitui uma das principais materialidades do modo de vida de mulheres indígenas no Amazonas. O embasamento teórico desse estudo decorreu de duas problematizações. Por um lado, interrogou-se a relação entre arte canônica e artesanato indígena, buscando perceber como a arte e o artesanato se distanciaram hierarquicamente à medida que o artesanato passou a ser associado a um fazer desprendido de um saber baseado na divisão colonial natureza/cultura. O propósito foi tentar compreender os ecos dos processos históricos da subalternização de sexo, de etnia e de classe que permaneceram e se ancoraram na prática do artesanato realizado por mulheres indígenas. Por outro lado, esse trabalho dialogou com os estudos feministas para debater, no âmbito da ética, os modos de subjetivações feministas emergentes. Partindo do cruzamento das narrativas e vivências das artesãs, assim como do discurso de participação política no contexto associativo, a tese

³ Para mais informações sobre o Prêmio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa, ver aqui: <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/premios/premios-ces/regulamento>

abordou a prática do artesanato indígena por meio de três eixos de análise: luta instrumental como forma de sobrevivência, luta política como forma de resistência e luta ética como forma de afirmação. Apontou-se o entrelaçamento dessas lutas, ou seja, essas três dimensões eram indissociáveis e atuavam mutuamente implicadas, com suas urgências irredutíveis. Nesse sentido, as tecnologias empregadas na prática do artesanato por mulheres indígenas apresentavam-se mestiças, diacrônicas, inventadas e constantemente transformadas de acordo com as suas atuais necessidades. Ao mesmo tempo, uma atmosfera ética constitutiva da prática das artesãs sobrevinha, apoiando-se em procedimentos que expressavam um modo de fazer acompanhado de um modo de pensar. Se as lutas das artesãs indígenas criam modos de subjetivações feministas emergentes, foi porque se afirmam eticamente em sua própria prática.

Entretanto, não basta divulgar uma tese. É preciso apresentar os argumentos trabalhos por essa tese. Para isso, apresento a seguir alguns excertos da referida tese.

O ponto de partida

O ponto de partida de reflexão da tese consistiu em abordar o artesanato como prática – como formas de saber do corpo que orientam maneiras de fazer, evitando reduzi-lo à lógica mercantil. Tal posicionamento permitiu uma discussão mais densa dos processos de lta e afirmação identitária acompanhados durante a realização do trabalho de campo. Uma vez que os gestos da mão-artesã-ameríndia sustentam uma prática, cujo alcance não se limita a um meio de subsistência e exprime uma maneira própria de conduzir-se, como testemunho de uma variante de um modo de vida.

A opção epistemológica tomada da tese foi a favor de um conhecimento situado (Haraway, 2009) e de uma política ontológica (Mol, 2008), em diálogo com estudiosas feministas como Silvia Rivera Cusicanqui (2002, 2010, 2014, 2015), Raquel Gutiérrez

Aguilar (2008, 2012), Lila Abu-Lughod (2001, 2012), entre outras. Com o propósito de discutir as lutas das artesãs indígenas consubstanciadas na prática do artesanato.

Vi muitos artesanatos serem feitos durante minha investigação de campo, realizada na Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e na Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM). Tais associações fazem uso do artesanato como uma alternativa econômica para as mulheres indígenas que migraram para a cidade de Manaus. Foi com isso em vista que direcionei meu olhar para os seus processos de luta, materializados na prática do artesanato no contexto urbano. Nesse percurso, trabalhei como motorista voluntária da AMARN e da AMISM e assim tive a oportunidade de vivenciar de perto as suas dinâmicas. Ao exercer essa função, minha agenda não era organizada por mim, mas pelas associações. Participava da aquisição da matéria-prima de artesanato e da compra de comida para as festas e transportava o artesanato para os locais de venda, que são, em sua maioria, descentralizados e incertos. Também participei, juntamente com as associadas, das manifestações realizadas em junho de 2013, que reivindicavam por melhores condições de habitação e de saúde. Tais reivindicações continuam por satisfazer.

Cabe adiantar que, em minha vivência no campo, há todo um conjunto de circunstâncias que me conduziram a redescobrir Manaus pelas mãos das artesãs. Pode parecer uma obviedade afirmar que a relação com a natureza diz muito sobre o modo de vida ameríndio – mas não creio que seja tão evidente. Para mim, ao menos, foi surpreendente perceber que essa relação não se desfaz, mesmo no contexto urbano. De maneira concreta e atual, as mulheres indígenas mantêm uma profunda relação com a colheita de sementes por meio do conhecimento da localização e do tempo das árvores sementeiras no perímetro urbano, desenhando outra cartografia para a cidade. Além de atribuírem sentidos às sementes que compõem as suas peças.

As partes da tese

A tese tratou, sobretudo, de cruzamentos. Cruzamento de histórias de mulheres indígenas que se encontram em Manaus. Cruzamento de arte com o artesanato. Cruzamento de lutas contra opressões colonial, patriarcal e capitalista. Tais cruzamentos foram distribuídos ao longo da tese, cuja arquitetura é composta por três partes.

A primeira parte – Um fio da meada – mapeia as questões teóricas postas em diálogo pelas partes subseqüentes. Começa-se por uma problematização fronteiriça entre arte e artesanato, tentando-se compreender como a prática do artesanato indígena possibilita outra forma de produzir conhecimento e modo de vida mediante uma maneira de relacionar-se com a natureza que não é bipartida pela modernidade. Essa prática possibilita formas de descolonização das experiências estéticas por meio de um processo de tradução que dialoga com a natureza (Capítulo 1). Depois, discute-se com os estudos feministas numa perspectiva epistemológica desconcolial para debater, no âmbito da ética, os modos de subjetivações feministas emergentes (Capítulo 2).

A segunda parte – Meada e vivências – versa sobre os caminhos que levaram à elaboração desta pesquisa. Faz-se um relato reflexivo da experiência etnográfica, narrando-se o processo de construção do campo de investigação. Discute-se, ainda, sobre o uso da fotografia e do filme como instrumentos de investigação, relatando-se como o documentário, que resultou do trabalho de campo, foi realizado (Capítulo 3). Em seguida, revisita-se o contexto de deslocamento das mulheres indígenas para Manaus (Capítulo 4).

A terceira parte – Tecer e entretecer – dedica-se a discutir e narrar, de maneira polifônica, as histórias das associações e as histórias de vida de suas associadas. Primeiro, detém-se nas histórias da AMARN e da AMISM, propondo uma leitura a partir do cruzamento das duas associações apresentadas e considerando não apenas as suas semelhanças, mas principalmente as suas diferenças nas formas de inserção social e nos modos de orientar-se no espaço

urbano (Capítulo 5). Depois, partindo-se das narrativas das artesãs, aborda-se a prática do artesanato indígena por meio de três eixos de análise: luta instrumental como forma de sobrevivência, luta política como forma de resistência e luta ética como forma de afirmação. Após a apresentação e a discussão desses eixos analíticos, há um quarto ponto, que é uma proposta de leitura da intersecção dessas lutas, denominado entrelaçamento. Analisa-se como essas três dimensões são indissociáveis e atuam mutuamente implicadas, com suas urgências irredutíveis (Capítulo 6).

Práticas que importam

Em 1955, Aimé Césaire alertava que o projeto civilizador colonial é “hábil em anunciar mal os problemas para melhor legitimar as soluções que se aplicam” (1978, p.14). Anos mais tarde, Frantz Fanon ([1961] 1979) também alertou sobre as armadilhas de enunciados criados conforme estreitos interesses políticos e econômicos que servem, antes, para desviar, dispersar e cansar lutas – essa astúcia enunciativa tão atual e relacionada diretamente com o poder de definir, que confere uma das primeiras formas de poder, por meio de sistemas discursivos legitimadores de ausências. Dito de outro modo, o que está em questão não são as ausências, mas a produção de ausências.

Muita importância já foi dada à linguagem verbal num mundo feito não apenas por discursos, mas também feito à mão. Silvia Rivera Cusicanqui, em favor de uma sociologia da imagem como forma de combater o colonialismo interno, tenta desarticular as hierarquias instrumentais na produção do conhecimento, que privilegiam a palavra em prejuízo de outras formas de inteligibilidade. Nos termos de Cusicanqui (2010, p.63): “Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: ellas no designan, sino que encubren”.

Para Cusicanqui, não basta “fazer o silêncio falar”; é preciso questionar os pressupostos da invisibilidade que legitimam quem pode falar ou não e quais são os modos aceitáveis de fala. Com isso,

o processo de tradução acontece pelo reconhecimento dos enunciadores e das interferências dos diversos modos de comunicar, como considera Costa.

Estudiosas feministas da América Latina, como Silvia Rivera Cusicanqui (2002, 2010, 2014, 2015), Julieta Paredes (2010), Gloria Anzaldúa (2000, 2005, 2009), Cláudia Lima da Costa (2012, 2013, 2014), Lorena Cabnal (2010), Yuderkys Espinosa (2009), Feministas autónomas (2014) e Raquel Guitiérrez Aguilar (2008, 2012), entre outras, não apenas problematizam como a mulher é retratada na arte e o seu espaço como autora, mas também questionam a própria visão dominante de arte, ou seja, quem e o que estão fora desse conceito. Por isso, não basta trazer à memória as artistas olvidadas, mas elaborar uma historiografia que crie espaços para as artistas que não caíram no esquecimento porque nem ao menos existiram para as dimensões estreitas desse campo. Não há distinção entre reivindicações estéticas, reivindicações políticas, reivindicações identitárias e reivindicações econômicas (VARGAS, 1992; MUJERES CREANDO, 2005; LUGONES, 2008; ALVAREZ, 2009, CARNEIRO, 2013). Quando as artesãs indígenas contrariam as lógicas de produção em larga escala a partir da confecção do artesanato, que trabalha em outra temporalidade, elas também estão afirmando seus modos de vida; como afirma Raquel Aguilar (2012), não há autonomia política sem autonomia econômica.

Claudia Lima da Costa chama-nos a atenção para a forma como as “mulheres do Sul” costumam ser vistas: “quando mencionadas no contexto do Norte global, tanto feministas quanto teorias feministas têm sido historicamente apropriadas/traduzidas apenas como significantes de resistências e não como produtoras de conhecimento outro” (COSTA, 2013, p. 657). Mais do que investigar o que muda na arte, interessa perceber as inflexibilidades do olhar sustentado por uma história dominante que privilegia sua própria matriz de saberes e práticas. Silvia Rivera Cusicanqui (2010) argumenta que é preciso sair do monólogo criativo, pois a arte possibilita muito mais do que um

narcisismo estético – possibilita colocar em movimento o repertório de quem a acessa.

Que tipo de vida faz a prática do artesanato viver?

Quando Lila Abu-Lughod (2012) pergunta se as mulheres muçulmanas precisam de salvação, ela não está questionando se tais mulheres são subalternizadas ou não; o que Abu-Lughod questiona é o tipo de salvação oferecida. Não é preciso substituir a palavra “salvar” por “emancipar” para se fazer uso da problematização posta por Abu-Lughod e tomá-la como ponto de partida de uma análise desconfiada das alternativas lineares sob um campo relacional complexo.

Nitidamente, as artesãs indígenas contrariam uma linearidade emancipatória. Não se pode aguardar pelas condições ideais para agir e manifestar uma singularidade vital. Não se pode esperar por um mercado justo para se produzir uma materialidade com um sentido coletivo mais importante do que um fim individual. Não se pode esperar pelo retorno idílico a uma terra indígena para se exercer o modo ameríndio de relacionar-se com a natureza. Não se pode esperar pelo tratamento de uma surdez seletiva para se poder falar. As artesãs falam em desana, em tukano, em sateré-mawé, em wanana etc., dentro do contexto urbano, independentemente das exigências da sociedade envolvente.

E com essa diversidade linguística e das formas de organização da vida, as artesãs fazem das associações lugares ricos em sociodiversidade no perímetro urbano de Manaus e dão uma nova dimensão ao conceito de identidade artesã indígena. Com isso, as formas atuais de sobreviver, de resistir e de afirmar-se dessas artesãs mostram que não há distinção entre reivindicação econômica, estética, política e ética. Ou seja, o que ajuda a viver, no sentido forte e insurgente do termo, também é bonito, bom e justo.

É por isso que, na dimensão da materialidade do artesanato, a questão não é “o que é o artesanato indígena?”. Não se trata de medir com quantas sementes se faz indígena um artesanato, nem

quantas miçangas de plástico o contaminam. Trata-se de pensá-lo como um processo capaz de uma dupla ação: o que movimenta o artesanato e o que o artesanato faz movimentar? No caso aqui estudado, essa dupla ação passa pela sobrevivência, pela resistência e pela afirmação. A necessidade de sobreviver mobiliza a confecção e a comercialização do artesanato como alternativa material em face das violências sofridas no trabalho de empregada doméstica na cidade. O artesanato não é produzido por entretenimento ou puro prazer, consistindo, notoriamente, numa alternativa econômica – as artesãs vivem do artesanato. Mas que tipo de vida faz a prática do artesanato viver?

Além da dimensão instrumental do artesanato como meio de sobrevivência, há também a sua dimensão política e ética. A prática do artesanato pode (e deve) ser analisada em todas as suas maneiras de dizer, de saber-fazer e de conduzir-se nas quais as artesãs indígenas se manifestam. Nesse sentido, o artesanato apresenta várias funções. Uma função estética: serve para embelezar o corpo, incidindo nos códigos masculinos e eurocêtricos de arte; uma função medicinal: o chá de algumas sementes, como do tento vermelho e preto, serve para curar hemorragias; uma função contra os feitiços, servindo para proteger o corpo, ao mesmo tempo em que pode atraí-lo; e, é claro, serve para a subsistência de suas produtoras.

Parece-me importante ressaltar dois aspectos que são decisivos para a leitura desse fenômeno. Em primeiro lugar, a atmosfera ética que faz parte do trabalho das artesãs não assume uma linearidade causal evolutiva – uma sobrevivência que precisa resistir para depois se afirmar. Uma análise inversa mostra-se mais reveladora, ou seja, uma ética, ao afirmar a diferença de um modo de vida subversivo, é convocada a resistir e a sobreviver pelos limites que questionou. Seria essa a maldição do mito de Sísifo atualizada pelas artesãs?

Nesse sentido, arrisco dizer que a afirmação precede a sobrevivência e a resistência. Não que haja algo a ser resgatado; pelo contrário, trata-se de um gesto aparentemente ambíguo, uma

vez que traz as coisas de volta à vida, mas sem as resgatar. Por isso, tal processo emancipatório (se for para usar o termo) não pode ser linear. Com isso, os dramas que incitam à sobrevivência continuam enquanto uma ética artesã afirmativa se revela. É essa dimensão plural, contraditória e paradoxal que habita também um modo de subjetivação intransigente. A sobrevivência carrega consigo o paradoxo da fragilidade indissociada de sua vitalidade. Talvez, quanto mais afirmativa for uma forma de vida, mais fragilidades ela carregará consigo. Afirmativa no sentido de expressar um modo de subjetivação insurgente, interpellando o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado.

Em segundo lugar, a prática do artesanato apoia-se extensivamente em procedimentos que expressam um modo de fazer acompanhado de um modo de pensar. Na língua tukano, do povo ye'pâ-masa, o termo *ti'óyã'a* designa tanto pensar quanto sentir e é composto por duas palavras: *ti'ó* (escutar) e *yã'a* (experimentar). De maneira literal, *ti'óyã'a* refere-se a experimentar a escuta. É experimentando a escuta que as artesãs praticam o artesanato. Mas que tipo de escuta experimentam as artesãs indígenas? Escutam os tempos das árvores sementeiras, escutam as mãos de suas avós, escutam o gosto *karaiwa* (branco), escutam as truculências dos missionários, escutam as explorações do mercado, escutam violências nas “casas de família”, escutam que não são mais indígenas, escutam que são indígenas, escutam uma língua imposta, mas também escutam a sua própria língua. Uma língua que nem sempre se traduz em palavras, mas que não abandona o corpo. A mão que faz e vende um cesto em miniatura para caber na mala do turista é a mesma que conecta saberes ancestrais, trabalhando com outra noção de tempo e de escala. A boca que negocia em português é a mesma que canta em tukano. Isso tudo são expressões de artesãs viventes que perpetuam suas práticas ancestrais, precisamente porque as vivem e as transformam continuamente em um corpo que não pode ser dividido.

Se esse corpo não pode ser dividido, desejar uma linearidade emancipatória seria almejar uma artesã indígena decantada das

violências históricas, dos constrangimentos atuais e do que isso tem de conflituoso. Ao lutarem pela sobrevivência, essas artesãs não estão aniquiladas, não estão alienadas, não estão mudas, uma vez que a sua urgência de sobreviver está imbuída de conhecimentos incorporados e, de uma forma ou de outra, os produz. Com isso, elas mobilizam modos de orientar-se, afetividades, maneiras de saber e de fazer, mostrando que a luta pela sobrevivência não se dilui nela mesma. As dores dessas artesãs geram articulações próprias, repercutindo na sua urgência imprescindível de durar, ao mesmo tempo em que uma ética afirmativa pela diferença sobrevém. Tal diferença não habita apenas o seu diametralmente oposto, mas as suas próprias fragilidades e forças, numa combinação de fatores paradoxais e, precisamente por ser plural em suas contradições, torna-se potencial de uma ação afirmativa. Isso porque uma afirmação pela diferença se revela contingente, e a contradição ativa a sua imprevisibilidade. Além disso, tal afirmação pela diferença se faz em constantes interrupções, não restando tempo para a sua própria consolidação. Dadas as suas contingências, uma ação afirmativa não pode converter-se em um modelo.

Quando uma singularidade vital se insurge, trabalhar as contradições e não forçar uma resistência parece-me orientar uma leitura mais densa de um campo relacional complexo, com o propósito de ver, escutar e repensar as suas ações afirmativas. Nesse sentido, as lutas das artesãs tornam-se expressivas de *subjetivações feministas emergentes: subjetivações* porque apresentam um modo de orientar-se; *feministas* porque enfrentam a lógica patriarcal; e *emergentes* porque quem precisa sobreviver não pode esperar pelas condições ideais para poder agir. Se as lutas das artesãs criam modos de subjetivações feministas emergentes, é porque se afirmam eticamente em sua própria prática.

A conclusão da tese

Na conclusão da tese, refletiu-se como a luta ética está presente nas formas atuais de sobreviver, de resistir e de afirmar-se das mulheres indígenas. A atmosfera ética integrante do trabalho das artesãs não assume uma linearidade causal evolutiva – uma sobrevivência que precisa resistir para depois se afirmar. Uma análise inversa mostra-se mais reveladora, ou seja, uma ética, ao afirmar a diferença de um modo de vida subversivo, é convocada a resistir e a sobreviver pelos limites que questionou.

As tecnologias empregadas na produção de artesanato por mulheres indígenas em Manaus apresentam-se como mestiças, diacrônicas e constantemente inventadas, assumindo várias funções: subsistência, estética, medicinal e contra os feitiços. Desse modo, as artesãs afirmam-se, tecendo quer as linhas de um colar, quer as linhas da palma da mão, com as quais mostram o que é ser artesã indígena, construindo identidades corporalmente inscritas: o corpo da mulher desana reúne o que a palavra divide; o corpo da mulher mura revela o que a história encobre; o corpo da mulher tariana atravessa o que a fronteira afasta; o corpo da mulher ye'pamasa fala com a língua que sangra; o corpo da mulher wanana inventa com a semente que resta; e o corpo da mulher sateré-mawé luta com a mão que pensa.

A partir do artesanato, as mulheres indígenas articulam modos de saber-fazer inspiradas nas suas referências culturais tradicionais, que são continuamente retrabalhadas em função de suas atuais necessidades; simultaneamente, questionam a propriedade intelectual dominante e o sistema econômico que governa o presente. Com isso, essas artesãs incidem nos códigos masculinos e eurocêtricos de arte, mobilizam resistências que só são minúsculas quando vistas de longe e revelam modos de vida que só não são aparentes quando ignorados.

Portanto, aquele complexo que chamamos de “artesanato indígena” não é apenas a confecção de um determinado objeto, mas a produção de um discurso coletivo em que identidades se

inscrevem, negociam e resistem. É outra forma de produzir conhecimento a partir de uma relação vinculada com a natureza, conferindo um modo de vida dotado de um tempo artesanal, de interrupção mutuamente implicada com as materialidades que toca e de uma noção de gosto comprometida com a natureza. Isso não só implica uma variedade de tons, formas, objetos e manejos, mas também configura outros lugares de registro e de representação a favor de um modo de vida diferenciado. Desse modo, o artesanato como prática e na prática revela um modo de vida emergente, precisamente porque uma afirmação ética pela diferença sobrevém.

Revisitando as reminiscências

A tese “Numiã Kurá: as lutas das artesãs no Amazonas” suscita reflexões que questionam a hierarquia entre a arte canônica e o artesanato indígena, explorando as transformações sociais, culturais e econômicas que permeiam essa prática artesanal. Ao entrelaçar narrativas, vivências e discursos políticos das artesãs indígenas, a pesquisa proporciona uma compreensão aprofundada dos processos de luta dessas mulheres, destacando a interdependência entre a luta instrumental, a luta política e a luta ética, contribuindo para as discussões nos estudos feministas latino-americanos, abordando as dimensões instrumentais, políticas e éticas das lutas feministas. Essa abordagem multidimensional enriquece as reflexões teóricas sobre o feminismo e as práticas culturais, contribuindo para o aprofundamento dos estudos acadêmicos nessas áreas. Além disso, a tese se apresenta como um veículo para ressaltar a premente importância do reconhecimento e valorização do trabalho das artesãs indígenas, evidenciando suas lutas pela sobrevivência, resistência e afirmação.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre relativismo cultural e seus Outros" **Revista de Estudos Feministas**. 20 (2), 451-470. Traduções de João Henrique Amorim e Soraia Fleischer, 2012.
- AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **¡A desordenar! Por una historia abierta de la lucha social**. La paz: Textos Rebeldes, 2008.
- AGUILAR, Raquel Gutiérrez. "Pistas reflexivas para orientarnos en una turbulenta época de peligro", *in* Raquel Gutiérrez (org.), **Palabras para tejernos, resistir y transformar en la época que estamos viviendo**. Oaxaca: Pez en el Árbol. 9-34, 2012.
- ALVAREZ, Sonia. "Constituindo uma política feminista translocal da tradução" **Revista Estudos Feministas**. 17(3), 743-53, 2009.
- ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo" **Revista de Estudos Feministas**. 8(1), 229-235. Tradução de Édna de Marco, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. "La consciência de la mestiza/ rumbo a una nova consciência" **Revista de Estudos Feministas**. 13 (3), 704-719. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima, 2005.
- ANZALDÚA, Gloria. "Como domar uma língua selvagem" **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê da língua portuguesa**. 39, 297-309. Tradução de Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos, 2009.
- CABNAL, Lorena. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala" *in* Lorena Cabnal, **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR-Las Segovias. 11-25, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. "Mulheres em Movimento" **Revista Estudos Avançados**. 17, 7-31, 2003.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo [Discours sur le colonialisme (1955)]**. Lisboa: Augusto Sá da Costa. Tradução de Noémia de Sousa, 1978.

COSTA, Cláudia de Lima. "Feminino e tradução cultural: Sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber" **Portuguese Cultural Studies**. 4, 41-65, 2012.

COSTA, Cláudia de Lima. "Feminismos e pós-colonialismos" **Revista Estudos Feministas**. 21 (2), 655-658, 2013.

COSTA, Claudia de Lima. "Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais" in Bidaseca, Karina *et alii* (ed.). **Genologías e Memorias Poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur**. Buenos Aires, Ediciones Godot, 260-293, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Bircholas: trabajo de mujeres: explotación capitalista o opresión colonial entre las migrantes aymaras de La Paz y El Alto**. La Paz: Editorial Mama Huaco, 2002.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. "Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores". Buenos Aires: Tinta Limón, 53-76, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera (2014) "La noción de 'derecho' o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia" in Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (orgs.), **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayón: Editorial Universidad del Cauca. 121-134.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la Imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2005.

ESPINOSA, Yuderkys. "Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional" **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. 33 (14), 37-54, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FEMINISTAS AUTÓNOMAS. "Una declaración feminista autónoma, el desafío de hacer comunidade en la casa de las diferencias" in Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (orgs.), **Tejiendo de otro modo: Feminismo,**

epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayón: Editorial Universidad del Cauca. 413-414, 2014.

HARAWAY, Donna (2009) "Manifiesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX" in Donna Haraway, HariKunzru e Tomaz Tadeu (orgs.), *Antropologia do ciborgue: as vertentes do pós-humano.* Belo Horizonte: Autêntica. Tradução de Tomaz Tadeu. 33-118.

LUGONES, Maria. "Colonialidad y género" *Revista Tabula Rasa.* 9, 73-101, 2008.

MOL, Annemarie. "Doing disease" in Annemarie Mol, **The body multiple: ontology in medical practice.** Durham, NC: Duke University.1-27, 2002.

MOL, Annemarie. "Política ontológica" in João Arriscado Nunes e Ricardo Roque (orgs.), **Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sociais da Ciência.** Tradução de Gonçalo Praça. Porto: Afrontamento, 63-77, 2008.

MUJERES CREANDO. **La Virgen de los Deseos.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2005.

PAREDES, Julieta. "¡¡Ahora es cuando!!" in **Julieta Paredes, Hilando Fino: feminismos desde el comunitario.** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad. 95-120, 2010.

SANTOS, Jenniffer Simpson dos. **Numiã Kurá: as lutas das artesãs no Amazonas.** Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2017.

VARGAS, Virginia. **Como cambiar el mundo sin perdernos. El movimiento de mujeres en Peru y America Latina.** Lima: Flora Tristán, 1992.

DOS ÁSPEROS TEMPOS DA PSICOLOGIA EM SUA ETAPA DE FECHAMENTO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS À CONSAGRAÇÃO DE CÚMPLICES E COLABORADORAS(ES) DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Juberto Antonio Massud de Souza¹

Maria Eduarda Fiorini²

Introdução

O capítulo de livro aqui escrito resulta de duas origens distintas, mas que se encontram na concretude da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). De um lado, é complemento da tese de doutoramento intitulada “Os ásperos tempos da Psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar”³, quando logo após a defesa, o autor se tornou professor substituto da UFGD. É a partir desta inserção profissional

¹ Psicólogo formado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Psicologia pela UFMS e Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). À época da escrita do capítulo, Professor substituto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7099-574X> E-mail: xjubertox@hotmail.com

² Estudante de graduação no curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: maria.fiorini086@academico.ufgd.edu.br

³ Como o critério para a publicação do capítulo neste livro foi de “Teses e outros trabalhos premiados”, cabe afirmar que esta tese recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese de 2022. Sendo, portanto, uma das três principais teses de Psicologia defendidas em todo o país no ano de 2021. Mais relevante do que qualquer premiação, consideramos o conteúdo da tese que partindo da contradição entre o processo contrarrevolucionário desatado com a tomada de poder dos militares em 1964, impulsionados pelos EUA e as classes dominantes locais, encontrou frações revolucionárias dentro da Psicologia de uma época. Esses revolucionários, dentro do processo de institucionalização da Psicologia brasileira, foram o conteúdo principal da luta de classes plasmados no referido trabalho.

que existiu o convite a escrever o capítulo deste livro. Ainda nesta universidade, o nome do Centro Acadêmico de Psicologia Virgínia Bicudo (CAPsi) chamou a atenção pela escolha de uma personagem que desenvolveu uma parte de seus trabalhos durante a ditadura empresarial-militar e sedimentou sua posição institucional sendo eleita no primeiro Pleno do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Com a documentação, que serviu de fonte primária inédita para a tese, havíamos tido contato com o nome daquela homenageada para o CAPsi, assim como, em um de seus capítulos, descrevemos o processo que criou o CFP não apenas no período temporal da ditadura empresarial-militar, mas com Membros Eleitos e Membros Suplentes que tiveram conexões diretas com o Serviço Nacional de Informações (SNI) da ditadura do generalato brasileiro.

Por outro lado, a circulação dos debates desta tese, assim como do papel desempenhado por Virgínia Leone Bicudo (1910 - 2003), durante as aulas na graduação do curso, possibilitou o contato com Maria Eduarda Fiorini, integrante do CAPsi que iniciou o questionamento da utilização do nome para o referido Centro Acadêmico. Como todo trabalho científico corre o risco de não ter qualquer impacto social sob pena de se transformar em letra morta, colocamos a necessidade de discutir neste capítulo e se afixar em uma das discussões da tese para questionar como diversos personagens que ascenderam profissionalmente na Psicologia brasileira durante as décadas de 1960 e 1970 travaram relações com a ditadura. Com isso, dando um passo a mais do que a mera descrição de parte do conteúdo da tese e o caminho que utilizamos até a sua forma expositiva final, aparece aqui Maria Eduarda Fiorini, como convidada para coautoria do capítulo, trazendo uma das implicações práticas da própria tese.

Dito isto, aos objetivos deste capítulo colocado pelos organizadores do livro, de dar um panorama geral de quais foram as etapas do trabalho, a escolha da temática e quais as contribuições sua tese ou seu trabalho trazem para a sociedade, para a ciência e para a academia, acrescentamos mais um. Para dar relevância prática e instrumentalidade teórica, e como continuação concreta

das discussões elencadas na referida tese de doutoramento, a discussão de Maria Eduarda Fiorini ao final do capítulo traz a maneira com o qual ela tomou contato com as informações referentes a época aqui descrita, como consequência da abertura e democratização da discussão do impacto que a ditadura empresarial-militar teve no processo de institucionalização da Psicologia brasileira. Ainda, que as vindouras turmas do curso de Psicologia da UFGD, e principalmente dos membros do CA, saibam parte da história de quem recebeu a homenagem com a sua nomenclatura.

Dito isto, o capítulo se organiza da seguinte forma. O primeiro subcapítulo responde as questões colocadas pelos organizadores do livro, a saber: como foi a escolha de seu tema e quais foram as etapas de produção de seu trabalho. Em seguida, no subcapítulo titulado “O processo de institucionalização da Psicologia brasileira durante a ditadura empresarial-militar”, procuramos demonstrar algumas contribuições que a tese trouxe para o debate historiográfico dentro da Ciência Psicológica. Dentre as principais discussões que selecionamos aqui para o capítulo, interessava-nos em particular, pelo caráter prático que poderia adquirir através da abertura da discussão e democratização de informações com uma membra do CAPsi, o processo com o qual Virgínia Bicudo tornou-se Vice-Presidenta do CFP. Isto apareceu plasmado em “A eleição do primeiro pleno do CFP direcionado pelo SNI e a inserção de Virginia Bicudo durante este processo (Do SNI ao CFP)”. Por fim, a contribuição da coautora do livro, que traz a maneira como teve contato e como foi impactada pelas discussões e conclusões realizadas com a tese de doutoramento.

O processo de gênese e desenvolvimento da pesquisa

A tese de doutoramento titulada “Os ásperos tempos da Psicologia: do fechamento de espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar” foi orientada pela Prof^a. Dr^a. Ana Maria Jacó-Vilela no Programa de

Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e defendida em novembro de 2021⁴. Foi uma mudança na temática outrora discutida no mestrado, calcada nos desdobramentos de como a consciência de classe nos clássicos do marxismo determinou parte das categorias de análise da Psicologia soviética, assim como seu principal objeto de estudo após a Revolução Russa. A mudança de objeto de estudo, mas com a manutenção teórico-metodológica a partir do materialismo histórico-dialético, se deu por algumas determinações. O contato com documentação e bancos de dados referente a ditadura empresarial-militar já me era conhecido, ainda que não utilizado dentro de trabalhos da Psicologia. Isso porquê na procura de documentos ligados a militância de parte da família, me fez inventariar determinados bancos de dados para ter acesso a estas documentações⁵.

⁴ Além da respectiva orientadora, participaram da banca David Pavón-Cuéllar da Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo no México; Oswaldo Hajime Yamamoto, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Fernando Lacerda Jr. da Universidade Federal de Goiás (UFG); e Alexandre de Carvalho Castro do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). O nome da tese foi homenagem a um dos livros escritos por Jorge Amado em sua trilogia Os Subterrâneos da Liberdade. Nele, narrou a saga da luta dos comunistas brasileiros contra a repressão desencadeada após a Insurreição de 1935, tendo o desfecho de sua trilogia com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Pelo menos cinco dos personagens retratados por Jorge Amado travaram contatos diretos com personagens da Psicologia dessa tese durante o período após a golpe militar preventivo de 1964 durante a ascensão das organizações revolucionárias armadas.

⁵ Desnecessário aprofundar, mas parte da apropriação do material de pesquisas se deu simplesmente pela existência concreta de dois tios que foram obrigados a deixar o Brasil durante a época da ditadura empresarial-militar, mas não sem antes caírem nos porões da ditadura. Um deles impedido de continuar cursando a Universidade de São Paulo (USP), em meio a Reforma Universitária dos generais militares, respondeu ao famigerado Inquérito Policial Militar (IPM) pelas suas atividades naquela universidade. Nela, constava sua prisão por sua participação no clandestino Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Ibiúna, em 1968. A saída do país, com a travessia de um deles pela fronteira do Paraguai, no então sul de Mato Grosso, que ainda não havia se tornado um estado

Após a entrada no Programa de Pós-Graduação, levamos sempre em consideração que a investigação metodológica deve buscar a “*análise dos processos em sua essência*” (Vigostski, 1999, p. 372. Destaques no original). Com isso, nossa pesquisa teve sua fundamentação teórico-metodológica baseada no materialismo histórico-dialético. Isto nos permitiu a compreensão do movimento contraditório dos múltiplos elementos que compunham a realidade, fornecendo a base para entendermos a maneira pela qual a particularidade da ditadura empresarial-militar brasileira, com seu golpe preventivo de 1964, se articulou com a generalidade de relações sociais mais amplas. Estas transições entre o geral, o particular e o singular nos ajudaram a desvelar os diferentes graus com que se manifestou a totalidade na determinação de nosso objeto na pesquisa, já que: “tudo está *vermittelt* = “mediado”, unido num todo, ligado por transições” (Lenin, 2011, p. 108. Destaques no original). Neste sentido, a conclusão foi de que o processo de institucionalização da Psicologia durante o governo militar teve

independente da federação, foi feita à época por um militar que ajudou no deslocamento, sendo o Chile o destino final, tendo trabalhado diretamente no governo do presidente chileno Salvador Allende. Após o golpe empresarial-militar em 1973 no Chile, novas prisões e sessões de tortura, quando conseguem finalmente o exílio europeu. Um deles foi colocado diretamente em um avião pelo conhecido embaixador sueco Harald Edelstam (1913 - 1989), após a travessia na cidade dentro do porta-malas de um carro. O ex-militar, que viria a se tornar um psiquiatra na cidade de Campo Grande, foi exatamente aquele que me forneceu parte inicial da bibliografia utilizada no pré-projeto de doutorado, assim como foi o responsável por marcar entrevista com sua ex-professora, que na tese é colocada como a primeira psicóloga a desenvolver atendimentos às mulheres recém torturadas na prisão feminina conhecida como Torre das Donzelas, já que ela mesma era uma presa política e as atendia dentro de sua própria cela. Por alguma dessas ironias da vida, o referido psiquiatra, que ajudou a travessia de presos políticos pela fronteira, é pai daquele que assina o capítulo. A existência de histórias subterrâneas do período da ditadura que jamais emergiram a público, assim a certeza de que existiu a colaboração não reconhecida oficialmente de variados profissionais da Psicologia com a ditadura, era algo já conhecido antes da pesquisa iniciar-se. A grande questão era como provar parte destas histórias com documentações fidedignas em país que teve como característica a ocultação e destruição de documentação da época.

conexão inseparável com o terreno que propiciou seu desenvolvimento. Dito isto e considerando estas particularidades, para conseguirmos nos apropriar da maneira pelo qual este processo se desenvolveu, a pesquisa percorreu o caminho descrito a seguir.

O primeiro momento foi de uma revisão bibliográfica da temática, com a apropriação daquilo que já havia sido produzido, incorporando, no plano de nossa investigação, o que o trabalho analítico de outros pesquisadores ajudou a construir. Para esta revisão, consultamos as bases de dados do SciELO e da CAPES. Em seguida, inventariamos os bancos de dados que serviram de fontes primárias, por possuírem algum conjunto documental que pudesse auxiliar nossa pesquisa.

Como processo social, a reconstrução da *memória histórica* tem como fundamento que algo deve ser lembrado por alguém a partir de interesses que expressam as intencionalidades dos sujeitos envolvidos, envolvendo parte da história em que determinadas frações de classe disputaram a escrita de quais os momentos deveriam ser lembrados. Os bancos de dados, como instrumentos de memórias, refletem uma história particular que se expressa no tipo de documento que procuraram conservar e disponibilizar para acesso. Vejamos quais os bancos de dados utilizados, como se constituíram e que tipo de documento lá encontramos, assim como quem os produziu.

O banco de dados do *Brasil: Nunca Mais* (BNM) foi criado pelo trabalho conjunto de Dom Paulo Evaristo Arns (1921 - 2016), do Reverendo Jaime Wright (1927 - 1999) e do rabino Henry Sobel (1944 - 2019). Tem como principal particularidade ser composto pelos processos que correram no Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1964 e 1979, permitindo assim conhecer como foram montadas as peças dos processos judiciais para julgamento segundo a Lei de Segurança Nacional. Neste sentido, apresenta 695 processos judiciais, envolvendo 7.367 nomes de indiciados (Mittra Arquidiocesana de São Paulo, 1987). Os advogados dos presos tinham acesso a esses processos por um período de 24 horas. Os religiosos começaram a planejar como copiar o material. Teve

atuação destacada Célia Sodré Dória (1916 – 1997), a professora de Psicologia do Instituto Sedes Sapientiae Madre Cristina, outrora qualificada como a Freira Comunista (Kehl & Vannuchi, 1990). Madre Cristina, que já havia polemizado com o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991) sobre a existência de tortura no Brasil⁶ (Simas, 2013), participou diretamente da microfilmagem desses arquivos. Seixas (2013), advogado que fez a defesa de presos políticos da época, afirmou:

As cópias eram encaminhadas para São Paulo, onde o trabalho de pesquisa, de análise, se desenvolvia no Instituto Sedes Sapientiae. Sua diretora, Madre Cristina, ao lado de D. Paulo Evaristo Arns, teve corajoso e importante papel na proteção de perseguidos pela ditadura.

Madre Cristina isolou uma área de determinado andar do Instituto, que se transformou no nosso **bunker** e só nós tínhamos acesso a ela (Seixas, 2013, p. 446. Grifo no original).

Dando um passo à frente com relação à disponibilização dos arquivos a um número maior de pessoas, o projeto entrou em nova etapa, quando os arquivos foram digitalizados e abertos para consultas digitais.

O segundo banco de dados consultado foi o da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que possibilitou acesso às publicações dos jornais da época que foram digitalizados. Com esse banco de dados

⁶ Ministro da Justiça no governo Emílio Garrastazu Médici, posteriormente indicado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1918 - 1999), função que ocupou entre 1969 e 1974. O citado diálogo foi lembrado pelo advogado Simas (2013), que afirmou: “Quando a Madre Cristina interpelou o Ministro Buzaid, lá em Brasília, numa comemoração na Catedral, e falou ao Ministro que havia tortura no Brasil, o Buzaid disse: “Não há tortura no Brasil”. Aí ela disse: “Mas e fulano, ciclano...”, e ele respondeu: “ah, a senhora aponta um caso ou dois, mas não há tortura”, entende?” (p. 607). Outro jurista defensor de presos políticos da ditadura, Luiz Eduardo Greenhalgh, afirmou sobre Madre Cristina: “E eu acabei sendo sustentado por uma mulher muito especial na minha vida chamada Madre Cristina Sodré Dória, que era Diretora do Instituto Sedes Sapientiae (Greenhalgh, 2013, p.453).

foi possível reconstruir a maneira pela qual alguns dos indivíduos sociais citados neste trabalho foram noticiados à época de suas prisões e assassinatos. Nesse sentido, esta fonte mostra como a imprensa brasileira operou no plano ideológico, reproduzindo em escala ampliada as justificativas dos interesses de classe daqueles que articularam e financiaram o golpe.

Um terceiro banco de dados acessado foi o do projeto Memórias Reveladas. Existiu, já no século XXI, uma curta onda de reavivamento estatal para a reconstrução das memórias da ditadura empresarial-militar relativo à repressão política no período 1964-1985. Com a Portaria nº 21, de 21/02/05, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho “instalado na Sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro” (Memórias Reveladas, 2020, para. 5). Como resultado do trabalho, uma diversidade de material documental foi disponibilizada, possibilitando a realização de trabalhos diversos. Isto mostra que a máquina repressiva que produziu dados, relatórios e investigações continuou a funcionar de forma eficaz mesmo depois de novo pacto das elites que culminou com a transição à forma democrática de Estado.

Um quarto banco de dados, também resultado da ação de políticas públicas do Estado brasileiro, esteve presente nos relatórios das Comissões da Verdade. Lembramos que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Concomitantemente à CNV, foram criadas as Comissões Estaduais e Municipais da Verdade que também elaboraram relatórios de suas atividades. O mapeamento desses bancos de dados pode, inclusive, servir de guia inicial para futuras pesquisas, orientando-as sobre que tipo de informações pode ser obtido em cada um deles. Estas diferentes fontes e distintos bancos de dados possibilitaram avanço em pesquisa e foram analisados de acordo com a orientação de que “a análise é a aplicação do método empregado e a avaliação do significado dos fenômenos obtidos. Nesse sentido, cabe dizer que a análise *sempre* é própria da investigação [...]” (Vigotski, 1999, p. 375-376. Destaque no original).

Ainda, um último recurso metodológico foi utilizado, quando da realização de entrevistas com os sujeitos que participaram desse período de consolidação da nova etapa de institucionalização da Psicologia no país como fração que foi perseguida pelo golpe empresarial-militar. Entrevistamos seis psicólogas e psicólogos que pertenceram a diferentes organizações revolucionárias de combate durante o período aqui considerado, assim como um professor de economia que conviveu com uma psicóloga assassinada em momento que ela adentrou uma destas organizações.

O processo de institucionalização da Psicologia brasileira durante a ditadura empresarial-militar

A partir destes pressupostos teórico-metodológicos, assim como seguindo a supracitada trajetória da pesquisa, foi elaborada a tese de doutoramento. Dito isto, o método de exposição seguiu a seguinte organização que expressou a reconstrução histórica dos sujeitos envolvidos no processo de institucionalização da Psicologia brasileira, assim como aqueles psicólogos e estudantes de Psicologia que fizeram a opção de pertencer às organizações revolucionárias de combate à ditadura empresarial-militar em momento de ascenso da institucionalização da Psicologia brasileira.

O primeiro capítulo analisou as implicações concretas do golpe militar preventivo de 1964 e como se articularam com o desenvolvimento da tendência histórica de institucionalização da Psicologia no Brasil, assim como as consequências que este processo geral plasmou na ciência psicológica. Consideramos, para tal, diferentes momentos da institucionalização da profissão, entre eles: a regulamentação, o amoldamento, a militarização, a depuração e o expurgo; a reforma universitária de 1968 como *momento principal* da institucionalização nas décadas de 1960 e 1970; e a articulação dos órgãos de informações com a Psicologia, de modo a neutralizar posições contrárias àquelas do regime militar, por meio de vigilância - em Universidades, eventos e Congressos -, de produção de informações sobre as frações críticas no

direcionamento concreto de parte da estrutura organizativa da profissão, incluindo a intervenção na eleição do primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A este processo chamamos de *nova etapa de institucionalização da Psicologia no Brasil*, que teve como característica central a limitação ao acesso às instituições de frações opositoras ao regime.

O segundo capítulo apresentou a história dos psicólogos e estudantes de Psicologia que, no contexto de polarização social em plano internacional e de regulamentação da Psicologia no Brasil, optaram, entre os anos de 1964 e 1976, pelo pertencimento a organizações políticas clandestinas como forma de resistência ao golpe preventivo. Tomamos como critério as distintas posições estratégicas dos agrupamentos de combate à ditadura, e baseado na centralidade que as organizações davam à construção da luta. Neste capítulo, tratamos das organizações que consideraram que a força principal de transformação social estava no campo, e adotaram como estratégia a *guerra popular prolongada*, cuja influência principal foi da revolução chinesa. As organizações aqui tratadas foram a Ação popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ala Vermelha do PCdoB (Ala).

No terceiro capítulo, tratamos dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades, utilizando suas forças para ações de enfrentamento contra a ditadura empresarial-militar. Aqui encontram-se as frações da Psicologia que oriundas, principalmente, dos setores estudantis das instituições universitárias e que pelo processo aberto com a nova etapa de institucionalização da Psicologia no Brasil com a reforma universitária foram mais numerosas do que aquelas presentes no capítulo anterior. Como critério para exposição deste capítulo, utilizamos aquelas frações que foram retiradas do processo de institucionalização da Psicologia por diferentes meios, seja com a eliminação física, seja com o apartamento das instituições da Psicologia que fizeram parte. A característica daqueles que aqui foram retratados é de não conseguirem se inserir novamente nas instituições relacionadas à Psicologia. Este tipo de atuação foi

expresso nas Dissidências (DIs), e posteriormente nas múltiplas organizações formadas no período, tais como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

No quarto capítulo, continuamos tratando dos agrupamentos que fizeram a opção de combate imediato nas cidades. No entanto, encontram-se aqui aquelas frações que mesmo com os obstáculos colocados na relação existente entre o terrorismo de estado e a nova etapa de institucionalização da Psicologia mantiveram-se ou conseguiram retornar às instituições de Psicologia. Utilizamos três casos representativos de psicólogos que devido ao pertencimento à grupos de combate à ditadura incorporaram em suas práticas profissionais elementos de sua militância contra o regime social. Aqui, aprofundamo-nos nas mediações históricas através das entrevistas com os sujeitos retratados. Encontram-se professores universitários, fundadores de Faculdades de Psicologia, iniciadores de atendimentos psicológicos de presos recém saídos da tortura etc. O capítulo inteiro conta com entrevistas cedidas por aqueles que foram pertencentes a organizações como ALN, Polop/ Partido Operário Comunista (POC) e PCBR.

A eleição do primeiro pleno do Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) direcionado pelo SNI e a posição de Virginia Bicudo durante este processo

Há cerca de um mês, o presidente Médici assinou uma lei que foi um verdadeiro presente de Natal para os psicólogos brasileiros. Criou o Conselho Federal (Jornal de Minas).

Não apenas os expurgos e depurações foram as maneiras pelas quais o terrorismo de Estado expressou a sua atuação na retirada de professoras(es) e alunas(os) dentro da universidade brasileira

durante a nova etapa de institucionalização da Psicologia brasileira. Também, as relações entre ditadura e instituições e associações de Psicologia foram frequentes, com delatores atuando de forma a dar informações sobre seus colegas de trabalho. Nesse sentido, uma das principais discussões abertas em um dos capítulos da tese de doutoramento, a partir da utilização da documentação do SNI como fonte primária, foi aquela referente à eleição do CFP. A utilização desta documentação permitiu reconstruir parte do processo pelo qual o CFP, através de parte dos seus membros eleitos, se ligou a ditadura empresarial-militar revelando novidades no que se refere à historiografia da Psicologia no país.

Segundo uma das diretivas do SNI em relação à estruturação organizativa da profissão de psicólogo, foi preciso “estar atenta sobre a tentativa das esquerdas em dominarem as Sociedades de Psicologia a o Conselho Nacional de Psicologia” (SNI, 1972b, p. 57). A extensão do que começou em 1964 foi plasmada no interior da Psicologia, em sua nova etapa de institucionalização. A lógica de limpar preventivamente possíveis desvios considerados esquerdistas, para impedir a ascensão de determinados grupos de profissionais, foi utilizada.

A Divisão de Segurança e Informações (DSI), órgão também coordenado pelo SNI, articulou a eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia através de seu agente de informações que, direcionando parte do processo, conseguiu se inserir diretamente nos debates da eleição, assim como na neutralização de possíveis candidaturas. O agente de informações e articulador de parte do processo da primeira eleição do CFP foi Clóvis Stenzel⁷. A época, o

⁷ Clóvis Stenzel teve uma significativa vida política partidária e atuou de forma aberta nos interesses e defesa dos setores da extrema direita no país. Sua biografia é significativa: “fundou em 1947 um movimento de combate aos “esquerdistas” nos meios universitários”. Antes do golpe preventivo, “de 1962 a 1964 produziu um programa na televisão gaúcha, no qual combatia o governo do presidente João Goulart (1961-1964). Já depois da deposição de João Goulart pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, diplomou-se em 1965 em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)” (Abreu, 2010b,

psicólogo era Deputado Federal e Vice-Líder do Arena na Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados do Brasil, 2020). Foi um dos elos de ligação na articulação política entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo que, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), deu parecer e organizou as eleições da categoria.

Exemplos da relação entre a ditadura empresarial-militar e os psicólogos envolvidos na eleição do CFP foram tratados no decorrer do trabalho. Destacamos aqui, de forma exemplificativa, alguns conjuntos documentais utilizados na tese que dão a dimensão da novidade trazida na pesquisa.

Em um conjunto documental encaminhado ao SNI datado de 1972 consta o assunto *Conselho Federal de Psicologia*. Um memorando com as considerações de Clóvis Stenzel mostra a articulação entre órgãos da categoria e sua subordinação institucional ao MTPS, visto que o Conselho Federal e os Regionais serem uma autarquia. Assim, cabia ao MTPS reconhecer e dar a chancela legal para as eleições do CFP. Waldyr Menezes, assessor do Ministro do Trabalho Júlio Barata (1905 – 1991), relatou as preocupações:

Pela Portaria nº 3.327, de 24 de outubro passado, fomos designados pelo Exmo. Sr. Ministro para presidir a eleição dos membros do primeiro Conselho Federal de Psicologia.

Todas as providências iniciais foram tomadas e as articulações vêm sendo mantidas, visando a realização daquela eleição.

para. 5). Ainda, “filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. No ano seguinte, tornou-se professor de Psicologia social da Universidade de Brasília (UnB), cargo que ocuparia até 1971. Eleito primeiro suplente de deputado federal pela Arena no pleito de novembro de 1966, assumiu uma cadeira na Câmara em março de 1967, ano que foi um dos fundadores do Centro Universitário de Brasília (CEUB), instituição da qual também seria professor por 11 anos. Como deputado federal, apoiou a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de dezembro de 1968” (Abreu, 2010b, para. 6-8). Ainda, foi “Professor de Sociologia e Doutrina Social Cristã da Faculdade de Filosofia Cristo Rei, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul” (Fundação Universidade de Brasília, 1970, p. 83).

Sucedem, porém, que, por intermédio do psicólogo Deputado Clóvis Stenzel, tivemos conhecimento de que, em Brasília, há, da categoria de psicólogos, considerável coeficiente de elementos extremados e de tendências subversivas. Tivemos conhecimento, ainda, por intermédio da mesma fonte, que se processa, nesta Capital, movimento no sentido da composição de chapa, integrada por tais elementos, com o que há a possibilidade de o primeiro Conselho Federal de Psicologia ser composto de elementos da subversão.

Recebemos, por ato ministerial, incumbência de presidir a eleição (Divisão de Segurança e Informações, 1972, p. 4. Grifo nosso).

Em comunicação de 1973, o SNI foi informado sobre um dos encontros preparatórios, em que colocou como providência “estar atenta sobre a tentativa das esquerdas em dominarem as Sociedades de Psicologia a o Conselho Nacional de Psicologia⁸” (SNI, 1973, p. 57). Em outro relatório e que consta no mesmo conjunto documental, Mariana Agostini de Villalba Alvim (1909 - 2001)⁹ foi acompanhada. Sobre a psicóloga, o SNI fez o seguinte comentário:

⁸ A título de esclarecimento, o documento se refere ora a sigla CNP, ora CFP. Como o processo que desencadearia a eleição oficial ainda não havia sido deflagrado, a nomenclatura aparece com distintas siglas ou nomes, não havendo, no entanto, diferenciação com relação a instituição referida.

⁹ Mariana Alvim estudou com Henry Wallon (1879 - 1962) na França, “de quem mais tarde torna-se aluna na Sorbonne e abarca a causa Marxista”. [...] A convite de Darcy Ribeiro, criou o Serviço de Orientação da Universidade de Brasília, pelo qual ficou responsável no período de 1962 a 1965” (Alvim, 1999, para. 2-10). Holanda (2002) afirma ainda: “Retorna ao Brasil em pleno governo de Getúlio Vargas, com uma orientação marxista. Devido à sua militância no partido comunista, sofre perseguições que levam-na a se esconder precariamente no interior do Rio de Janeiro” (para. 3). A investigação de suas posições por parte dos aparatos de repressão se prolongou no tempo. Mesmo fora da docência universitária, suas posições foram neutralizadas, ainda que do ponto de vista ideológico, seu marxismo refletisse mais o ecletismo com mistura de abordagens psicológicas, com seu pioneirismo na discussão de Carl Rogers, do que uma concepção que pudesse ser considerada subversiva. Ainda sobre parte de sua biografia, é interessante apontar que: “Mariana Alvim, talvez tenha sido a

APRECIÇÃO

A orientação de MARIANA ALVIN, cujo nome completo é MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIN - elemento com antecedentes ideológicos que revelam um forte comprometimento com o movimento comunista - poderá ser prejudicial ao Conselho em formação (SNI, 1972b, p. 56-57).

Continuando, diz-se que, “seu prontuário registra, ainda, vários informes não processados, de diversas fontes, que caracterizam a tendência esquerdista da nominada” (SNI, 1973, p. 11). Sob a alegação de que existiam manobras de grupos de esquerda para assumir o Conselho Nacional de Psicologia, os agentes de informação da repressão buscaram identificar o alvo e anular suas atividades. Não por acaso, barrou duas propostas para a criação do CFP feitas por Mariana Alvin, deixando o caminho aberto para que o grupo alinhado com os militares direcionasse o processo da eleição, neutralizando seus concorrentes. O MTPS, que articulado com a fração dos psicólogos que disputavam a direção deste processo, impediram propostas pleiteadas para a eleição do CFP. Esse processo é reconhecido na avaliação abaixo:

Duas prepostas de MARIANA AGOSTINI DE VILLALBA ALVIN estiveram no MTPS pleiteando o que é de interesse do grupo.

2. APRECIÇÃO

Esta AC [Agência Central] é de parecer que não devem ser satisfeitos os interesses desses elementos de esquerda, que estão procurando evitar que os órgãos de informações disponham de tempo para **identificar e anular as suas manobras de se assenhorem do Conselho Nacional de Psicologia em formação** (SNI, 1972b, p. 58. Grifo nosso).

primeira pessoa a trazer as ideias de Carl Rogers para o Brasil, ela o conheceu em 1945, em Chicago, quando foi estudar instituições nos EUA que trabalhavam com menores delinquentes. Aprendeu o que na época denominava-se “entrevista não-diretiva”. Em 1947, Mariana foi chamada para organizar o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) no Rio de Janeiro, quando passou a usar efetivamente a “técnica não-diretiva” (Trzan-Ávila; Jacó-Vilela, 2012, para. 22).

Em outro conjunto documental, que consta de processos internos do MTPS, variados nomes de Psicologia são vetados de participação, existindo, portanto, lista de psicólogos proibidos de concorrerem a eleição por suspeitas de suas posições ideológicas. Após o trabalho de infiltração no interior da Psicologia, com impedimentos de candidaturas, finalmente em 20 de dezembro de 1973 se confirmou o plenário do primeiro CFP. O já citado assessor do MTPS, Waldyr Menezes, que havia recebido informações detalhadas através das DSIs de Clóvis Stenzel, foi o responsável por presidir a eleição do primeiro CFP, não sem antes enviar os nomes de seus membros e atividades em relatório para o SNI.

Finalizado o processo, o eleito presidente foi Arrigo Angelini, um militar que levou adiante o processo de reforma universitária na USP¹⁰, e a vice-presidente foi Virginia Leone Bicudo. Uma de nossas entrevistadas, afirmou:

O Arrigo já se sabe que ele denunciou muita gente. E ele ficou representante da Psicologia [...]. Nossa, ele era um homem horrível, viu? Ele tinha ódio da gente, dos que estavam na esquerda. Tinha muita raiva da gente. [...] Era uma pessoa muito vaidosa, enquanto os outros não (Lopes, P. O., comunicação pessoal, 15 de julho, 2019).

A composição do primeiro CFP foi tão múltipla quanto os interesses a que ela serviu. Sua composição revelava a diversidade conseguida através da conciliação política daqueles que ocuparam

¹⁰ Em 2014, variados órgãos da grande imprensa brasileira comentaram os dados liberados através de decisão judicial dos maiores salários de professores da USP, com vistas a dar maior transparência da verba que circulava na instituição. A *Veja* (2014) noticiou “USP divulga salários de servidores a partir desta semana”, *Época* (2014) e *Exame* (2014) trouxeram a manchete “USP divulga salários de servidores a partir de hoje”. O maior salário registrado foi de Arrigo Angelini, que assim comentou em entrevista a um dos jornais: “Meu caso é totalmente excepcional, mas totalmente legal” (Angelini como citado em *Folha de São Paulo*, 2014, para. 2). Segundo a reportagem, “Angelini afirmou ainda que recebe gratificação adicional por ter integrado a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial” (*Folha de São Paulo*, 2014, para. 5).

os cargos em tempos de ditadura, tendo sido apartados deste processo os elementos que foram considerados de esquerda pelos órgãos de informação da ditadura. Sendo aquelas frações consideradas capazes de se manterem neutras e sem demonstrarem oposição ou discordâncias, admitidas. Enquanto a direção e ofensiva foi conduzida pela fração alinhada com os interesses do governo militar.

Com relação particular a Virginia Leone Bicudo, dois documentos nos interessam aqui. Quando em 1972, as perseguições contra Mariana Alvim se intensificavam, um documento do SNI trouxe uma das fontes que davam informações aos agentes da ditadura. No item “Informes Recebidos”, trazendo o relatório de uma “fonte de Brasília” é afirmado que:

A Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência - APPIA” já foi fundada no Rio de Janeiro, e tem como presidente Carlos Castelar Pinto. **Segundo informou a Dra. Virginia Bicudo, psicanalista residente em São Paulo e Brasília, houve problemas no Rio de Janeiro com a APPIA. “Parece que seu presidente foi chamado a depor por suspeita de infiltração ideológica”** (SNI, 1972c, p. 40. Grifo nosso).

O nome de Virginia Leone Bicudo é citado com alguém que deu informações ao SNI sobre pessoas ligadas a uma das associações que participara. Datada de 1974, encontramos uma carta enviada e assinada pelo primeiro Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Arrigo Leonardo Angelini (1924 -), que após uma reunião com Virgínia Leone Bicudo (1910 – 2003), Geraldo Servo (1930 – 2001) e Halley Alves Bessa (1915 - 1994), como principais representantes do I Pleno do Conselho Federal de Psicologia, assim como dos outros Membros Efetivos, enviou para o general Ernesto Geisel (1907 – 1996) a seguinte mensagem:

Os membros do Conselho Federal de Psicologia reunidos em Brasília, decidiram levar até Vossa Excelência [General Ernesto Geisel] cumprimentos e aplausos pelo honroso e importante

mandato de que foi investido para conduzir os destinos de nossa Pátria.

Em nosso nome e de todos os colegas profissionais da Psicologia no Brasil, **hipotecamos apoio ao Governo de Vossa Excelência e colocamo-nos à sua disposição para colaborar, com o desempenho de nossas tarefas profissionais, no desenvolvimento psico-social do Brasil.**

Com elevada estima e consideração,

Arrigo Leonardo Angelini – Presidente

Virginia Leone Bicudo – Vice-Presidente

Geraldo Servo – Secretário

Halley Alves Bessa – Tesoureiro

Oswaldo de Barros Santos

Geraldo Magnani

Clovis Stenzel

Arthur de Mattos Saldanha

Tania Maria Guimarães e Souza Monteiro (Gabinete Pessoal do Presidente da República, 1974, p. 173. Grifo nosso).

Destacamos em particular essa discussão já que foi a partir dela que a Maria Eduarda Fiorini tomou contato com as conclusões da tese aqui discutida. A seguir, ela relata como isto aconteceu.

A memória da Psicologia brasileira marcada nos Centro Acadêmicos

Levando em consideração a tradição histórica de Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) terem nomes de pessoas que resistiram durante o período da ditadura empresarial-militar, incluindo aqueles assassinados pelo terrorismo de estado brasileiro, o nome da psicanalista Virgínia Leone Bicudo, escolhido para representar o CA de Psicologia da UFGD, não expressa isso.

Como exemplos de CAs e DAs nomeados por aqueles que tiveram seu sangue vertido na luta contra a ditadura empresarial-militar, alguns casos exemplificativos gerais são do Centro

Acadêmico Helenira Rezende de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em homenagem a guerrilheira morta na selva amazônica, e do Centro Acadêmico Vladimir Herzog na Faculdade Cásper Líbero, ao jornalista assassinado no DOI-CODI. Na particularidade da Psicologia, os CA da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) homenageiam Nise Magalhães da Silveira, presa durante a ditadura do Estado Novo; o CA do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) é em homenagem a guerrilheira assassinada Iara Iavelberg; e o DA da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG é em homenagem a Idalísio Aranha, eliminado fisicamente na Guerrilha do Araguaia.

Sabendo disso, quando passava pelo corredor do bloco da FCH, com uma colega da graduação do curso de Psicologia, Letícia José Pedroso, me deparo com o Prof. Dr. Felipe Maciel dos Santos Souza e um dos autores deste capítulo, saindo da sala de reuniões. Os cumprimentei. O professor Juberto Souza, conhecendo o meu cargo dentro do CA, comentou sobre alguns arquivos que teve contato, particularmente a respeito da figura de Virgínia Leone Bicudo¹¹. Indagou-me se possuía conhecimento sobre sua

¹¹ A situação se deu após o convite feito pelo referido professor para ministrar uma aula na disciplina de Tópicos Especiais em Psicologia I: História da Psicologia no Brasil no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da UFGD. O interesse por história da Psicologia dividido entre os professores era materializado pelo pertencimento de ambos a Grupos de Trabalho (GTs) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) referentes à temática. Nesta aula em particular, após seu término, a aluna entrou na sala para cumprimentar seus professores, quando foi mostrada parte da documentação utilizada na discussão. Interessante notar que o incômodo sobre a temática perpassou os presentes de diferentes maneiras, revelando a forma ambígua e contraditória com que a Psicologia brasileira desprezou as suas relações com a ditadura empresarial-militar. O professor, notório pela sua filiação teórica com a Análise do Comportamento, sentiu-se incomodado que a delação que culminou com a aposentadoria compulsória do professor Rodolpho Azzi (1927 – 1993), um dos tradutores do livro *Ciência e Comportamento Humano*, de Burrhus Frederic Skinner (1904 – 1990), se deu por pessoas diretamente de seu convívio. Ainda, uma das alunas do mestrado

participação no contexto da ditadura empresarial-militar, os quais eu não tinha. Depois de uma longa discussão sobre esses documentos, fiquei indignada com toda a situação. No momento da descoberta, o primeiro pensamento foi de que, como integrante do CA, precisaria mover forças para que esse nome fosse mudado, uma vez que parei de me sentir representada pela respectiva figura. Tão grande era essa sensação, que durante um ato em que representei o CA na luta contra o Novo Ensino Médio (NEM), o peso da história de Virgínia se fez sentir em meus ombros de tal maneira que não intencionava carregar a bandeira com seu rosto.

A indignação foi amadurecendo a ideia da mudança do nome do CA. Assim, algum tempo depois, em uma reunião semanal da gestão Movimento Coletivo, comentei sobre a possibilidade de mudança, sendo exposto por alguns membros que isso não teria muita urgência já que há uma parte burocrática por trás disso, deixando para a posteridade. A justificativa se deu tanto pelos fatos citados quanto pela alta demanda dos integrantes com as atividades do curso.

Consideramos que a escolha do nome, ainda que justificada pela importância institucional de ser de uma mulher negra que conseguiu ascender profissional mesmo com os obstáculos de país estruturalmente racista, é representativa de como a historiografia sobre a ditadura empresarial-militar na Psicologia não chegou ainda ao momento de revelar quais foram as verdadeiras conexões entre instituições da Psicologia e personagens centrais dentro deste processo com o período político em questão. A escolha do nome do CA, não deixa de ser reflexo da maneira como o Brasil lidou, ou

utilizou as suas redes sociais para relatar uma suposta infiltração comunista na Psicologia da UFGD, utilizando como referência Olavo de Carvalho. A aluna da graduação, como colocado em seu depoimento, se incomodou como uma personagem que apoiou a ditadura foi referência para o nome do Centro Acadêmico, em que ela mesma era parte. Nesse pequeno encontro, diversas posições dentro da Psicologia que se chocaram em uma situação concreta, mas que revelam as distintas origens ideológicas desta ciência no país, assim como os diferentes setores com o qual a ciência psicológica esteve ligada.

negligenciou, a história recente de sua política, jamais responsabilizando militares e seus colaboradores em todos âmbitos pela história recente.

Referências

ABREU, A. A. de et al (Org.). (2010a). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/ver-bete-biografico/stenzel-clovis>>.

ABREU, A. A. de et al (Org.). (2010b). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/ver-bete-biografico/julio-de-carvalho-barata>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. (2020). **Clóvis Stenzel. Biografia**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131495/biografia>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Democratização no Sistema Conselhos de Psicologia: mudanças na lei 5.766/71*. (2008). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/10/democratizacao-sistemaconselhos.pdf>

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. (1972). **Encaminhamento nº DSI/SI/DF – 415/72. Assunto: Conselho de Psicologia**. Memórias Reveladas.

Época. (2014). **USP divulga salários de servidores a partir de hoje**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/11/USP-divulga-salarios-de-servidores-partir-de-hoje.html>>

EXAME. (2014). **USP divulga salários de servidores a partir de hoje**. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/usp-divulga-salarios-de-servidores-a-partir-de-hoje/>>

FOLHA DE SÃO PAULO. (2014). **Técnicas de apoio da USP ganham mais do que o reitor**. Disponível em: <<http://www1.f>

olha.uol.com.br/educacao/2014/11/1548894-tecnicas-de-apoio-da-
usp-ganham-mais-do-que-o-reitor.shtml>

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. (1970). **Instituto de Ciências Humanas – DCS. Assunto: Rescisão de contrato de professor – propõe**. Memórias Reveladas.

GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. (1974). **BR DFANBSB JF.EBG.0.60 – Dossiê**. Memórias Reveladas.

GREENHALGH, L. E. (2013). In. SPIELER, P. & QUEIROZ, R. M. R. (coords.) (2013). **Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985**, Curitiba: Edição do Autor.

HOLANDA, A. F. (2002). **Mariana Alvim**. Disponível em: <<https://encontroacp.com.br/conhecaacp/pessoas/alvim/>>

KEHL, M. R. & VANNUCHI, P. (1990). Memória: Madre Cristina, a psicanálise, a Igreja e a Revolução. *Revista Teoria e Debate*. Edição 9 - Janeiro/Fevereiro/Março. Disponível em: 12 de janeiro de 2018 de <https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/>

LENIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

Mariana Agostini De Villalba Alvim. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 73, 1999. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200011&lng=en&nrm=iso

MEMÓRIAS REVELADAS. (2020). **Histórico**. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>>

SEIXAS, L. C. S. (2013). In. SPIELER, P. & QUEIROZ, R. M. R. (coords.) (2013). **Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985**, Curitiba: Edição do Autor.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - Agência Central. (1973). **Documento De Informações nº 0255/19/AC/73. Assunto - XIV Congresso Interamericano de Psicologia**. Memórias Reveladas.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. (1972). **Conselho Nacional de Psicologia**. Memórias Reveladas.

- SIMAS, M. P. (2013). In. Spieler, P. & Queiroz, R. M. R. (coords.) (2013). **Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985**, Curitiba: Edição do Autor.
- SNI. (1972b). **II Congresso Latino-Americano de Psicodiagnóstico de Rorschach**. Memórias Reveladas.
- SNI. (1972c). **A Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – APPIA**. Memórias Reveladas.
- SNI. (1973). **XIV Congresso Interamericano de Psicologia**. Memórias Reveladas.
- TRZAN-ÁVILA, A. & JACÓ-VILELA, A. M. (2012). **Uma história da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(3), 1063-1069. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300021&lng=pt&tlng=pt
- VEJA. (2014). **USP divulga salários de servidores a partir desta semana**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/USP-divulga-salarios-de-servidores-a-partir-desta-semana/>>

SAÚDE MENTAL DE LGBTQIA+ E PANDEMIA DA COVID-19: UM PEQUENO BALANÇO (CRÍTICO)

Endy Willians de Assis Gomes¹

Esmael Alves de Oliveira²

Introdução

Neste capítulo apresentamos os resultados de uma pesquisa vinculada ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica Fluxo Contínuo (PIVIC- FC) da Universidade Federal da Grande Dourados ao longo de 2021. Intitulada “Saúde Mental da população LGBT no contexto pandêmico: uma revisão sistemática de literatura (2019-2021)”, a pesquisa foi realizada pelo primeiro autor e orientada pelo segundo.

Os resultados aqui apresentados foram expostos no “II Simpósio ‘O suicídio e seus Diálogos’” organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) ocorrido no dia 10 de setembro de 2021 de forma remota. Na ocasião, pelo reconhecimento da relevância da pesquisa, após a classificação geral de todos os trabalhos apresentados durante o evento, esta pesquisa foi agraciada com uma menção honrosa pela comissão organizadora do Simpósio - obtendo o terceiro lugar.

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados, cursando Especialização Lato Sensu em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul. Atualmente atua na Rede de Atenção e Prevenção em Suicídio na cidade de Anastácio-MS. E-mail: endy_lima@hotmail.com

² Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente nos cursos de Ciências Sociais e Psicologia e nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br

O trabalho consistiu em uma revisão sistemática da literatura debruçando-se sobre artigos científicos publicados em língua portuguesa ao longo dos anos de 2020 e 2021 (período marcado pela pandemia da covid-19 em escala global). A base de dados escolhida foi a Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para seleção de artigos foram utilizados descritores em Ciências da Saúde (DeCS), em português, combinados pelo operador booleano *and*. Na busca avançada realizada nos respectivos portais de periódicos selecionados foi utilizado o descritor “saúde mental” com os termos “covid-19”, “LGBT”, “LGBTQIA+” e “adoecimento mental”, separadamente. Delimitaram-se como critérios de inclusão: artigos originais, disponíveis eletronicamente na íntegra, em português e publicados entre abril de 2020 e agosto 2021. Os critérios de exclusão foram: dissertações, teses e artigos com enfoque exclusivamente clínico-epidemiológicos. Ao final, chegamos ao resultado total de 04 (quatro) artigos.

Na análise dos artigos encontrados foi possível verificar estreita correlação entre sofrimento mental de LGBTQIA+ e preconceito e/ou discriminação social, bem como impactos psicossociais desse tipo de violência na saúde mental desse segmento social. Os resultados da pesquisa apontam a importância da construção e consolidação de políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+, ainda bastante invisibilizadas. E o que dizer em relação ao atual contexto político-pandêmico?

Antes de iniciar a discussão, uma ressalva se faz necessária: a importância da historicidade das siglas utilizadas para se referir à população LGBTQIA+. Pelo menos desde a década de 1980, diversas siglas foram criadas buscando incluir o maior número de pessoas e aumentar a representatividade, passando por GLS, LGBT, LGBTI, LGBTQIA+, LGBTQIA2SP+ e LGBTQICAPF2K+, sendo que as duas últimas, embora mais abrangentes, ainda são pouco empregadas. No Brasil, os documentos oficiais que norteiam as políticas públicas utilizam o termo LGBT (BENDER et. al, 2022).

Ao longo deste capítulo, optamos por utilizar a sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, Queer, Intersex, Assexual, dentre outros do espectro de gênero) por ser amplamente utilizada por pesquisadoras e pesquisadores do campo de estudos de gênero e sexualidades.

Para fins de organização das ideias, nosso texto está estruturado em quatro sessões. Na primeira explicitamos como a questão da saúde mental se apresenta em trabalhos que são anteriores “ao recorte temporal delimitado em nossa pesquisa”. Nossa intenção é mostrar que o sofrimento mental não é uma problemática inaugurada pela pandemia da covid-19 no Brasil. Na segunda, apresentamos o resultado final de nosso PIVIC – foco central de nossa análise. Com base nos dados encontrados na revisão sistemática realizada foi possível constatar os impactos e agravamentos na saúde mental da população LGBTQIA+ diante do cenário pandêmico. Assim, se por um lado não é novo o fato de que pessoas LGBTQIA+ têm sua saúde mental mais vulnerabilizada, por outro, a covid-19 agravou ainda mais as condições de sofrimento. Na terceira, refletimos sobre os efeitos da pandemia nas políticas de saúde voltadas para a população LGBTQIA+ aqui no Brasil. Por fim, nas considerações finais, destacamos a importância da criação e consolidação de políticas públicas que garantam condições sociais que permitam a superação dos agravos em saúde mental de pessoas LGBTQIA+.

E antes da pandemia não havia sofrimento de LGBTQIA+?

É importante dizer que pesquisas sobre a saúde mental da população LGBTQIA+ não se restringem nem se esgotam no recorte temporal de nossa pesquisa. No Brasil, são inúmeros os trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores pertencentes aos mais variados campos disciplinares e vinculados aos mais diversos referenciais teórico-metodológicos que dão conta de que, historicamente, pessoas LGBTQIA+ são submetidas a situações sociais causadoras de sofrimento mental.

Antes de qualquer desdobramento, é importante dizer que, numa perspectiva crítica, sofrimento mental não se constitui enquanto uma categoria auto-evidente nem de ordem meramente individual. Embora os saberes psi o compreendam a partir de uma perspectiva individualizante e, por vezes, cerebralista – apostando numa noção fiscalista de pessoa (AZIZE, 2011) -, ressaltamos que, em nosso ponto de vista, todo sofrimento, inclusive aqueles que se manifestam em nível orgânico e individual, constitui-se enquanto processo de subjetivação, atravessado por relações de saber-poder, e que só pode ser devidamente compreendido como produção social que “resulta do que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas” (KLEINMAN, DAS E LOCK, 1997, p. Ix – tradução livre).

Em um rápido levantamento, encontramos os artigos de Teixeira-Filho & Marretto (2008), Ceará & Dalgarrondo (2010), Teixeira-Filho & Rondini (2012); Sales, Lopes & Peres (2016), Melo, Silva & Mello (2019), Zucchi *et al* (2019), Silva *et al* (2020), Pavultchuk & Borsa (2020) e Alencar (2020). Abaixo, em ordem cronológica, elaboramos uma pequena síntese dos artigos apresentando seus respectivos dados e resultados de pesquisa.

Em “Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências”, Fernando Teixeira-Filho e Carina Marretto (2008)³, a partir de uma pesquisa realizada com 108 adolescentes de uma escola pública do Oeste paulista, constatam a estreita relação entre orientação sexual e homofobia. Dentre os dados encontrados: constatou-se uma maior aceitação de gays e lésbicas que correspondam aos papéis de gêneros socialmente impostos (homens masculinos, mulheres femininas). Nesse enquadre, gays afeminados, lésbicas masculinizadas e travestis têm maiores chances de serem hostilizadas(os) e “não aceitas(os)”. Assim, “Se para as(os)jovem heterossexual não há restrição alguma em afirmar o seu desejo, o mesmo não acontece para com as(os)jovem homossexual” (Teixeira-Filho & Marretto, 2008, p. 145). Não por acaso, a partir dos

³ Ambos profissionais da área de psicologia.

dados encontrados, os autores “concluíram”: “foi possível perceber o alto grau de homofobia expresso nas opiniões dos jovens respondentes em relação às orientações sexuais não-heterossexuais. Ainda há desconhecimento sobre as diversidades de orientações sexuais e identidades de gênero” (TEIXEIRA-FILHO & MARRETTO, 2008, p. 146).

Por sua vez, em “Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice”, Alex Ceará e Paulo Dalgarrondo (2010)⁴ apresentam dados de uma pesquisa realizada com uma amostra de 80 pessoas, sendo 40 autodeclarados homossexuais (grupo de estudo) e 40 autodeclarados heterossexuais (grupo contraste), e pertencentes à faixa etária a partir dos 50 anos de idade. Dentre os dados encontrados pelos autores, há maior incidência de transtornos mentais entre homens autodeclarados homossexuais e que se manifestam em transtornos depressivos e de ansiedade. “A partir dos resultados”, os pesquisadores afirmam que há uma estreita correlação entre autoaceitação e saúde mental. Ao mesmo tempo que corroboram que a existência de um “contexto hostil e preconceituoso à orientação homossexual, pode contribuir para o sofrimento mental e tal e mesmo para o aumento do risco de suicídio” (CEARÁ & DALGALARRONDO, 2010, p. 118).

Em pesquisa realizada com 2.282 adolescentes estudantes de escolas públicas de três municípios do interior paulista (Presidente Prudente, Assis e Ourinhos), em que buscou-se compreender as associações entre orientação sexual e ideias e tentativas de suicídio, Fernando Teixeira-Pinto e Carina Rondini (2012), chegam aos seguintes resultados: estudantes LGBTs têm o dobro de chance de **pensar** em suicídio, o triplo de chance de **tentar** suicídio, e o dobro de chance de **sofrer** violência sexual quando comparados aos heterossexuais (grifo nosso). Para os autores, a partir dos dados da pesquisa, “vê-se que o suicídio em adolescentes não heterossexuais

⁴ Respectivamente psicólogo e psiquiatra.

não é um fato desarticulado do contexto em que se inserem” (TEIXEIRA-PINTO & RONDINI, 2012, p. 661 – destaque nosso).

Adriana Sales, Herbert de Proença Lopes & Wiliam Siqueira Peres, pesquisadora(es) da área da Psicologia, problematizam o dispositivo de patologização das identidades trans. O artigo, de caráter teórico e sustentado numa perspectiva Queer, aponta para a necessidade de questionamento dos códigos científicos e profissionais “dos saberes” (psi) patologizantes. Ressaltam ainda a importância de mudanças no interior do Conselho Federal de Psicologia e da Rede Internacional Pela despatologização Trans. Especificamente sobre a questão da saúde mental, as autoras(es) alertam para a “ausência de programas de saúde voltados às suas demandas específicas” (SALES, LOPES & PERES, 2016, p. 67) para a população trans. Em cena, relatos e experiências frequentes de desrespeito ao nome social que resultam em sentimentos de ansiedade e angústia. Nas palavras das autoras(es) “Uma série de estados emocionais como depressão, ou quadros de ansiedade e pânico, entre outros exemplos, vivenciados por travestis e transexuais como decorrências às vulnerabilidades geradas pelas mais diversas formas de transfobias, denunciam a falta de atendimento para suas demandas psicossociais” (SALES, LOPES & PERES, 2016, p. 69).

Dayana Souza de Melo, Bianca Luna da Silva & Rosâne Mello (2019), da área da enfermagem, em “A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental”, a partir de pesquisa realizada junto a 78 usuários LGBTs do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG) e da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), no Rio de Janeiro, constata a existência de quadros depressivos. Na pesquisa, de caráter quantitativo, as autoras sustentam a evidência da correlação entre os estados depressivos e/ou ansiogênicos com os altos índices de homofobia existentes na sociedade brasileira. Nas palavras das autoras,

O Brasil apresenta um dos maiores índices do mundo de violência contra a população LGBT, e estes casos são, muitas vezes, tratados com descaso e impunidade. Tal cenário gera sofrimento psicossocial intenso, decorrente de uma atmosfera social ansiogênica, que muitas vezes resulta em conflitos internos, angústia e insegurança, deixando a população LGBT mais propensa a manifestar sintomas depressivos (MELO, SILVA & MELLO, 2019, p. 2).

Em relação aos dados encontrados, as autoras constataam: “variáveis como demonstrações de preconceito, falta de suporte social e de apoio familiar, e vitimização são fatores associados a problemas de saúde mental na população LGBT” (MELO, SILVA & MELLO, 2019, p. 6). Assim, quando comparados com pessoas heterossexuais, a saúde mental da população LGBT revela-se vulnerável. Portanto, é possível afirmar que “A frequente exposição a discriminação e ao desrespeito adicionada a expectativa de rejeição e necessidade de dissimulação de sua identidade impacta negativamente na saúde mental destes indivíduos” (MELO, SILVA & MELLO, 2019, p. 6).

Eliana Miura Zucchi *et al* (2019), do campo da saúde coletiva, em pesquisa realizada com 602 travestis e pessoas transexuais de 7 municípios do Estado de São Paulo (São Paulo, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Santos, São José do Rio Preto e Piracicaba), buscaram compreender quais aspectos psicossociais contribuem para a vulnerabilidade social e seus possíveis impactos no bem-estar psicológico da população trans. Afinal, de acordo com Zucchi *et al*,

Altas prevalências de transtorno depressivo ou de sintomatologia depressiva, ideação suicida, e uso abusivo de drogas são agravos frequentemente documentados e, em geral, seus determinantes expressam condições de desigualdade socioeconômica (por exemplo, baixa escolaridade, baixa renda, desemprego/subemprego, sexo comercial), aspectos psicossociais (tais como heterossexismo internalizado e percepção geral de estresse) e experiências de violência e discriminação (ZUCCHI *et al*, 2019. p. 2).

Na pesquisa realizada pelas autoras, dentre os aspectos encontrados e que contribuem para um maior bem-estar psicológico de travestis e transexuais destacam-se: as melhores condições de moradia, ter trabalho e maior escolaridade; a satisfação com o resultado de procedimentos transexualizadores; o reconhecimento da identidade de gênero; o reconhecimento de suas atividades laborais (independentemente do tipo de ocupação); e o atendimento de suas demandas específicas de saúde. Ao contrário, quanto ao que mais impacta negativamente o bem-estar psicológico da população, foram encontrados: não estar satisfeita com as relações pessoais e com o suporte de amigos; a insatisfação com os procedimentos transexualizadores realizados; o impacto da violência urbana e de gênero; a violência verbal; e o não reconhecimento de suas atividades laborais. Por fim, as autoras concluem: “condições de desigualdade social e de exposição à violência simbólica e sexual estão associadas a um pior bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais” (ZUCCHI *et al*, 2019, p. 10).

No artigo “Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais”, Glauber Weder dos Santos Silva *et al* (2020) analisam a prevalência e os fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais (homens e mulheres trans) assistidas pela ONG’s Trans do Rio Grande do Norte. Com uma amostra de 58 participantes, das quais 22 são travestis e 36 são transexuais, as(os) pesquisadoras(es) encontraram uma taxa de ideação suicida em torno de 41,4%. Além disso, também perceberam uma estreita relação entre ideação suicida e violência escolar e familiar (expulsão do núcleo familiar), apontando para a importância de se levar em consideração a “violência simbólica e estrutural” que afeta esta população. Para as(os) autoras(es), há que se considerar que “a população de travestis e transexuais encontram-se em maior risco de morte por suicídio do que a população geral, devido à sua exposição à eventos estressores associados ao preconceito que vivenciam diuturnamente” (SILVA *et al*, 2020, s/p).

Na publicação de Fernanda Pavultchuk e Juliane Borsa (2020), “A teoria do estresse de minorias em lésbicas, gays e bissexuais”, relatam que pessoas LGBs são consideradas “minorias sexuais” pelo simples fato de serem consideradas de fora dos padrões heteronormativos. Um grupo de minorias é um coletivo de pessoas que não gozam de reconhecimento social e, conseqüentemente, são privados das condições de cidadania – condição essa garantida a outros grupos sociais. Como resultado, de acordo com “as autoras”, há uma série de prejuízos psicossociais tais como o estresse de minoria cujas características são assim descritas: experiência de vitimização caracterizada pelo preconceito, violência, rejeição e agressão relacionadas à orientação sexual; homofobia internalizada, relacionada a ideias aversivas de uma pessoa LGB acerca de sua própria sexualidade; e ocultação da orientação sexual, quando esconde sua identidade LGB de si e/ou de outras(os), afetando todas as áreas de suas vidas.

Tais considerações dialogam com as reflexões de Venan Alencar (2020)⁵ sobre a mesma problemática (estresse de minoria). Ao analisar canais de homens gays no YouTube, o autor problematiza o quanto a saída do armário, que envolve sempre um sentimento de insegurança e vulnerabilidade, não necessariamente representa a superação das situações de constrangimento e sofrimento na vida cotidiana de pessoas LGBTQIA+.

E o que as pesquisas realizadas sobre o contexto da pandemia acrescentam ao debate? É o que buscamos evidenciar no próximo subtópico.

E no meio do caminho havia uma pedra(da)⁶ e uma pandemia...

Nesse subtópico apresentamos brevemente os resultados da revisão sistemática de literatura por nós realizada. O objetivo é

⁵ Pesquisador do campo da Linguística.

⁶ Nos inspiramos no poema de Carlos Drummond de Andrade, “No meio do caminho”.

perceber e compreender os possíveis impactos e agravamentos na saúde mental da população LGBTQIA+ em decorrência da pandemia da covid-19 e seus efeitos deletérios no Brasil.

Um dos primeiros artigos publicados no primeiro ano da pandemia foi o de autoria dos pesquisadores brasileiros Marcos Signorelli, Rodrigo Moretti-Pires, Daniel de Oliveira, Richard Miskolci, Mauricio Polidoro e Pedro Paulo Pereira (2021). No artigo, ressaltam o impacto causado pela pandemia de covid-19 sobre a comunidade LGBTI+, sobretudo a partir da constatação do aumento das desigualdades em saúde e do crescimento dos processos discriminatórios. Os autores chamam a atenção para o fato de que “há uma falta mais aguda de dados sobre a saúde LGBTI+ durante a pandemia de covid-19. A invisibilização (Naylor, 2020) das necessidades de saúde LGBTI+ reforça sua marginalização” (SIGNORELLI *et al*, 2021, p. 980).

Em ““Semente para luta”: ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTI na pandemia da covid-19”, Bruno Kauss, Maurício Polidoro, Adriano Costa e Daniel Canavese (2021) buscam compreender os impactos da pandemia da covid-19 na vida de pessoas LGBTI a partir da percepção de ativistas. Dentre os principais impactos encontrados pelos pesquisadores destacam-se: os impactos sobre os processos de mobilização (ativismo), dificuldade de acesso aos serviços de saúde, impactos sobre a saúde mental de tais ativistas, bem como o aumento das situações de violência e a dificuldade de proteção social.

No artigo “Pandemia da Covid-19 e a População LGBTI+: (In)visibilidade dos impactos sociais”, Alef Santana e Lucas Melo (2021) apresentam um questionamento sobre um suposto sistema de democracia social no contexto pandêmico – sobretudo considerando a realidade de pessoas LGBTI+. De acordo com os pesquisadores, considerando o aumento das dificuldades de acesso à saúde por parte de LGBTI+, há que se considerar o histórico processo de opressão social desse segmento e que é sustentado sob um sistema de hierarquização das relações. Tal processo acaba por inviabilizar a vivência da liberdade e limitar não apenas os modos

“de vida”, mas, sobretudo, a ocupação de espaços sociais seja no âmbito público seja no âmbito privado.

Os autores trazem como ponto de partida os determinantes sociais de saúde fazendo uma articulação que contribui para a compreensão da intersecção de questões econômicas, sociais, culturais, ecobiológicas e psicológicas que constituem os processos sociais e os processos de saúde-doença que aprofundam as desigualdades operacionalizadas pela LGBTQIA+fobia, que operam como produtores de sofrimentos e doenças. Eles destacam alguns indicadores na defasagem entre promoção e proteção de pessoas LGBTQIA+, como: desemprego, rede de apoio fragilizada, racismo estrutural, LGBTQIA+fobia nos espaços de saúde, dificuldades nos atendimentos integrais e especializados nos serviços de saúde; barreiras no acesso à moradia, alimentação e educação; violência física, sexual, verbal e psicológica; mortes, sofrimento emocional e perpetuação de estigmas e preconceitos, dentre outros.

Como sabemos a pandemia da Covid-19 trouxe muitas consequências e impactou diretamente na vida de todas(os), mas por haver uma falta de suporte por parte das autoridades com relação a determinadas comunidades, sobretudo atravessadas por marcadores sociais de gênero, classe e raça, algumas foram mais atingidas que outras. Partindo desse pressuposto, foram destacados alguns contextos e situações que pessoas LGBTQIA+ já vivenciavam e que se agravaram durante o período pandêmico. “A relação familiar, apesar de ser muito importante para o desenvolvimento **psicossocial** e de ser também a primeira forma de vinculação **do sujeito, também** pode tornar-se, **pela prática do não acolhimento e de** abusos verbais e psicológicos, uma potencializadora de alguns **sofrimentos mentais e de processos de exclusão**”.

Como bem traz o artigo, é imprescindível um olhar mais atento para a saúde mental da população LGBTQIA+ que se encontra em maior sofrimento emocional na pandemia da Covid-19 e traçar estratégias de prevenção que amenizem os impactos que

podem surgir devido à falta de apoio familiar e social, principalmente para as pessoas que moram sozinhas, o que pode gerar maior isolamento social, desencadeando solidão, perda de esperança e sensação de infelicidade. Os autores destacam que a impossibilidade de frequentar centros comunitários, bares e casas de pessoas LGBT's, dentre outros espaços importantes de sociabilidade LGBTQIA+ produz um comprometimento das interações sociais positivas.

Em "Covid-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+", Geovani Bordiano, Suzana Liberal, Giovanni Lovisi e Lucia Abelha "(2021)," fazem a correlação da vulnerabilidade social de grupos minoritários com a letalidade do vírus, considerando a pandemia um catalisador de adoecimento mental para a população LGBTQIA+, sabendo que esses grupos sempre sofreram um grande processo de exclusão social.

O artigo aborda uma pesquisa realizada com 9 mil participantes com a finalidade de compreender quais foram os impactos causados pela pandemia da Covid-19 na população LGBTQIA+. Os seguimentos elencados foram: novas regras de convívio, solidão, convívio familiar, falta de dinheiro e desemprego, como já descrito em outros artigos, reafirmando o quanto essas questões foram os principais focos de sofrimento. A violência doméstica é percebida como um fator que pode contribuir para o aumento de mortes, pois a residência é o segundo local em que mais acontecem homicídios de pessoas LGBTQIA+, principalmente de pessoas Trans e Travestis, seguido de mulheres lésbicas e homens gays.

Ainda de acordo com as(os) autoras(es), a ausência de atividade laborativa causa vulnerabilidade socioeconômica tanto por perdas de trabalho, quanto pelas condições precárias dos serviços. A discrepância salarial também foi enfatizada assim como o aumento da taxa de desemprego, com homens heterossexuais recebendo salários maiores que homens gays e bissexuais, assim como a taxa de desemprego no Brasil que era de 21,6%, com a pandemia elevou-se para 44,3%, causando um abismo ainda maior.

Com base na análise dos artigos encontrados podemos constatar os impactos que a pandemia provocou na vida de pessoas LGBTQIA+ – impactos com repercussões principalmente no âmbito da “saúde mental”. Mais do que compreender tais resultados como efeitos de ordem meramente epidemiológica e/ou sanitárias, trata-se de articulá-los com as condições sociais mais amplas. Se no Brasil, historicamente, pessoas LGBTQIA+ têm sido submetidas a constantes processos discriminatórios e excludentes, com a pandemia a garantia dos direitos à vida e à saúde tornou-se ainda mais ameaçada. É preciso dizer que todas essas iniquidades em saúde não são processos naturais, mas, sim, processos sustentados em complexas redes de saber e poder que hierarquizam e buscam subalternizar as diferenças. Os dados encontrados ao longo de nossa pesquisa nos permitem afirmar que os direitos à saúde e à equidade e a não-discriminação seguem sendo ameaçados e, em vários momentos, “negados”. Assim, mais do que pensar os impactos da pandemia, trata-se de reconhecer a necessidade de ações e estratégias políticas comprometidas com o enfrentamento de todas essas formas de violência e de discriminação. Afinal, “compreender a temática da violência contra pessoas LGBTI tem sido fundamental para a efetividade do direito à saúde e às políticas de equidade dessa população” (Kauss *et al*, 2021, p. 7) – não só durante a pandemia, mas para além dela.

Algumas reflexões sobre os impactos da pandemia da covid-19 nas políticas de saúde da população LGBTQIA+

O que todas essas pesquisas nos permitem pensar? Se a Política Nacional de Saúde LGBT – PNSLGBT (BRASIL, 2011) significou um importante avanço no que tange às políticas de saúde voltadas para o segmento LGBTQIA+, não se pode desconsiderar os dilemas e impasses que continuam a inviabilizar sua concretização. Importa dizer que além de representar um marco na história do movimento LGBTQIA+ no Brasil – no que diz respeito à luta pelo reconhecimento e acesso à direitos –, a PNSLGBT trouxe

em seu bojo o reconhecimento da importância de políticas de saúde atentas às demandas específicas da população LGBTQIA+, uma compreensão de saúde LGBTQIA+ como direito (em consonância com os princípios da CF 88) e, dentre outras coisas, o reconhecimento de que o tema da saúde mental é uma pauta de fundamental importância nas políticas de saúde voltadas para o esse segmento. Em uma análise geral do PNSLGBT não por acaso o termo “saúde mental” aparece 7 vezes ao longo de todo o documento. De acordo com o Plano,

A depressão, as crises de ansiedade e sensações de pânico parecem ser frequentes entre as travestis. Essa suposição é reforçada pelo estudo de Peres (2008) que também evidencia a necessidade de mais estudos sobre a saúde do grupo, alertando para a saúde mental. (BRASIL 2011, p. 14).

No entanto, a constatação da escassez de pesquisas sobre o tema da saúde mental de LGBTs no Brasil revela que a política está longe de ter alcançado seus objetivos, ou seja, a “promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde” (BRASIL, 2011, p. 08) dessa população. Não por acaso os artigos sobre os quais nos debruçamos dão conta dos impactos dos processos discriminatórios e de exclusão, das desigualdades sociais, das situações de vulnerabilização, no bem estar mental da população LGBT – e que são reveladores da persistência das iniquidades em saúde “no país”. Esses quadros de vulnerabilização socialmente impostos e reiterados, historicamente, tendem a se agravar quando consideramos marcadores como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe e geração e tornam-se ainda mais letais em um contexto político-pandêmico como o atual. Não por acaso,

Em meio à crise sanitária, nos interrogamos como a população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais), está vivenciando a pandemia da COVID-19, considerando os rebatimentos particulares nesse público. [...]. A impossibilidade de acesso à saúde, educação, habitação e políticas de

emprego e renda vinculam-se à invisibilidade e exclusão de determinados indivíduos, cujos indicadores sociais sequer são mapeados por parte do poder público, dificultando as iniciativas e ações de enfrentamento à discriminação. Além da subnotificação dos dados, em geral, sistematizados pelas organizações LGBTI, atravessamos uma onda negacionista e persecutória que descredibiliza as pesquisas científicas produzidas no âmbito das universidades e dos institutos de pesquisa. (LACERDA, 2020, s/p).

Não por acaso, em um enquadre político-pandêmico tão mortífero, agravado por um contexto social de desigualdades históricas, até o cuidar-se tende a tornar-se um privilégio. Afinal, quem tem possibilidade de ficar em casa? De permanecer em “isolamento” e “distanciamento” social? Como ficam aqueles e aquelas que encontram na ocupação do espaço público, via prostituição, sua única possibilidade de sobrevivência? Como pensar e produzir saúde mental em um contexto sociopolítico de tanta exclusão, violência e morte?

Algumas (in)conclusões

No momento em que finalizamos este texto, somos invadidos por inúmeras notícias de assassinatos de LGBTs pelo Brasil afora. De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) o Brasil segue liderando o ranking de países que mais mata travestis e transexuais. Recentemente, um mestrante de Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi covardemente assassinado na cidade de Campo Grande (MS) após sair de uma casa noturna.

Essas violências, bastante corriqueiras para algumas(uns) LGBTQIA+ brasileiras(os) (pois cotidianas), nos interpelam para o questionamento dos modelos psicobiomedicalizantes, para a necessidade de ampliação da noção de saúde – cuja definição de “completo bem estar biopsicossocial” da OMS também parece não

dar conta –, para a consideração dos impactos das iniquidades em saúde na vida de pessoas dissidentes sexuais e de gênero.

Se, de longa data, a “LGBTfobia” tem se constituído como uma pedra no caminho de inúmeras(os) lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Brasil, a covid-19 se tornou a “pedrada” ainda mais evidente e dolorosa. Há, mais do que nunca, a produção de vidas precárias e que passam não apenas pelo aumento da violência, mas também pela emergência novas estratégias de patologização e medicalização da vida dissidente, pela fragilização das redes de suporte e afeto, pelos ataques às políticas públicas, pela incitação ao pânico moral, pela privação de acesso aos direitos básicos necessários para uma vida vivível etc.

Num momento em que o complexo cenário político-pandêmico são reveladores do aumento da violência (transfeminicídio), da vulnerabilidade socioeconômica, do desemprego e da piora na saúde mental de pessoas LGBTQIA+, é preciso (re)afirmar a esperança por dias melhores e apostar em uma estética da existência afirmadora da vida. Como nos interpela a transfeminista Jota Mombaça (2021): “Não vão nos matar agora”.

Esperamos que os dados de pesquisa aqui apresentados, possam contribuir com os desdobramentos de outras pesquisas, sobretudo aquelas comprometidas com a escuta das pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, se de um lado, a implementação de políticas públicas mostra-se fundamental para a garantia de direitos e acessos, contribuindo, portanto, para a superação das iniquidades em saúde, por outro lado, tais políticas e estratégias precisam estar atentas às realidades e às necessidades das(os)sujeitos alvos dessas políticas. Não bastam as compreensões generalistas nem as intervenções generalizantes. Além da escuta, que a sopa de letrinhas LGBTQIA+ seja compreendida a partir de suas demandas e especificidades. Nesse percurso crítico, a compreensão interseccional dos processos e dos sistemas produtores de vulnerabilidade tornam-se fundamentais (OLIVEIRA, 2021).

Referências

- ALENCAR, Venan Lucas de Oliveira. Estresse de minoria em narrativas de vida de homens gays no YouTube. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura – REBEH**, v. 3, n. 11, p. 101-118, 2020.
- AZIZE, Rogério L. O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. **Trabalho, Educação e Saúde** (ONLINE), Rio de Janeiro, v. 8, p. 563-574, 2011.
- BORDIANO, Geovani; LIBERAL, Suzana Pacheco; LOVISI, Giovanni Marcos; ABELHA, Lucia. Covid-19, vulnerabilidade social e saúde mental da população LGBTQIA+. **Cad. Saúde Pública.**, v. 3, n. 3, p.1-4, 2021.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde de LGBT**. Portaria n. 2.826 de 20211. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- CEARÁ, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. **Rev Psiq Clín.**, v. 37, n. 3, p. 118-23, 2010.
- KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. Introduction. KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (eds.). **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. ix-xxvii.
- LACERDA, Milena Carlos de. “Entre a deriva e o naufrágio:” notas sobre a população LGBTI em tempos de pandemia da COVID-19. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima. R. (Orgs). **Para além da quarentena: Reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. s/p.
- MELO, Dayana Souza de; SILVA, Bianca Luna da; MELLO, Rosâne. A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 27:e41942, 2019.
- MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- KAUSS, Bruno *et al.* “Semente para luta”: ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTI na pandemia da covid-19. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 1-11, 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. Por uma Saúde e uma Psicologia equitativa e interseccional. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 81-99, 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; OLIVEIRA, Janaíra; LOPES, Moisés. Reflexões em Torno da Saúde da População LGBT: Cruzando Temas, Problemas e Perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 3, p. 7-18, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos. Sobre Práticas de Medicalização e “Loucura”: Algumas Reflexões (In)disciplinadas. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 12, p. 101-113, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; LOPES, Danilo Cleiton. Da (bio)política às biopotências: Reflexões sobre as condições atuais das políticas públicas de saúde mental no Brasil. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 6, p. 213-232, 2019.

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. A teoria do estresse de minorias em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista da SPAGESP**, v. 1, n. 2, p. 41-54, 2020.

SALES, Adriana; LOPES, Herbert de Proença; PERES, Wiliam Siqueira. Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, p. 56-72, 2016.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia da Covid-19 e população LGBTI+: (In) visibilidade dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. n. 37, 2021.

SILVA, Glauber Weder dos Santos, *et al.* Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Cien Saude Colet**, s/p, 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-ideacao-suicida-entre-travestis-e-transexuais-assistidas-por-organizacoes-nao-governamentais/17489?id=17489&id=17489> Acesso em: 16. jul. 2021.

SIGNIRELI, Marcos *et al.* A saúde das pessoas LGBTI+ e a pandemia de COVID-19: um chamado por visibilidade e respostas de saúde na América Latina. **Sexualities**, v. 24, n. 8, p. 979-983, 2021.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; MARRETTO, Carina Alexandra Rondini. Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 7, n. 1, p. 133-151, 2008.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.

ZUCCHI, Eliana Miura, *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 3: e00064618, 2019.

O QUE PRODUZIMOS E O QUE USUFRUÍMOS: NOTA DA ORGANIZAÇÃO

Viver é emaranhar-se!
Guimarães Rosa

A Faculdade de Ciências Humanas (FCH) foi criada no ano de 2006 e neste ano de 2023 estamos encerrando a quarta gestão de sua direção. Dois períodos anteriores foram dirigidos pelo professor João Carlos de Souza, do curso de história, um período foi gerenciado pelo professor Jones Dari Goettert, do curso de Geografia, e esta gestão, que está se encerrando, foi conduzida pela professora Marisa de Fátima Lomba de Farias, do curso de Ciências Sociais. Ainda este ano se inicia a gestão da professora Verônica Aparecida Pereira, do curso de Psicologia. Desta forma se encerra em primeiro ciclo de gestões com a representação dos quatro cursos de graduação da faculdade.

Consideramos oportuno compartilhar com o público geral um pouco de nossa história. Realizamos então, com o apoio do Conselho Diretor da faculdade, o projeto de realização de alguns livros. O primeiro livro " Sob a proteção das deusas Clio, Gaia, Atena e Psiquê: a faculdade de ciências humanas da UFGD em narrativas"¹ foi publicado no mês de maio do corrente ano. Este primeiro livro faz um registro histórico da formação da faculdade, de seus cursos de graduação e de pós-graduação e traz, ainda, alguns textos sobre laboratórios, pesquisas, extensões e projetos de ensino.

O segundo texto é o que ora apresentamos. Trata-se do primeiro volume de uma coleção de memórias dedicado às teses

¹ Marisa de Fátima Lomba de Farias; Conrado Neves Sathler [Orgs.] **Sob a Proteção das Deusas Clio, Gaia, Atena e Psiquê: a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD em narrativas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 417 p.

premiadas que circulam entre nós. Nossa ideia de partida era compor um livro de teses, dissertações, livros, artigos e trabalhos de congressos premiados. O volume de trabalho premiados foi tão expressivo que inviabilizou a produção em apenas um volume. Decidimos então iniciar pelo registro de teses. Evidentemente, houve um impacto ao percebermos que o número de trabalhos premiados ultrapassava as duas dezenas.

Incluímos neste volume um trabalho premiado em congresso que diz respeito a uma iniciação científica orientada por um professor do curso de Ciências Sociais. O curso teve uma tese premiada pela Associação Brasileira de Antropologia, mas sua autora não pode participar desta publicação. Fizemos, então, essa inclusão para representar o curso de Ciências sociais neste volume.

Outros volumes dessa coleção serão apresentados ao conselho diretor. Podemos adiantar que o segundo volume traz um resumo de memoriais e teses apresentadas as bancas de avaliação para a progressão de docentes a classe de titular, o ponto mais alto da carreira de magistério superior nas universidades federais. Os livros “Sob a proteção das deusas Clio, Gaia, Atena e Psique: a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD em narrativas”, e este que ora apresentamos, foram produzidos em E-Book e também em papel, estando ambos disponíveis para ser baixados gratuitamente no site da Editora Pedro e João². Há também a opção por compra do livro em papel diretamente na editora².

Este primeiro volume então, como dissemos, ficou restrito a publicação das teses. Todos os cursos foram representados e as(os) autoras(es) convidadas(os) estão participando de alguma forma dos nossos cursos. Então as(os) egressas(os) premiadas(os) dos Programas de Pós-Graduação e as(os) professoras(es) efetivas(os), visitantes ou substitutas(os) de nossos cursos premiados nos últimos três anos também foram convidadas(os).

Com essa configuração este livro se compõe de oito capítulos, sendo três teses premiadas do Programa de Pós-Graduação em

² Pedro & João Editores (pedroejoaoeditores.com.br)

Geografia e uma tese premiada de um professor do curso de Geografia. Uma das teses premiadas é de um egresso do PPGG que atua, hoje, como visitante no nesse Programa. Duas teses premiadas do curso de Psicologia, sendo uma tese de Professora efetiva e outra de Professor substituto. O Programa de Pós-Graduação em história tem uma tese premiada e sua autora é, também, professora substituta no curso.

Das dezenas de trabalhos premiados: teses, dissertações, livros, artigos e trabalhos em congressos selecionamos os trabalhos dos últimos 3 anos e deixamos de fora, deste volume, os trabalhos mais antigo e de outros gêneros de escrita. Exceção feita à tese da Professora Jenniffer, defendida e premiada em 2017. Esperamos ter a oportunidade de novas publicações que contemplem esses trabalhos que muito nos orgulham e merecem também ser registrados.

A construção do atual volume não seria possível sem o aceite e a dedicação de tempo, recurso precioso em nosso meio. Somos gratos às(aos) autoras(es) que se dedicaram em nos atender. Certamente, essa coletânea registra um momento raro, poucas vezes um Programa de Pós-Graduação tem teses premiadas em anos consecutivos. Também é raro termos em uma faculdade relativamente pequena e de fronteira tantas(os) autoras(es) premiadas(os) em convívio. É exatamente nesse momento que dois de nossos programas que contavam com cursos de Mestrado, recebem avaliação suficiente para pleitearem o credenciamento de cursos de Doutorado. São eles os Programa de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia. A última avaliação do Ministério da Educação atribuiu a maior avaliação para programas de impacto nacional ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Em meio a uma publicação comemorativa, se assim podemos defini-la, vai uma nota de protesto. O sucesso apontado nas linhas acima não deve apagar o sentido de resistência nele embutido. Vivemos, de 2019 a 2022, dois eventos terríveis: a pandemia do Corona Vírus e o governo J. M. Bolsonaro – acrescido de intervenção na Gestão Central da Universidade –. A primeira

ocorrência, por si só, poderia ser chamada de catastrófica. No entanto, em nosso país reinou a necropolítica. Dessa forma, chegamos a 700 mil mortes produzidas pela fatalidade do vírus associada à política proposital de atraso de vacinas, à campanha governamental contra o distanciamento social protetivo, à prescrição charlatã de remédios contraindicados e à fake News como as que associavam a vacina à HIV/AIDS e a um controle chinês (de comportamento, deslocamento e linguagem) via microchip na injeção. O mesmo nível de gestão da pandemia foi dado à universidade. Além de ataques constantes à Ciência, houve demora em decisões administrativas e suspensão de reuniões dos conselhos superiores. Não poderíamos esperar outra atitude de quem é incapaz de respeitar o princípio do voto e a democracia. Ainda nesse protesto, esperamos reconstruir a Universidade brasileira e restaurar as injustiças praticadas contra pessoas e instituições. Esperamos que novos concursos públicos venham recompor o corpo técnico da universidade, bem como permita o ingresso de novas(os) docente doutoras(es) que, mesmo tendo suas teses premiadas, não ingressaram na carreira efetiva do magistério superior.

Renovadas(os) em esperanças, compartilhamos exemplos de nossas produções científicas. Fazer ciência é, para nós, um exercício político de projeção de futuro. Pensamos assim, em um futuro melhor para as próximas gerações e refletimos, com esta publicação, nossos melhores augúrios: um país mais democrático um futuro mais justo.

Conrado Neves Sathler
Flaviana Gasparotti Nunes
Marisa de Fátima Lomba de Farias

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES) E ORGANIZADOR(AS)

Alex Dias de Jesus – Geógrafo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2009). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2012). Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2020) com estágio de Doutorado Sanduiche na Universidad de Guadalajara, México. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Desenvolve pesquisas sobre migrações internacionais e fronteiras. É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus de São Raimundo Nonato. Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/ACNUR). Ganhador do Prêmio Capes de melhor Tese em Geografia - Edição 2021.

Cláudia Delboni – Licenciada e bacharelada em História pela Universidade de São Paulo (1996). Após concluir graduação, iniciou trajetória docente na rede particular de São Paulo até o ano de 2000, quando passou a atuar como professora concursada na rede pública de ensino do estado de São Paulo. No ano de 2003, simultâneo ao exercício da docência, retomou os estudos acadêmicos e ingressou no Mestrado em História Social, da Faculdade de Letras e Ciências Humanas/USP. Em 2008, mudou-se para o estado de Mato Grosso do Sul, onde atuou como professora no curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), *campus* Amambai. Em 2013, ingressou no doutorado em História no Programa de Pós-graduação de História (PPGH/UFGD). Durante este percurso acadêmico, aprofundou os estudos sobre as relações de gênero na luta pela reforma agrária em assentamento e acampamentos rurais. Atualmente leciona na rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Conrado Neves Sathler – Psicólogo. Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa (1998), Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2008) e realizou estágio de pós-doutoramento em Educação na Universidade São Francisco - Itatiba - SP. Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Grande Dourados e está vice-diretor da Faculdade de Ciências Humanas (2019 – 2023). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Saúde e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Modos de produção de Subjetividade, Análise do Discurso, Ensino em Saúde e Psicopatologia. Líder do Grupo de Pesquisa Território, Discurso e Identidade TDI – CNPq/UFGD. Autor de livros e artigos.

Edvaldo Cesar Moretti - Graduado e doutor em Geografia. Professor titular da Universidade Federal da Grande Dourados nos cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da UFGD. Membro da Rede de Pesquisa Turismo em tempos de pandemia. Uma abordagem geográfica multi e trans-escalar, e da Rede Fórum Universitário do Mercosul.

Endy Willians de Assis Gomes - Psicólogo pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi estagiário em Psicologia Jurídica. Atuou no acompanhamento e orientação parental de famílias em estágio de convivência, mediando práticas para a efetivação da adoção. Foi membro do Estágio e Projeto de Extensão “Plantão Psicológico”. Participou do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) com a Pesquisa “Saúde Mental da População LGBT no contexto pandêmico: uma revisão sistemática de literatura”. Cursa Especialização Lato Sensu em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul. Atua na Rede de Atenção e Prevenção em Suicídio na cidade de Anastácio-MS.

Esmael Alves de Oliveira - Graduado em Filosofia (UFAM) e Psicologia (UFGD). Mestre em Antropologia Social (UFAM) e doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Antropologia Social (UFRGS). Professor nos cursos de Ciências Sociais e de Psicologia e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Antropologia (UFGD). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (UFMS/CNPq), ao Grupo de Pesquisa DiVerso: pesquis(ações) sob(re) resistências sociais (UFGD/CNPq), ao Grupo de Pesquisa TDI - Território, Discurso e Identidade (UFGD/CNPq) e ao Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças (UFPEL/CNPq).

Flaviana Gasparotti Nunes - Licenciada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP/Campus de Presidente Prudente. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidad de Buenos Aires. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Realiza pesquisas e possui publicações sobre ensino de Geografia, linguagens e formação de professores. Líder do Grupo de Pesquisa (Geo)grafias, linguagens e percursos educativos. Pesquisadora da Rede Internacional de Pesquisa Imagens, geografias e Educação.

Jennifer Simpson dos Santos – Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Graduada em Psicologia e Especializada em Ética pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa TDI - Território, Discurso e Identidade (UFGD/CNPq). Professora do programa de graduação e de pós-graduação em Psicologia (PPGpsi) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD). Dedicar-se, principalmente, aos

seguintes temas: memória social, estudos feministas, movimentos sociais, descolonização e narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos.

João Batista Alves de Souza - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - *Campus* Ponta Porã. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2007). Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Ganhador do Prêmio Capes de melhor Tese em Geografia - Edição 2022. Atualmente realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB.

Juberto Antonio Massud de Souza - Psicólogo formado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Psicologia pela UFMS e Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor substituto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) 2022-2023.

Luciano Duarte - Graduado e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do curso de Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), integrando o Laboratório de Pesquisas Territoriais (LAPET), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Fronteira (NEEF). Desenvolve pesquisas sobre circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação no espaço, com foco em recursos energéticos, especialmente sobre a política dos Estados e empresas nos processos de transição energética e reorganização de macrossistemas técnicos. Também se interessa por temas da economia política das cidades, como planejamento e políticas de desenvolvimento urbano e regional, dinâmicas da urbanização do território brasileiro e dos circuitos da economia urbana. Desde 2014 integra o Conselho Editorial do

Boletim Campineiro de Geografia (BCG), agora na função de editor-chefe.

Maria Eduarda Fiorini - Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Participa ativamente do Centro Acadêmico de Psicologia (CAPsi) com cargo na Coordenação de Política e Permanência, desde 2022. Desenvolve o Projeto de Pesquisa Os sentidos da não binaridade nas redes sociais (PIVIC). Integrante do Grupo de Estudos sobre Psicologia soviética.

Marisa de Fátima Lomba de Farias – Pedagoga. Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara. Realizou pós-doutorado interdisciplinar na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora associada da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, onde atua na graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Diretora da Faculdade de Ciências Humanas (2019 - 2023). Desenvolve pesquisas em assentamentos de reforma agrária com ênfase nas relações de gênero, epistemologia feminista, mulheres, educação, trabalho, conhecimentos tradicionais, economia solidária, memória e movimentos sociais.

Rafael Brugnolli Medeiros – Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCH/UFGD. Pós-Doutorando em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro dos Projetos de Pesquisa "Diagnóstico geoecológico das paisagens das bacias hidrográficas cênicas de Bonito e Jardim - Mato Grosso do Sul: subsídios para a construção de um atlas ambiental" e "Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Amazônia Legal (PDPG - Amazônia Legal)".



Que temas nos mobilizam? Que sujeitas/os sociais nos tocam? Com quem rimos? Com quem choramos? Quem nos acompanha em nossos passos cotidianos? O que produzimos sobre isso? Este livro traz alguns textos premiados pela CAPES, pelas Associações Nacionais de Ensino e Pesquisa, pela Universidade de Coimbra e, também, em Congressos. São textos de egressas/os das Pós-graduações ou de docentes de nossos cursos.

